

Geso Batista de Souza Júnior
(Organizador)

HISTÓRIA:

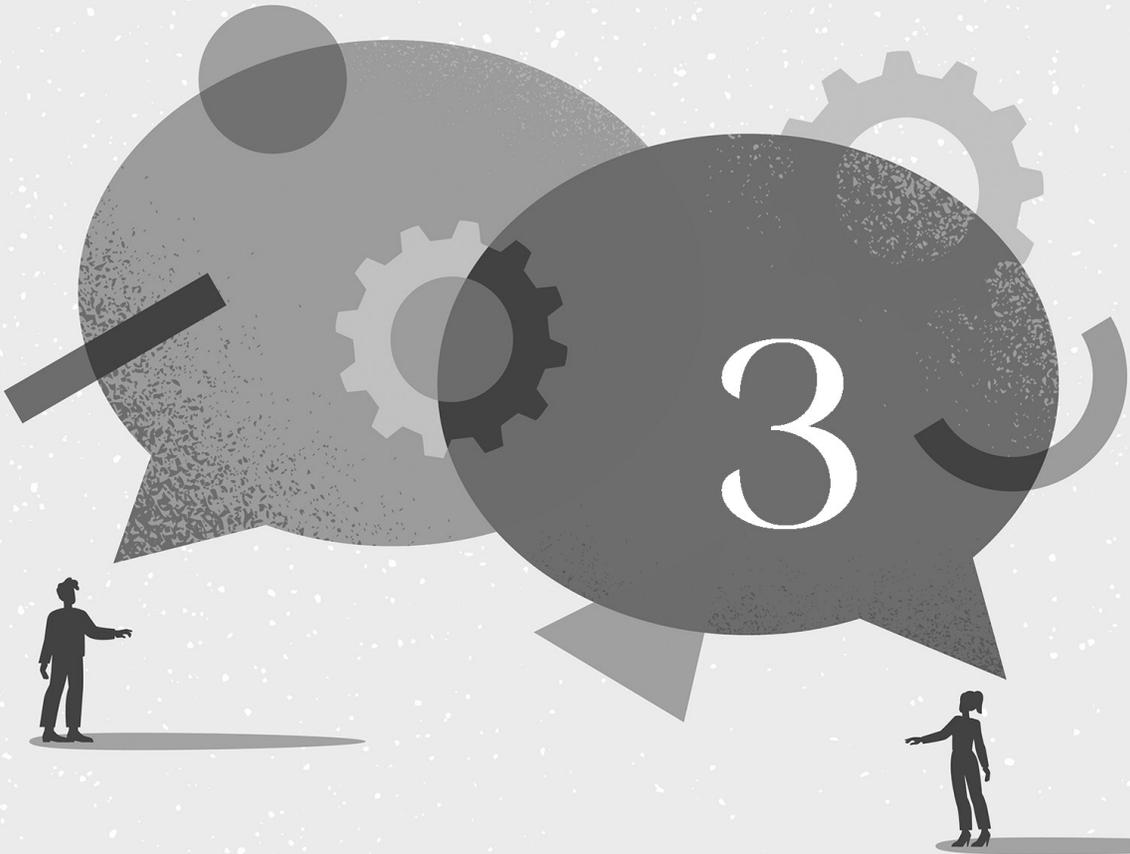
narrativas sobre os eventos
e seus efeitos ao longo dos séculos



Geso Batista de Souza Júnior
(Organizador)

HISTÓRIA:

narrativas sobre os eventos
e seus efeitos ao longo dos séculos



Atena
Editora
Ano 2024

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 Os autores

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande

- Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
- Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná
- Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
- Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
- Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
- Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste
- Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
- Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos
- Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
- Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá
- Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
- Universidade de Coimbra
- Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

História: narrativas sobre os eventos e seus efeitos ao longo dos séculos 3

Diagramação: Thamires Camili Gayde
Correção: Jeniffer dos Santos
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Geso Batista de Souza Júnior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
H673	<p>História: narrativas sobre os eventos e seus efeitos ao longo dos séculos 3 / Organizador Geso Batista de Souza Júnior. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-2494-9 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.949241206</p> <p>1. História. I. Souza Júnior, Geso Batista de (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 901</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Este terceiro volume de nossa série se dedica a explorar as diversas facetas da memória histórica e da história oral, apresentando estudos que investigam desde eventos históricos negligenciados até as inovações contemporâneas na preservação e interpretação de narrativas pessoais. A obra reúne a expertise de renomados pesquisadores que, através de diferentes abordagens metodológicas, lançam luz sobre a importância da memória coletiva e individual na construção do conhecimento histórico.

Marcelo Santos Rodrigue, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), abre o volume com uma análise criteriosa dos relatos esquecidos da Guerra do Paraguai no Brasil do século XIX. Em “Memórias Silenciadas: Os Esquecidos da Guerra do Paraguai no Brasil do Século XIX,” Rodrigue revela histórias não contadas dos combatentes brasileiros, oferecendo uma nova perspectiva sobre os impactos sociais e culturais deste conflito. Ele destaca a importância de dar voz aos marginalizados pela história oficial, enriquecendo nosso entendimento do século XIX brasileiro.

Na sequência, Daniel Eduardo Bonatti, Sonia Terezinha Baccin Bonatti, Emerson Nogueira de Carvalho, Marcos Aurélio Suwate Xerente, André Ribeiro de Gouveia, Jocyleia Santana dos Santos, Samuel Marques Borges e Neila Barbosa Osório, todos da Universidade Federal do Tocantins (UFT), apresentam um estudo inovador sobre a interseção entre história oral e inteligência artificial. Em “Memórias Digitais: Explorando a História Oral para Compreender o Potencial da Inteligência Artificial no Setor Público,” os autores discutem como a tecnologia pode ser utilizada para preservar e analisar memórias digitais, oferecendo novas ferramentas para a gestão do conhecimento no setor público. Este capítulo propõe uma reflexão sobre o futuro da história oral em um mundo cada vez mais digital.

Júlio Resende Costa e Sônia Maria dos Santos, especialistas em Educação com vasta experiência acadêmica, exploram a história oral como uma metodologia vital para a produção de conhecimento na história da educação. Em “A História Oral Enquanto Campo de Produção do Conhecimento na História da Educação,” através de estudos de caso e análises teóricas, os autores demonstram como a história oral pode revelar dinâmicas educacionais ocultas e contribuir para uma compreensão mais profunda das práticas pedagógicas ao longo do tempo.

Adriana Duarte Leon, Tobias de Medeiros Rodrigues, Rovená Ramos Lima, Emerson Ricardo Esteves da Fonseca e Lucas de Almeida Soares, do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL), discutem em “Os Espaços de Guarda e a Preservação da Memória Institucional” a importância dos espaços de arquivo e preservação da memória dentro de instituições educacionais. Eles abordam como esses espaços funcionam como guardiões da história institucional, assegurando

que as narrativas e experiências de gerações passadas sejam mantidas vivas e acessíveis para futuras gerações.

Eduarda Mendes Cardoso, da Universidade Federal de Santa Maria, apresenta no quinto capítulo uma análise detalhada em “Entre Viagens e Fronteiras: Uma Breve Discussão do Conceito de Fronteira em Narrativas de Viagem.” Cardoso examina como as narrativas de viagem ao longo da história têm moldado e redefinido o conceito de fronteira, tanto física quanto culturalmente. Seu trabalho destaca a complexidade e a evolução das percepções de fronteira, mostrando como estas narrativas podem oferecer insights valiosos sobre identidade e alteridade.

Gabriella Sontag Neves, da Universidade Estadual de Maringá, expõe no sexto capítulo, o artigo “Origens Anglo-Saxãs da Inglaterra: Uma Análise da História dos Bretões de Nennius”, que aborda uma visão detalhada e metodologicamente sólida, proporcionando um caminho claro para a investigação das origens anglo-saxãs da Inglaterra conforme registradas nessa obra seminal.

A Professora Dra. Vânia do Carmo Rocha, da UFF/SEEDUC-RJ, conclui com este livro com “Uma Fonte, Duas Leituras: Narrativa e Historiografia em José Murilo de Carvalho e em Ilmar de Mattos.” Rocha explora as abordagens narrativas e historiográficas de dois importantes historiadores brasileiros, analisando como cada um interpreta e representa o passado em suas obras. Este capítulo oferece uma reflexão crítica sobre as diferentes formas de se fazer história e as implicações dessas abordagens na construção do conhecimento histórico. Boa leitura!

Geso Batista de Souza Júnior

CAPÍTULO 1 1

MEMÓRIAS SILENCIADAS: OS ESQUECIDOS DA GUERRA DO PARAGUAI
NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Marcelo Santos Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9492412061>

CAPÍTULO 2 15

MEMÓRIAS DIGITAIS: EXPLORANDO A HISTÓRIA ORAL PARA
COMPREENDER O POTENCIAL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SETOR
PÚBLICO

Daniel Eduardo Bonatti

Sonia Terezinha Baccin Bonatti

Emerson Nogueira de Carvalho

Marcos Aurelio Suwate Xerente

André Ribeiro de Goveia

Jocyleia Santana dos Santos

Samuel Marques Borges

Neila Barbosa Osório

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9492412062>

CAPÍTULO 3 31

A HISTÓRIA ORAL ENQUANTO CAMPO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Júlio Resende Costa

Sônia Maria dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9492412063>

CAPÍTULO 449

OS ESPAÇOS DE GUARDA E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Adriana Duarte Leon

Tobias de Medeiros Rodrigues

Rovena Ramos Lima

Emerson Ricardo Esteves da Fonseca

Lucas de Almeida Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9492412064>

CAPÍTULO 555

ENTRE VIAGENS E FRONTEIRAS: UMA BREVE DISCUSSÃO DO CONCEITO
DE FRONTEIRA EM NARRATIVAS DE VIAGEM

Eduarda Mendes Cardoso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9492412065>

CAPÍTULO 664

ORIGENS ANGLO-SAXÃS DA INGLATERRA: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA
DOS BRETÕES DE NENNIUS

Gabriella Sontag Neves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9492412066>

CAPÍTULO 7 74

UMA FONTE, DUAS LEITURAS: NARRATIVA E HISTORIOGRAFIA EM JOSÉ MURILO DE CARVALHO E EM ILMAR DE MATTOS

Vânia do Carmo Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9492412067>

SOBRE O ORGANIZADOR.....87

ÍNDICE REMISSIVO.....88

MEMÓRIAS SILENCIADAS: OS ESQUECIDOS DA GUERRA DO PARAGUAI NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Data de aceite: 02/05/2024

Marcelo Santos Rodrigues

Licenciado em História pela Universidade Católica do Salvador – UCSal; Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia - UFBA; Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo- USP. Professor Associado III de História do Brasil Império na Universidade Federal do Tocantins

RESUMO: Este artigo tem como objetivo evidenciar as consequências da Guerra do Paraguai no Brasil do século XIX, destacando relatos de viúvas, órfãs, mutilados esquecidos pelo governo monárquico após o término da guerra. Utilizando fontes históricas oficiais, como também jornais da época, o texto mostra as dificuldades enfrentadas por esses indivíduos, desde a busca por reconhecimento e assistência até o sofrimento causado pela negligência do império brasileiro. Além disso, é crucial considerar as vozes e experiências dos menos favorecidos na construção da narrativa histórica, a fim de que possam encontrar um lugar na história.

PALAVRAS-CHAVE: História – Guerra do Paraguai – Esquecimento – Viúvas – Órfãos – Mutilados de Guerra

SILENCED MEMORIES: THE FORGOTTEN OF THE PARAGUAYAN WAR IN BRAZIL IN THE 19TH CENTURY

ABSTRACT: This article aims to highlight the consequences of the War of the Triple Alliance (also known as the Paraguayan War) in 19th century Brazil, focusing on the accounts of widows, orphans, mutilated individuals, and other forgotten soldiers by the monarchic government after the war's end. Using official historical sources as well as newspapers from the time, the text portrays the difficulties faced by these individuals, from seeking recognition and assistance to enduring the suffering caused by the negligence of the Brazilian Empire. Additionally, it is crucial to consider the voices and experiences of the less privileged in the construction of the historical narrative, so that they may find a place in history.

KEYWORDS: History - Paraguayan War - Forgotten - Widows - Orphans - War Mutilated.

A Guerra do Paraguai, que ocorreu entre 1864 e 1870, foi um dos conflitos mais devastadores da América do Sul, envolvendo o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Brasil, Argentina e Uruguai. A principal causa da agitação residia nas disputas territoriais e nas ambições expansionistas das potencialidades regionais. O líder paraguaio, Francisco Solano López, buscava reafirmar sua liderança na região e expandir seu território, enquanto as nações parceiras buscavam conter essa expansão e proteger seus interesses financeiros. A guerra deixou um rastro de destruição e sofrimento, com grandes perdas humanas e materiais para todas as partes envolvidas.¹

Após seis anos de guerra, o conflito finalmente chegou ao fim com a derrota do Paraguai. As consequências foram desastrosas para o Paraguai, que ficou arrasado econômica e politicamente. A sua população sofreu enormemente os efeitos devastadores da guerra. Milhares de paraguaios perderam suas vidas durante o conflito, resultando em uma grande quantidade de viúvas e órfãos.

Enquanto isso, no Brasil, a narrativa nacional, moldada tanto pela monarquia quanto pela república, exaltava os feitos heroicos de líderes militares como Caxias, Osório, Tamandaré e Barroso durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Seus feitos foram imortalizados em monumentos, ruas, avenidas e uma vasta literatura sobre o conflito, contribuindo para a construção do passado nacional após batalhas em território inimigo.

Nos primeiros anos após a Guerra do Paraguai, os estudos historiográficos sobre o conflito foram, sobretudo, influenciados por relatos memorialistas. Essas obras foram, na maioria das vezes, escritas por pessoas que participaram ativamente da campanha, especialmente ocupando cargos de liderança nas forças armadas, sobretudo no exército brasileiro. Dentre os protagonistas, destaca-se o Duque de Caxias, que liderou as forças aliadas até a ocupação de Assunção, capital paraguaia.

Com o advento da República, a historiografia militar continuou a enfatizar os feitos do exército, ignorando a participação de outros personagens relevantes durante o conflito. Essa abordagem acabou por criar uma narrativa oficial sobre a Guerra do Paraguai, que, apesar de ter muitos detalhes sobre as conquistas militares, não captava totalmente a complexidade e a diversidade de experiências vividas durante aquele período difícil.

É importante reconhecer que essa corrente historiográfica teve um papel relevante na construção da memória coletiva em torno da guerra, mas também é importante abrir espaço para uma análise mais ampla, que leve em conta diferentes perspectivas e vozes históricas, a fim de ampliar os objetos relacionados à guerra do Paraguai.

1. Uma análise ampla da Guerra do Paraguai pode ser vista nas seguintes obras: FRAGOSO, Augusto Tasso. História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1943, 5.V.; DO-RATIOTO, Francisco. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; JORDAN, Emílio Carlos. Guerra do Paraguay. Rio de Janeiro: Typografia de Leammert e Cia, 1890; THOMPSON, George. La Guerra del Paraguay. Assunção: RP Ediciones, 1992; COSTA, Wilma Peres. A espada de Dâmocles; o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Hucitec, 1966; SALLES, Ricardo. Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; SOUSA, Jorge Prata. Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad/Adesa, 1996.

Contudo, há uma parcela de combatentes brasileiros, mas cujas contribuições épicas foram negligenciadas pela história oficial. Este texto tem como objetivo resgatar a memória da intensa e terrível campanha contra o Paraguai, examinando os apelos feitos ao monarca por meio de documentos que, até o momento, têm sido analisados de forma insuficiente pelos historiadores. Através desses registros, serão contadas histórias de pessoas anônimas, cujas trajetórias foram obscurecidas pelas narrativas dominantes da Guerra do Paraguai. Este esforço ajuda a entender melhor esse período importante da história do Brasil.

Em 19 de dezembro de 1869, uma subscrição popular foi aberta para a realização de um baile em homenagem ao voluntário da pátria Francisco Benedicto de Mattos, que havia retornado recentemente do Paraguai. Uma comissão foi nomeada para realizar este evento, dedicando todos os esforços para atingir o objetivo desejado.

Francisco de Mattos foi um dos primeiros a se inscrever no 7º Corpo de Voluntários de São Paulo, mas uma doença grave o deixou inválido. Após quatro anos servindo na campanha, finalmente voltou ao convívio familiar. No dia de sua chegada, recebeu uma recepção calorosa por parte da população, reconhecendo a sua coragem e dedicação.

A imprensa de Campinas publicou a homenagem dos concidadãos ao Capitão Francisco de Mattos, destacando: “Nesta época de desgraças em que as medalhas e as recompensas oficiais nada significam, porque na realidade nada valem, é justo que o povo se levante e em suas sinceras orações dê ao heroico soldado a única recompensa digna do verdadeiro mérito.”²

Bem longe dali, Maria das Neves de Jesus, uma viúva pobre, morava nos limites da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação do Passe, na província da Bahia, acompanhada por três filhas, duas delas ainda crianças. Seu único filho, Antônio Fernandes de Britto, ajudava a família e foi recrutado para servir na Marinha em 3 de outubro de 1866. A trajetória dessa família mostra o destino compartilhado por muitos que tiveram filhos, pais e irmãos envolvidos em conflitos no sul do Império.

Bem longe dali, Maria das Neves de Jesus, uma viúva pobre, morava nos limites da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação do Passe, na província da Bahia, acompanhada por três filhas, duas delas ainda crianças. Seu único filho, Antônio Fernandes de Britto, ajudava a família e foi recrutado para servir na Marinha em 3 de outubro de 1866. A trajetória dessa família mostra o destino compartilhado por muitos que tiveram filhos, pais e irmãos envolvidos em conflitos no sul do Império.

Com a guerra se arrastando há quase dois anos e as notícias dos jornais mostrando um aumento acima do esperado, Maria das Neves resolveu pedir ao presidente de sua província o relaxamento da prisão de seu filho, alegando injustiça por ele ser o único sustento de suas três irmãs solteiras e dela mesma.³

2. BN/RJ. Gazeta de Campinas, São Paulo, 7 de Nov. 1869.

3; APEBa. Seção Colonial e Provincial. Série Polícia maço 2959

A viúva procurou, na ocasião, o vigário Gustavo Sá Barreto, para que ele pudesse atestar o comportamento exemplar do primogênito que sustentava a família. Maria Neves de Jesus não teve o seu pedido atendido, pois, mesmo com o atestado que assegurava à isenção do filho, o capitão da fragata, responsável pelo recrutamento, foi irredutível, tratava-se de dias difíceis aqueles.

Durante a guerra, muitas pessoas fizeram pedidos para a secretaria de guerra, presidentes de províncias, quartéis e outras autoridades públicas. O processo burocrático de enviar um ofício, a necessidade de anexar documentos adicionais aos pedidos, somados à distância entre as províncias e a capital do império, o Rio de Janeiro, tornava os processos mais lentos, custosos e longos, levando anos para se obter uma resposta.

Com o fim da guerra, muitos soldados retornaram às suas províncias celebrados como heróis que defenderam a pátria. No entanto, o destino de Antônio Fernandes de Brito, o voluntário da pátria, permaneceu obscuro. Os documentos analisados não nos permitiram localizar o autor, e sua história foi esquecida com o decorrer do tempo. Sem as honrarias concedidas pelo império, é provável que ele tenha enfrentado o mesmo destino de outros soldados, sepultados em valas comuns marcadas por cruces toscas de madeira nos campos paraguaios. A mãe talvez nem mesmo tenha conseguido reencontrar o filho querido.⁴

Na reconstituição da história de muitos outros soldados que retornaram da guerra, é plausível conjecturar sobre o destino de Antônio de Britto, assim como o futuro de sua família, que sofreu humilhações após o conflito. Abandonados à própria sorte, muitos voluntários foram forçados a depender das esmolas concedidas ainda durante a guerra para garantir sua sobrevivência. Como resultado, muitos deles caíram na indigência e foram completamente esquecidos pela história.

O sentimento da humilhação reivindica para si a afronta, o vexame e o rebaixamento moral. Esse é o significado do termo em latim, na sua etimologia histórica desde o século XVIII.⁵ Certamente, era esse o sentimento que Maria das Neves de Jesus carregava quando implorou ao governo pelo retorno de seu filho, o único sustento de uma família e de três jovens donzelas.

Este texto aborda o esquecimento histórico e a falta de reconhecimento aos homens e mulheres comuns que participaram da campanha, seja enfrentando o inimigo nas fronteiras do país ou lutando pela sobrevivência em sua própria terra. A guerra de Lopez, como ficou conhecida na época, representava a guerra da humilhação, que permaneceu ausente dos registros históricos do Brasil após o término do conflito.

4. APEBa. Seção Colonial e Provincial. Série Polícia maço 2959

5. LOPREATTO, Christina. Sobre a humilhação: sentimentos, gestos e palavras. Colóquio Internacional. Cardenos de Resumo. 03 a 07 de maio de 2004, Campinas – SP: UNICAMP, p. 17.

Nos interessa explorar aspectos que nos ajudem a compreender a experiência da violência, do sofrimento, da dor e do esquecimento. Buscamos resgatar a história dos que foram deixados de lado nas investigações conduzidas por historiadores da guerra, muitos dos quais anteriormente dedicados à mitificação e ao culto aos heróis nacionais, ou focados na análise das razões políticas por trás do conflito.

A historiografia da Guerra do Paraguai registrou os discursos exaltados pelo Estado, que incluíam paradas militares, hasteamento de bandeiras, comemorações cívicas e religiosas, e desfiles nas ruas da capital do Império. Apesar de a memória oficial enfatizar uma guerra vitoriosa e o culto cívico aos generais nos campos de batalha, nossa intenção é resgatar outra perspectiva da história, evitando a repetição dos eventos lembrados pela nação brasileira durante os anos seguintes à vitória brasileira na região do Prata.

Sem hesitação ou dúvidas, arrisco-me a explorar os ressentimentos presentes na história. Tento narrar as histórias das viúvas, órfãos e mutilados, em uma tentativa que se encerra na definição de Pierre Ansart: “ressentimento significa evocar a parte sombria, aterrorizadora da história.” Este caminho revela as reticências do presente na trajetória de vida do próprio pesquisador, expressas em sentimentos como ódio, inveja, desejo de vingança e o próprio fantasma da morte.⁶ A partir dessas referências, dirijo meu olhar para aqueles que desapareceram tão completamente que seus nomes foram esquecidos por todos. Rememorar esse passado pode ser um exercício temerário, repleto de sofrimento.

No início do ano novo, o *Alabama*, um periódico publicado em Salvador, publicou a seguinte observação em suas páginas:

Causava profunda compaixão percorrer as ruas da Lapa, Forte de S. Pedro e porta da repartição da polícia. Senhoras desgrenhadas, em estado de delírio, clamavam contra céus e terra, lamentando seus maridos, irmãos e pais que haviam sido recrutados, com exclamações que tocavam até o coração mais insensível.⁷

Esses indivíduos estavam imersos na indiferença, tornando-se inúteis e impotentes, e sofreram nos anos seguintes à guerra, tendo que ser completamente esquecidos. O historiador tem a responsabilidade de transmitir aquilo que a tradição oficial ignora. Dessa forma, Jeanne Marie Gagnebin, ao analisar o texto sobre o narrador de Walter Benjamin, analisa essa tarefa paradoxal de transmitir o inenarrável, mantendo-se fiel ao passado e aos mortos, mesmo quando não conhecemos seus nomes nem seus significados.⁸

A humilhação começou antes mesmo de chegar à corte. Em 29 de maio de 1865, foi divulgado pelo jornal *O Tempo* o espetáculo que ocorreu na província da Paraíba com a chegada de cerca de 30 guardas nacionais para o destacamento de guerra, todos com correntes no pescoço, e um cortejo de mulheres e crianças que acompanhou o mesmo

6. ANSART, Pierre. História, testemunho e Memória. In: BRESCIANI, Stella e Naxara Márcia (orgs.) Memória (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas – SP. Editora da UNICAMP, 2000, p. 15.

7. IGHBa. *O Alabama*, Salvador, 04 de jan. de 1869.

8. Ver o narrador in: BENJAMIN, Walter et. all. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 57-86. (Os Pensadores).

destacamento, acompanhados por seus maridos e pais.⁹ Era um espetáculo desolador: esposas que seguiam o cortejo com os maridos acorrentados; filhos que guardariam na memória à imagem do pai humilhado. A cena descrita no jornal remete a uma imagem de procissões medievais para ostentação dos suplícios.

Dois dias depois o mesmo jornal comentou que: ficaram na cidade grande quantidade de mulheres, a quem não foi permitido acompanhar seus maridos e que na ocasião do embarque, muitas esposas acompanhadas dos filhos estavam no cais, para aumentar o coro e as exclamações dando uma fisionomia de tristeza à despedida da tropa.¹⁰ Era um espetáculo possível de ser visto em diversas partes do país. Na Bahia, província que enviou um dos maiores contingentes de soldados para a guerra, também ocorreu o recrutamento forçado e humilhante.

Em janeiro de 1869, quando as forças já exauridas das tropas necessitaram de serem repostas com novas levas de soldados, o jornal O Alabama noticiou ter visto cinco sujeitos, algemados e acorrentados pelo pescoço, procedentes de Caitite, no vapor que vinha da cidade de Cachoeira. E, criticando a atitude do governo imperial, afirmou em suas páginas que o Brasil para civilizar o Paraguai o tomava dinheiro emprestado e derramava a jorros de sangue de seus filhos.¹¹

O mesmo jornal ainda mencionou que os homens estavam acorrentados pelo pescoço, como se fossem animais selvagens, expostos em um espetáculo, desde a cidade baixa até a secretaria da polícia da Bahia. A cidade era palco de cenas aflitivas e comoventes. Durante o trajeto até a prisão, os recrutas foram observados por populares que, à distância, testemunhavam a cena. O público dividia-se entre sentimentos de compaixão e entretenimento: alguns lamentavam o triste episódio, enquanto outros encaravam o cortejo dos soldados acorrentados como motivo de zombaria, apontando-os como simples camponeses desafortunados.¹²

Em março, os guardas de polícia Paulo José de Souza e José Celestino protagonizaram a cena. Chegaram os desafortunados da cidade de Lençóis e, conforme o jornal, foram submetidos a torturas corporais tão terríveis que não ficavam atrás das praticadas durante a Inquisição.¹³

Um deles estava quase cego, como resultado dos golpes desferidos em seus olhos. A deserção, frequentemente, acarretava graves consequências para aqueles capturados, e não era incomum presenciar o desfile dos soldados que se recusaram a servir à pátria. Isso servia como um aviso intimidador para qualquer outro soldado que considerasse desertar. Mas por que desertavam? Seria por impulso da covardia, um traço que também faz parte da natureza humana? Ou talvez fossem motivados pelo descaso do governo em relação à condição dos soldados mutilados que retornavam à nação, humilhados pela falta de reconhecimento de seus direitos e pela recusa dos auxílios devidos pela corte?

9. BN/RJ. Jornal O Tempo. João Pessoa, 29 de mai. de 1865.

10. BN/RJ. Jornal O Tempo, João Pessoa, 29 de mai. de 1865.

11. IGHBa. O Alabama, Salvador, 22 de jan. de 1869.

12. IGHBa. O Alabama, Salvador, 30 de jan. de 1869.

13. IGHBa. O Alabama, Salvador, 6 de mar. de 1869.

O sentimento de humilhação tinha o objetivo de degradar moralmente o desertor, além de infligir sofrimentos físicos. Desta forma, buscava-se desintegrar o indivíduo enquanto membro de um grupo social. A exposição desses soldados era uma visão vexatória para todos os que transitavam pela cidade, uma prática recorrente ao longo do tempo. A dor mais intensa residia na alma, ultrapassando até mesmo os ferimentos físicos adquiridos nos campos de batalha.

Os sentimentos de vexame, vergonha e humilhação são paradoxais porque residem na interioridade, na esfera mais íntima do ser, no caráter instável e efêmero do não-dito, ignorado ou reprimido, e, no entanto, exigem uma forma e expressão para serem compreendidos.¹⁴ João Carlos de Souza França deixou Salvador no batalhão comandado pelo coronel Modim Pestana. Participou dos combates nos dias 18 e 24 de maio e foi atingido por um tiro na perna direita. Ao retornar à sua cidade natal, encontrou-se em uma situação de extrema necessidade e precisou recorrer à mendicância de porta em porta. Sua condição demonstrava a miséria da terra que o havia esquecido e deixado à própria sorte. Durante a guerra, ocorreram cenas semelhantes às descritas por João, o que demonstra a dura realidade enfrentada pelos combatentes após o término do conflito. Esta situação problemática levanta questionamentos sobre o abandono dos veteranos de guerra e a falta de apoio social para aqueles que deram suas vidas pelo país.

Afirmou em crítica contundente O Alabama, Deixai passar a turba de mendigos. Eram homens que traziam no peito da blusa esfarrapada uma fileira de fitas multicores, que atestavam o valor no campo de batalha. “Aqueles fragmentos de fardas ocultavam cicatrizes honrosas obtidas na defesa da pátria. Deixai passar os mendigos!”¹⁵ Exclamava o jornal jocoso da Bahia que aqueles miseráveis eram combatentes que caminhavam pelas ruas sustentados por pedaços de pau, pois haviam perdido suas pernas nas trincheiras inimigas.

Os soldados carregavam as mangas de suas roupas pendentes devido à perda de ambos os braços durante as batalhas em terras paraguaias, enquanto cumpriam sua missão como bons soldados. O jornal também descreveu a condição física de outro soldado: um homem pobre e esfarrapado, que caminhava pelas ruas de Salvador atormentado pela cegueira. Em seu devaneio patriótico, ele saudava o Imperador: “Aquele outro, cujo rosto transformado em medonho crivo, acha-se cego em função de uma descarga à queimadura.” Privado da visão, ele não se calava, bradando pelas ruas: “Viva o Imperador! Viva a nação brasileira.”¹⁶ Concluía o jornal:

Dá-lhes a esmola que resignados vos pedem! Os altos poderes do estado esqueceram-se de seus compromissos, mas esses poderes, só por si, não constituem a nação. Deixai, pois passar incólume a turba de mendigos, e no seu trajeto doloroso e afetivo dá-lhe uma esmola pelo amor de Deus!¹⁷

14. HAROCHE, Claudine e SEIXAS, Jacy. Sobre a humilhação: sentimentos, gestos e palavras. Colóquio Internacional. Cardenas de Resumo. 03 a 07 de maio de 2004, Campinas – SP: UNICAMP, p. 04.

15. IGHBa. O Alabama, Salvador, 13 de dez. de 1866.

16. IGHBa. O Alabama, Salvador, 13 de dez. de 1866.

17. IHGBa. O Alabama, Salvador, 13 de dez. de 1866.

A Campanha contra o país vizinho levou os soldados ao combate em solo paraguaio e também ao enfrentamento das intempéries sofridas, pela fome e pela rudeza dos acampamentos. Noticiou O Alabama, referindo-se ao cenário da guerra que enfrentavam esses homens:

A maior parte dos soldados andam descalços e quase nus. Os hospitais são barracas de algodãozinho ralo por onde passa a neve, amanhecendo os doentes cobertos dela. Não há ambulância, bem que haja alguns médicos. As barracas têm cinco palmos de altura e seis de largura; mal cabem dois doentes, os enfermeiros são os amigos e feliz do doente que os tem. A bexiga e a diarreia lavram em grande escala. Ha soldados que enlouquecem por estarem com febre e ficam cobertos de gelo.¹⁸

Desejavam retornar para casa e, após vencerem a guerra no campo de batalha, aguardavam o reconhecimento como bravos heróis. A mãe do soldado Antônio Manuel Caetano Pojuca, sargento do 40º de voluntários, dirigiu-se ao governo da província em busca de assistência. No entanto, não recebeu resposta. A pobre senhora não pedia muito, apenas uma ajuda para sepultar seu filho, que faleceu apenas três horas após desembarcar na Bahia. Ele não trouxe consigo um único centavo, pois o governo não havia pago o soldo a que ele tinha direito.

O Jornal o Jequitinhonha, em 15 de agosto de 1869, ecoou em suas páginas a angustiante situação dessa mãe desolada e sofredora, cuja narrativa se entrelaçava com a de inúmeras outras mulheres na mesma condição. “Não há família no Brasil que não tenha de cobrir de luto sem que aos órfãos, aos mutilados e aos mártires fique ao menos a consolação de se haverem sacrificado com o proveito para a glória de seu país.”¹⁹

Órfãos de pai somavam-se ao coro dos suplicantes. Durante o conflito, meninos e meninas pobres ficaram desamparados devido às perdas de seus pais, mortos ou mutilados na guerra. Viúvas desafortunadas e mães desamparadas recorriam à caridade pública em busca de abrigo para seus filhos. Em alguns casos, os próprios representantes do Estado agiam como intermediários para garantir que crianças desfavorecidas fossem acolhidas e protegidas.

Em 1866, o Juiz dos Órfãos Augusto Meneses solicitou ao presidente da Província que providenciasse abrigo para duas crianças, Hélio e Izabel, cujo pai, o capitão César Guimarães, havia falecido em uma batalha no Paraguai. Outro exemplo de pobreza registrado na documentação pesquisada revelava que a causa da miséria de uma família foi o recrutamento de um soldado, que era o provedor do lar. A mãe foi forçada a pedir auxílio ao governo provincial para prover seus filhos, Maria, de 12 anos, e Ana, a caçula, de 5 anos. Desde que seu pai partiu para a guerra, viviam em condições deploráveis.²⁰

18. IHGBa. O Alabama, Salvador, 13 de dez. de 1866.

19. BN/RJ. O Jequitinhonha, Belo Horizonte, 15 de ago. de 1869

20. (CHAVES, Marcos Antonio et al.. Significados de Proteção a Meninas Pobres na Bahia do Século XIX. In: Psicologia em Estudo. Maringá. V. 8, num. Esp., p. 88, 2003.)

As viúvas eram incapazes de prover a educação dos filhos menores quando os chefes de família eram convocados para a guerra. Fabiana estava nessa difícil situação em 1868, quando solicitou ao Presidente da Província que a socorresse e providenciasse o encaminhamento de sua filha pequena para uma casa de caridade. Além dos danos humanos e materiais causados pelo conflito armado, a Guerra do Paraguai também deixou uma grande quantidade de brasileiros órfãos. Segundo o Exército, cerca de 140.000 brasileiros lutaram no conflito entre 1864 e 1870, e 33.000 morreram nos campos de batalha. Essas informações demonstram as consequências devastadoras do conflito e as dificuldades enfrentadas pelas famílias afetadas.²¹

A humilhação era recorrente em todos os aspectos da existência. Sem dúvida, o sofrimento aumentou significativamente, dificultando esquecer os sofrimentos enfrentados durante a guerra. A habilidade do Estado em esquecer-las foi notável, uma vez que diversas das vítimas desse conflito violento estavam espalhadas pelas ruas, marginalizadas e negligenciadas.

Ana Maria Simplicia de Jesus, movida pela necessidade extrema, teve que vender a farda do marido, membro da guarda nacional do 6º batalhão da cidade de Salvador, que fora recrutado e enviado para o Sul. Embora tenha se apresentado ao presidente da província com suas três filhas e ainda grávida de outra criança, suas solicitações não foram atendidas. Ela solicitou, junto às autoridades provinciais, a libertação do marido, o provedor da família, que, ausente, causava dificuldades. Após ser despejada do lar, sem poder pagar o aluguel, ela se viu sem assistência, sem recursos para sustentar a si mesma e aos seus filhos, e recorreu a esse último recurso precário. A farda mencionada estava à venda na loja número 17, na rua do Julião, onde podia ser vista e adquirida.²²

Não era uma tarefa simples para as pessoas recorrerem às autoridades locais e à corte em busca dos direitos garantidos pela lei. Frequentemente, os solicitantes enfrentavam obstáculos burocráticos do governo, o que dificultava a liberação dos auxílios necessários. Um exemplo disso foi o caso de D. Joaquina Augusta Monteiro, que pediu uma pensão equivalente ao soldo do marido falecido, o capitão Luiz Vicente Vianna.

O capitão Vianna foi informado de que sua solicitação só poderia ser analisada pelo Ministério dos Negócios da Guerra, localizado no Rio de Janeiro. Para isso, ela teria que apresentar uma extensa lista de documentos, incluindo a folha de pagamento do marido, as certidões das secretarias do Império e da Guerra, as notas fiscais de pagamentos recebidos ou não, o atestado de casamento do marido, as certidões de casamento e evidências de que ela vivia com ele ou que havia sido separada por desvio de conduta. Esses requisitos mostram as dificuldades das viúvas na busca por assistência, tornando o acesso aos benefícios uma verdadeira via burocrática.²³

21. Cf. Estado-Maior do Exército (1972). História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação IBGE. Apud. CHAVES, Marcos Antonio et al., Op., cit., p. 88.

22. IGHBa. O Alabama, 30 de Nov. de 1867.

23. Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção Colonial e Provincial. Avisos Recebidos do Ministério da Guerra. 1865-

Roque José Pereira, veterano do 29º batalhão do corpo de voluntários, recebeu a medalha de honra devido aos seus atos de bravura durante a campanha contra o Paraguai. No entanto, ao retornar para casa, estava mutilado de uma das pernas, assim como muitos outros combatentes inválidos da guerra. Roque também nutriu esperanças de receber o dinheiro devido pelo governo imperial, uma promessa estipulada pelo decreto de 7 de janeiro de 1865.²⁴

No entanto, sem o devido reconhecimento pelos serviços prestados à nação, Roque José Pereira teve que permanecer nas ruas, relegado à condição de indigente. Apesar disso, o ex-combatente exibia com orgulho a condecoração que possuía no peito, ao invés das vestes andrajosas que o envolviam. Essa imagem contrasta com o comprometimento do Estado em cumprir suas promessas e reconhecer o sacrifício dos veteranos de guerra.

Será que as instituições imperiais não deram o devido apoio aos seus guerreiros soldados, deixando-os na marginalidade depois de seus atos de bravura em defesa da pátria? Essas questões nos fazem refletir sobre a responsabilidade do Estado com os cidadãos, especialmente aqueles que sacrificaram tanto em nome da nação. Desgostoso e praguejando contra a insígnia imperial, ele indagava:

Do que serve este habito de Cristo que vê-me pender no peito, se o governo de minha pátria me deixa morrer a fome; a mim que me mutiléi no serviço dela? Vê esta perna? É uma parte inútil do corpo; só ela recebeu duas balas. Este habito não passa de amarga ironia porque um dia, obrigado pela indignância, me verei em necessidade de ir puxar uma carroça com ele no peito.²⁵

A história que vou contar, por si só, é um documento crucial que mostra a condição humana. Essa narrativa empolgante poderia facilmente se transformar em um romance popular entre os leitores do final do século XIX. O narrador omitiu os nomes dos personagens, mas enriqueceu a narrativa com detalhes, sugerindo uma história ocorrida nos bastidores da guerra, envolvendo personagens esquecidos pelo governo e evidenciando a complexidade burocrática, especialmente quando a suplicante era uma mulher que implorava pela libertação de seu esposo. Além disso, é uma história de amor, compaixão e determinação de uma mulher que acompanhou seu marido nos campos de batalha do Paraguai.

Discutir o sofrimento na história é uma tarefa desafiadora para o historiador, acostumado com suas análises objetivas em busca de evidências concretas. Surge a questão: qual é a relevância da compreensão dos sentimentos humanos? Deixarei que as narrativas daqueles que vivenciaram a guerra forneçam as explicações.

1870, Maço 832.

24. Decreto Imperial que criava os Corpos para o serviço de guerra em circunstâncias extraordinárias com a denominação de - Voluntários da Pátria -, estabelece as condições e fixa as vantagens que lhes ficam competendo.

25. IGHBa. O Alabama, 18 de mar. De 1870.

Em São Gonçalo dos Campos, na Bahia, uma comunidade de pessoas que moravam em terras de um fazendeiro local teve um destino cruel. Alguns moradores, que haviam se pronunciado contra um coronel nas últimas eleições, foram surpreendidos pelo ressentimento e ódio do proprietário, tendo que se juntar a uma grande quantidade de recrutas à força. Entre os recrutados estava um homem casado, com dois filhos. Sua esposa decidiu acompanhá-lo, enfrentando um mundo que estava se deteriorando ao seu redor.²⁶

O casal enfrentou uma longa jornada até Cachoeira, onde o marido ficou alojado na província baiana, aguardando o embarque das tropas para o Paraguai. Enquanto isso, a esposa desesperada começou uma peregrinação pelos gabinetes das autoridades provinciais, buscando a isenção do alistamento para o marido. Seus esforços foram insuficientes, uma vez que foi informada de que o soldado era indispensável para a defesa da pátria. Junto aos homens acorrentados, a pobre mulher seguiu em direção à cidade de Salvador.

Os seus esforços e lágrimas da dedicada mulher, não foram suficientes para libertar o esposo. O homem, casado e pai de dois filhos, partiu forçado para a guerra, ostentando o distintivo de voluntário da pátria. Sua esposa, determinada, não o abandonou, preferindo o infortúnio a ser entregue à miséria.

Após uma jornada cheia de percalços, a esposa fiel acompanhou o marido até Montevidéu, onde adoeceu gravemente em um hospital insalubre. Sem compreender o idioma local, ela vagou por uma terra estranha, desamparada e doente. Eventualmente, uma alma compassiva a trouxe de volta ao Brasil.

Durante seis meses, ela enfrentou dificuldades na corte em busca de assistência para retornar à sua província natal. Por fim, voltou à cidade natal onde trabalhou na lavoura para prover a si mesma e ao seu filho. A seca, contudo, trouxe ainda mais dificuldades, o que a levou a procurar ajuda do governo em meio à sua angústia. Mas, para sua surpresa, foi confrontada com uma burocracia insensível, que exigia documentos impossíveis de obter.

Sem esperanças e sem apoio, ela maldisse a sua sorte e foi logo esquecida pela nação. Contudo, enquanto os primeiros voluntários chegavam em celebração ao término da guerra, ela, uma mulher sem nome, idade e nacionalidade, foi deixada de lado. Fico imaginando sua surpresa e revolta diante das autoridades durante o discurso da vitória. O presidente da província leu a seguinte proclamação, publicada no dia seguinte no jornal O Alabama, em 05 de maio de 1870:

Homens do campo que trocasse o arado pelo fuzil, repetindo os feitos heroicos dos velhos tempos de Roma, voltaí orgulhosos a mais nobre das industrias, e transmiti à vossos filhos, parentes e vizinhos o sentimento de patriotismo que vos seguiu na terra estrangeira, dizei-lhes que no meio dos perigos e por entre cadáveres a pátria sobressai até a família.²⁷

26. IGHBa. O Alabama, 18 de mar. De 1870.

27. IGHBa. O Alabama, 5 de mai. De 1870.

O papel do historiador, assim como qualquer investigação sobre o passado, vai além de simplesmente estabelecer fatos; também envolve a seleção dos mais significativos e a sua contextualização. Nesse processo, Todorov reconhece que a escolha e combinação dos eventos são orientadas não apenas pela busca da verdade, mas também pelo bem.

A análise dos fatos históricos não se limita apenas à reconstrução dos eventos, mas também envolve uma tentativa de compreender o pensamento e os sentimentos dos indivíduos da época, mesmo que estes não se expressem diretamente. Esta narrativa aborda homens mutilados, órfãos, viúvas desamparadas, figuras esquecidas pela história oficial, negligenciadas pelo governo e ignoradas pela sociedade. O desafio de atribuir significado ao estudo das feridas do passado não se trata de provocar vitimização ou compaixão, mas sim de reconhecer a humanidade desses personagens silenciados.

O sofrimento em nome da pátria não pode ser dissociado da dor pela perda de entes queridos. Aqueles que sacrificaram suas vidas pela defesa da nação encontraram apenas ruína e desespero, vendo suas vidas e lares se desintegrarem. Muitos desses soldados eram pessoas comuns, cujo sentido de patriotismo nem sempre era claro, e que acabaram pagando um preço alto por seu idealismo.

A imagem dos mutilados, envergonhados pelo não reconhecimento de sua bravura, expressava o sentimento de humilhação que os acompanhava em qualquer circunstância. As suas feridas físicas eram uma expressão dolorosa do que haviam perdido em termos de dignidade e integridade. Para eles, apenas o protesto, a indignação e o ressentimento eram suficientes para serem lembrados pela história.

Depois da guerra, muitas pessoas pediram pensão, soldos, ajuda médica e até mesmo um funeral digno. As histórias persistem ao longo do tempo, sendo registradas e relatadas como testemunhos da luta desses indivíduos por justiça e reconhecimento. As viúvas que buscavam pensões, as esposas que vendiam roupas para os filhos, todas essas histórias revelam a dignidade e a luta dessas mulheres em meio à adversidade.

Este relato tem como objetivo revelar os personagens esquecidos durante a Guerra do Paraguai, indivíduos comuns que não foram reconhecidos como heróis nacionais. É um esforço para encontrar um lugar na história para aqueles que foram esquecidos e para assegurar que suas histórias não se percam no esquecimento.

A partir das narrativas profundamente tocantes apresentadas, torna-se perceptível que a história da Guerra do Paraguai transcende os relatos de batalhas e estratégias militares, atingindo a essência das vidas daqueles que foram afetados por este conflito. As histórias de pessoas que ficaram viúvas, órfãs, feridas e desamparadas são tristes e muitas vezes não são contadas na história oficial. Embora não estejam registrados nos registros oficiais, esses indivíduos anônimos desempenharam um papel crucial nos bastidores da guerra, enfrentando dificuldades gigantescas e sofrendo consequências devastadoras.

Eles lutam por direitos, como pensão, assistência médica e reconhecimento pelo seu esforço. Suas narrativas revelam as injustiças e desigualdades que permeavam a sociedade da época. Ao dar voz aos indivíduos negligenciados e marginalizados, podemos enriquecer nossa compreensão do passado e estimular uma análise mais aprofundada da essência humana e da situação social.

Ao recordarmos aqueles que foram ignorados pela história oficial, podemos revelar suas histórias e celebrar sua coragem. Além das histórias de indivíduos marginalizados e esquecidos, a Guerra do Paraguai no Brasil do século XIX revela aspectos mais amplos sobre as consequências devastadoras de conflitos armados. A guerra não apenas ceifou vidas e causou danos materiais, mas também gerou um legado de sofrimento humano. As histórias de viúvas desamparadas, órfãs desprotegidas e soldados mutilados nos lembram das profundas feridas psicológicas e sociais que surgem com a violência da guerra.

Além disso, as histórias apresentadas revelam as diferenças sociais e a negligência estatal enfrentadas pelos mais vulneráveis durante e depois do conflito. A dificuldade em obter pensão, assistência médica e reconhecimento por serviços prestados demonstra a falta de apoio e proteção oferecidas pelo governo da época aos cidadãos que se sacrificaram para servir à nação. Essa negligência mostra falhas sistêmicas na estrutura social e política do Brasil do século XIX, destacando a necessidade de reformas e políticas mais inclusivas e compassivas.

A guerra, conseqüentemente, revela a complexidade das relações de poder e os efeitos desiguais que esses conflitos têm sobre diferentes grupos sociais. Enquanto os líderes políticos e militares podem comemorar as suas conquistas, os mais vulneráveis são deixados para enfrentar as consequências devastadoras da guerra. Isso nos lembra que não devemos apenas considerar as narrativas oficiais e glorificadas, mas também as experiências e perspectivas daqueles que foram excluídos e silenciados pela história.

A Guerra do Paraguai, ocorrida no Brasil no século XIX, revela aspectos mais amplos sobre as consequências devastadoras de conflitos armados. A guerra não apenas ceifou milhares de vidas, como também deixou um legado de sofrimento humano que deve ser esquecido. As narrativas de viúvas desamparadas, órfãos desprotegidos e soldados mutilados ou enlouquecidos nos remetem às profundas feridas psicológicas e sociais causadas pela violência da guerra.

Por fim, as histórias apresentadas mostram a omissão, muitas vezes, do governo monárquico em relação aos mais vulneráveis durante e depois do conflito. A dificuldade em obter pensão, assistência médica e reconhecimento por serviços prestados revela a falta de apoio e proteção oferecida pelo governo da época aos cidadãos que se sacrificaram para servir à nação. Essa falta de cuidado mostra problemas na estrutura social e política do Brasil do século XIX.

A guerra também mostra a complexidade das relações de poder e os efeitos desiguais que esses conflitos têm em diferentes grupos sociais. Enquanto o império e o exército podiam celebrar conquistas, os cidadãos comuns que se apresentaram como voluntários ou foram recrutados à força eram deixados para lidar com as consequências devastadoras da guerra. Isso nos força lembrar da importância de considerar não apenas as narrativas oficiais e glorificadas, mas também as experiências e perspectivas daquelas que foram marginalizadas e silenciadas pela história.

REFERÊNCIAS

- ANSART, Pierre. História, testemunho e Memória. In: BRESCIANI, Stella e Naxara Márcia (orgs.) Memória (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas – SP. Editora da UNICAMP, 2000
- BENJAMIN, Walter et. all. Textos Escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- BOCCANEIRA JR, Sílio. A Bahia na Guerra do Paraguai In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n. 72, 1945.
- BRUSCHINI, C. & SORJ, B (org.). Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero/Fundação Carlos Chagas, 1994.
- CHAVES, Marcos Antonio et all.. Significados de Proteção a Meninas Pobres na Bahia do Século XIX. In: Psicologia em Estudo. Maringá. V. 8, 2003.
- COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. Revista. Estudos. Feministas. Jul./Dez. 2002, vol.10, no.2, p.301-323.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- DUARTE, General Paulo de Queiroz. Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, v.1. 1981.
- GAGNEBIN, jannine Marie In: BRESCIANI, Stella e Naxara Márcia (orgs.) Memória (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas – SP. Editora da UNICAMP, 2000
- HAROCHE, Claudine e SEIXAS, Jacy. Sobre a humilhação: sentimentos, gestos e palavras. Colóquio Internacional. Cardenos de Resumo. SP: UNICAMP, 2004.
- LOPREATTO, Christina. Sobre a humilhação: sentimentos, gestos e palavras. Colóquio Internacional. Cardenos de Resumo. SP: UNICAMP, 2004
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: Hucitec. Secretaria de Educação e Cultura, 1979.
- POMER, Leon. A Guerra do Paraguai, A grande tragédia Rio-platense. São Paulo: Global, 1980.
- QUERINO, Manoel. A Bahia de outrora: vultos e fatos populares. Bahia: Livraria Econômica, 1922.
- RODRIGUES, Marcelo Santos. Os (in) voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: A participação da Bahia no conflito. Bahia: tese de mestrado em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA , 2001.
- SILVA, T. T. (org). Identidade e diferença. Petrópolis, RJ: vozes, 2000.

MEMÓRIAS DIGITAIS: EXPLORANDO A HISTÓRIA ORAL PARA COMPREENDER O POTENCIAL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SETOR PÚBLICO

Data de aceite: 02/05/2024

Daniel Eduardo Bonatti

UFT, Palmas/TO

<http://lattes.cnpq.br/2129604675541110>

Sonia Terezinha Baccin Bonatti

UFT, Palmas/TO

<http://lattes.cnpq.br/1531444807308921>

Emerson Nogueira de Carvalho

UFT, Palmas/TO

<http://lattes.cnpq.br/0366614768192407>

Marcos Aurelio Suwate Xerente

UFT, Palmas/TO

<http://lattes.cnpq.br/8043412016758386>

André Ribeiro de Goveia

UFT, Palmas/TO

<http://lattes.cnpq.br/7522670665380784>

Jocyleia Santana dos Santos

UFT, Palmas/TO

<http://lattes.cnpq.br/8198025782417839>

Samuel Marques Borges

UFT, Palmas/TO

<http://lattes.cnpq.br/5202997292775284>

Neila Barbosa Osório

Palmas/TO

<http://lattes.cnpq.br/8325746711520223>

RESUMO: O artigo em questão aborda reflexões sobre o papel da História Oral na produção de conhecimento, destacando a necessidade de adaptação às novas tecnologias. O texto propõe investigar metodologias alinhadas com avanços tecnológicos, visando promover a disseminação do conhecimento e estimular o interesse no ensino-aprendizagem. Destaca-se a importância de superar resistências à inovação tecnológica, ressaltando que diferentes abordagens e tecnologias desempenham um papel essencial como impulsionadores no processo educacional. Baseia em fontes orais, registrando depoimentos que capturam a experiência vivida de indivíduos ou de uma coletividade. A citação de Alberti ressalta a importância de uma linha temática que confira identidade ao programa de História Oral, facilitando a consulta aos depoimentos produzidos. A pesquisa proposta visa compreender o pensamento dos entrevistados em relação à implementação da Inteligência Artificial (IA) no contexto dos servidores públicos. Questões como o impacto da IA no emprego, a possibilidade de substituição de funções por máquinas e considerações éticas, incluindo a privacidade de dados, serão abordadas. O objetivo é explorar

a perspectiva dos entrevistados sobre o papel da IA e suas implicações no ambiente de trabalho e na sociedade.

Palavras-chave: História oral; Tecnologias na Educação; Inovação tecnológica; Inteligência artificial; Sociedade.

DIGITAL MEMORIES: EXPLORING ORAL HISTORY TO UNDERSTAND THE POTENTIAL OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN THE PUBLIC SECTOR

ABSTRACT: The article in question addresses reflections on the role of Oral History in the production of knowledge, highlighting the need to adapt to new technologies. The text proposes to investigate methodologies aligned with technological advances, aiming to promote the dissemination of knowledge and stimulate interest in teaching-learning. The importance of overcoming resistance to technological innovation is highlighted, highlighting that different approaches and technologies play an essential role as drivers in the educational process. It is based on oral sources, recording testimonies that capture the lived experience of individuals or a community. Alberti's quote highlights the importance of a thematic line that gives identity to the Oral History program, facilitating consultation of the statements produced. The proposed research aims to understand the interviewees' thoughts regarding the implementation of Artificial Intelligence (AI) in the context of public servants. Issues such as the impact of AI on employment, the possibility of replacing roles with machines and ethical considerations, including data privacy, will be addressed. The objective is to explore the interviewees' perspective on the role of AI and its implications in the workplace and society.

KEYWORDS: Oral history; Technologies in Education; Technologic innovation; Artificial intelligence; Society.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca apresentar a pesquisa realizada na Disciplina de História, Memória e Educação do Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal do Tocantins /UFT, localizado em Palmas, Tocantins. O foco da pesquisa está na História Oral, uma metodologia que envolve a condução de entrevistas gravadas com indivíduos capazes de testemunhar sobre eventos, contextos, instituições, estilos de vida e outros aspectos da história contemporânea. A abordagem segue as orientações de Thompson (1998, p.337), contribuindo para a compreensão mais ampla e aprofundada da história local e suas conexões com a memória e a educação.

De acordo com (Thompson, 1998, p.337)

A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas (Thompson, 1998, p.337).

O uso da História Oral como base essencial desta pesquisa destaca-se pela sua ênfase nas entrevistas e depoimentos dos participantes, oferecendo uma perspectiva única e pessoal sobre os eventos históricos. Para uma compreensão mais abrangente, é fundamental contextualizar a História Oral, explorando sua evolução e importância ao longo do tempo

A próxima fase da pesquisa se concentra no pensamento dos entrevistados, especialmente no que diz respeito ao uso das tecnologias, mais especificamente a Inteligência Artificial - IA e sua influência no cotidiano. Ao explorar as narrativas pessoais, busca-se compreender como as tecnologias foram introduzidas e integradas nas vidas dos entrevistados, assim como os impactos percebidos em suas experiências e na sociedade em geral. Este enfoque permite não apenas documentar a história, mas também analisar as percepções individuais e coletivas em relação à interação entre tecnologia e vida cotidiana.

Esta pesquisa, conduzida com um pequeno grupo de servidores públicos do estado do Tocantins, na cidade de Palmas -Tocantins, tem como objetivo examinar a habilidade e a facilidade de uso de tecnologias, em questão a Inteligência Artificial –IA, por esse público específico. A pesquisa visa entender como esse grupo lida com as tecnologias disponíveis, uma vez que, historicamente, o uso de tecnologias no ensino não era proeminente. O foco recai sobre a adaptação e a integração dessas ferramentas por parte dos servidores, considerando as mudanças significativas na educação com o avanço tecnológico.

A pesquisa visa investigar como o uso da tecnologia, especialmente a Inteligência Artificial (IA), contribui para um bom desempenho na construção do conhecimento social e autônomo. A proposta visa promover uma reflexão sobre a inovação no processo educacional, destacando-se como uma abordagem que pode significativamente contribuir para o crescimento do saber. A ênfase reside na compreensão de como a integração da IA pode impactar positivamente a aprendizagem, fomentando um ambiente propício ao desenvolvimento do conhecimento de maneira mais eficaz e independente. Isso implica atender às necessidades psicológicas básicas, especialmente a autonomia. A reflexão sobre nossa relação com o conhecimento torna-se crucial, uma vez que as concepções de ensino estão em constante evolução. É vital proporcionar oportunidades de desenvolvimento cultural, científico, tecnológico e humano tanto para os jovens quanto para os mais experientes.

Posteriormente, a pesquisa avançou por meios de Parte superior do formulário questões orais, individuais, resultando na produção escrita, na qual cada participante descreve as particularidades de seu conhecimento e habilidades tecnológicas, valorizando os conhecimentos prévios dos participantes buscando adquirir subsídios para uma produção gradual, transitando do micro ao macroconhecimento ao longo do processo de pesquisa.

A HISTÓRIA ORAL

A prática da História Oral, segundo pesquisas teve seu início nos anos 1950, impulsionada pelo desenvolvimento de tecnologias que permitiam um registro mais eficaz dos eventos. Segundo Santos, (2022)

A busca por informações sobre o surgimento desta prática remonta às

décadas de 1940 e 1950 nos Estados Unidos, onde a História Oral era tida como um complemento da História. Ainda timidamente, na década de 1960 pesquisadores italianos aderiram a esta prática. Na década de 1970, pesquisadores latinos americanos deram crédito à História Oral, endossando o rol daqueles que acreditavam neste método (Santos, 2022, Vol.2).

A utilização dessas técnicas ganhou popularidade, promovendo um maior intercâmbio entre seus praticantes. As entrevistas de História Oral são reconhecidas como fontes valiosas para a compreensão do passado, complementando documentos escritos, imagens e outros registros. Essa abordagem caracteriza-se por ser produzida a partir de estímulos, onde o pesquisador procura o entrevistado após a ocorrência do evento ou conjuntura que deseja investigar. As entrevistas, consideradas documentos biográficos, proporcionam insights sobre como os indivíduos experimentaram e interpretam eventos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral. A História Oral desempenha um papel concreto e próximo na compreensão do passado, facilitando a transmissão da experiências para as gerações futuras. Nas instituições de ensino, a História é não apenas uma disciplina, mas uma forma de entender o passado e planejar o futuras.

A pesquisa em História Oral é destacada por Alberti (1990, p.40) como fundamental para “dar identidade institucional a um programa, facilitando a consulta dos depoimentos produzidos. As entrevistas, quando estimuladas, tornam-se a origem para a compreensão do passado sob diversas formas de registro”. Conforme Alberti (2005, 57), a História Oral proporciona conhecimento sobre eventos, situações e modos de vida de grupos sociais, enriquecendo a compreensão de suas realidades. Alberti (1990) afirma,

A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. (Alberti, 1990, p. 155)

No contexto brasileiro, a metodologia de História Oral foi introduzida na década de 1970, marcando sua presença com a criação do Programa de História Oral do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). Em 1994, consolidando essa prática, foi estabelecida a Associação Brasileira de História Oral. Desde então, inúmeros programas e pesquisas têm empregado relatos pessoais do passado como fontes valiosas para a análise de uma ampla variedade de temas. Essa abordagem tem contribuído significativamente para o enriquecimento e aprofundamento das pesquisas históricas no país.

As entrevistas de História Oral representam uma abordagem valiosa para compreender o passado, conferindo maior concretude ao estudo histórico. Antes da realização das gravações, diversas atividades são indispensáveis, incluindo pesquisa e sondagem de dados para a elaboração dos roteiros de entrevista. O trabalho com História Oral proporciona uma nova perspectiva, possibilitando a reconstrução de narrativas através da escuta atenta.

Segundo Alberti (1990),

[...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (Alberti, 1990).

Essa metodologia demanda aprofundamento e, ao escolher incorporá-la, não implica a exclusão de trabalhos escritos, mas sim a adoção de uma abordagem mais abrangente que inclui tanto registros orais quanto escritos. O confronto com outros documentos é essencial para enriquecer a análise. Ao decidir trabalhar com História Oral, abre-se espaço para explorar alternativas que promovam a autonomia no uso de tecnologias no ensino, proporcionando uma interação mais dinâmica no processo educacional.

Trabalhar com a História Oral é uma proposta que demanda estudo, debate, análise e, principalmente, aprofundamento. Estamos lidando com a realidade educacional brasileira, em que, frequentemente, enfrentamos desafios relacionados à falta de comprometimento e competência necessária. Portanto, é essencial dedicar esforços para compreender as nuances e particularidades desse contexto, buscando soluções e estratégias que fortaleçam a efetividade da História Oral como ferramenta educacional.

A História oral pode ser conceituada como, de acordo com Alberti (1990),

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (Alberti, 1990 p. 52).

Pesquisar novas metodologias alinhadas com as tecnologias, especialmente no contexto da História Oral, é um fator preponderante para a motivação e um elemento crucial a ser considerado na educação, ciência e tecnologia. Essa abordagem desempenha um papel de grande importância na análise do processo educativo, uma vez que a integração de novas tecnologias pode não apenas estimular o interesse dos alunos, mas também enriquecer a forma como a educação, a ciência e a tecnologia são compreendidas e aplicadas. A busca por métodos inovadores e tecnológicos na prática da História Oral pode potencializar significativamente o engajamento e o aprendizado.

O papel de modelo na sociedade é inerente a cada indivíduo, uma vez que, ao vivermos em uma comunidade, nos tornamos referências para os outros elementos e, simultaneamente, nos inspiramos nos modelos ao nosso redor.

O uso da História Oral pode ser entendido como uma metodologia, uma abordagem abrangente para a compreensão do passado. Alguns objetivos e características associados a essa prática incluem: devolver a história às pessoas em suas próprias palavras, registrar os

relatos dos entrevistados que contribuíram para a pesquisa, resgatar dados e informações sobre episódios importantes para a história da sociedade e construir meios que sirvam às consultas para pesquisa e produção de conhecimento. Além disso, a introdução do conceito de inteligência artificial destaca a interseção entre a história oral e as tecnologias modernas, ressaltando a capacidade dessa disciplina de se adaptar e incorporar inovações para ampliar suas possibilidades de pesquisa e preservação do conhecimento histórico.

Trabalhar com a História Oral é de suma importância para pesquisas científicas, pois durante as narrativas, as lembranças resgatam memórias das trajetórias individuais, construindo novos significados e delineando posicionamentos em relação ao passado. Com base nos métodos descritos, a pesquisa impulsionará a compreensão e a mensuração das fontes orais dos entrevistados.

COMPREENDENDO DE FORMA CONCISA O CONCEITO DE INTELIGENCIA ARTIFICIAL

Segundo Assaf (2024) a “Inteligência Artificial (IA) refere-se à criação de sistemas computacionais que podem realizar tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana”. Esses sistemas são projetados para aprender, raciocinar, resolver problemas e até mesmo entender linguagem natural. A Inteligência Artificial (IA) abrange diversas tecnologias, como aprendizado de máquina e processamento de linguagem natural, e tem aplicações em uma ampla gama de setores, desde automação industrial até assistentes virtuais e diagnóstico médico. De acordo com Pereira (2011),

Processamento de Linguagem Natural (PLN) consiste no desenvolvimento de modelos computacionais para a realização de tarefas que dependem de informações expressas em alguma língua natural (e.g. tradução e interpretação de textos, busca de informações em documentos e interface homem-máquina (Pereira, 2011).

Segundo Formighieri (2019) em 1943, um neurofisiologista chamado Warren McCulloch e um matemático chamado Walter Pitts publicaram um artigo que explorava uma hipótese sobre o funcionamento dos neurônios. A partir dessa pesquisa, emergiram duas direções de estudo: uma voltada para as Redes Neurais em processos biológicos cerebrais e outra direcionada às Redes Neurais Artificiais, utilizadas na área de Inteligência Artificial.

Segundo Russell e Norvig (2004), eles fundamentaram seu trabalho em três fontes principais: o entendimento da fisiologia básica e função dos neurônios cerebrais, uma análise formal da lógica proposicional desenvolvida por Russell e Whitehead, e a Teoria da Computação de Turing¹.

1. Propunha a construção de uma máquina universal, capaz de operar com uma sequência de instruções e dados entremeados em uma fita de comprimento infinito.

A presença da Inteligência Artificial em nossas vidas tem crescido significativamente, permeando diversos setores, desde a automação de veículos e indústrias até a esfera da computação e medicina. Ao explorar seu histórico, é possível constatar que a Inteligência Artificial já desempenha um papel relevante há séculos, evoluindo de maneira notável ao longo do tempo. Além disso, é válido abordar uma subárea específica da inteligência artificial, conhecida como aprendizado de máquina, a qual se refere a programas capazes de aprender por meio da experiência.

De acordo com Reynol (2010), as perspectivas para o futuro da Inteligência Artificial são promissoras, especialmente quando se consideram as vantagens da arquitetura computacional fundamentada nos princípios da física quântica. Isso implica o desenvolvimento de computadores com velocidades superiores às dos modelos atuais.

UM GUIA DETALHADO DA PESQUISA

As falas relatadas aqui evidenciam a valorização e o reconhecimento por parte dos participantes em relação à pesquisa. A disposição em compartilhar suas histórias e pontos de vista destaca a importância atribuída ao processo de investigação, indicando uma conexão significativa entre os pesquisadores e os sujeitos da pesquisa. Essa valorização e reconhecimento contribuem para enriquecer e validar os resultados obtidos ao longo do estudo.

Envolveu servidores públicos do estado do Tocantins, na cidade de Palmas e conduzido por meio de etapas específicas e amostragens. O delineamento do processo se deu da seguinte maneira:

Entrevista inicial: Realização de entrevistas com servidores públicos do estado do Tocantins, com ênfase nas sugestões apresentadas.

Observação: Utilização da técnica da observação para captar aspectos relevantes durante o processo.

- Pesquisa individual: Após a entrevista, cada servidor participante responderá a questionamentos individuais, contribuindo com informações sobre os temas abordados.
- Produção escrita individual: Os participantes do projeto expressarão suas visões e experiências por escrito, respondendo aos questionamentos apresentados.
- Teorização e artigo: teorização dos conteúdos, culminando na produção de artigo que consolidará as reflexões e aprendizados.
- Valorização de conhecimentos prévios: valoriza os conhecimentos prévios dos participantes, buscando subsidiar uma produção gradativa, da análise detalhada (micro) até uma compreensão mais abrangente (macro).

- Conclusão da pesquisa: A pesquisa será concluída após todas as etapas serem realizadas, proporcionando uma visão abrangente dos temas explorados e contribuindo para o entendimento dos aspectos relevantes para os servidores públicos do estado do Tocantins.

ORGANIZAÇÃO TEMPORAL: DESDOBRAMENTO DA PESQUISA

O cronograma de atividades proporciona uma visão organizada e temporal das diferentes etapas e tarefas envolvidas na pesquisa. Resumindo, é uma ferramenta valiosa que ajuda os pesquisadores a estruturar, planejar e monitorar sistematicamente o desenvolvimento de suas pesquisas, contribuindo para a qualidade e eficiência do trabalho. De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2011),

A elaboração do cronograma responde à pergunta: Quando? A pesquisa deve ser dividida em partes, fazendo-se a previsão do tempo necessário para passar de uma fase a outra. Não esquecer que há determinadas partes que podem ser executadas simultaneamente enquanto outras dependem das fases anteriores. Distribuir o tempo total disponível para a realização da pesquisa, incluindo nesta divisão a sua apresentação gráfica ABNT (2011).

O projeto foi desenvolvido ao longo de quatro meses compreendido entre Novembro de 2023 a Fevereiro de 2024.

As principais atividades planejadas para a pesquisa ao longo dos meses especificados permitiram um acompanhamento fácil do progresso e a distribuição eficiente das tarefas ao longo do tempo. Que foram: elaboração do pré-projeto e definição do tema, aprovação pela professora para realização da pesquisa, autorização do orientador para realização da pesquisa, a pesquisa bibliográfica, as entrevistas, coleta de dados, produção do artigo e apresentação do artigo.

ENTREVISTAS REVELADORAS NO CONTEXTO DA PESQUISA

As entrevistas para a pesquisa foram realizadas por meio de um questionário específico sobre o tema “Potencial da Inteligência Artificial no Setor Público”. Isso significa que os participantes foram abordados e questionados de maneira organizada e estruturada, utilizando perguntas direcionadas para explorar suas perspectivas, experiências e opiniões relacionadas à Inteligência Artificial. A escolha de um questionário temático sugere uma abordagem focalizada, com o objetivo de obter informações específicas e relevantes sobre o assunto em questão. A metodologia adotada envolveu uma abordagem organizada e direcionada para explorar as visões dos participantes sobre o potencial da Inteligência Artificial no setor público. Para Santos (2005, p.10),

Um processo de aprendizagem inclui a aquisição de novas formas de conhecimento: o desenvolvimento motor e a habilidade cognitiva (através de instruções ou prática), a organização do novo conhecimento (representações

efetivas) e as descobertas de novos fatos e teorias através da observação e experimentação. Desde o início da era dos computadores, tem sido realizadas pesquisas para implantar algumas destas capacidades em computadores. Resolver este problema tem sido o maior desafio para os pesquisadores de inteligência artificial (IA). O estudo e a modelagem de processos de aprendizagem em computadores e suas múltiplas manifestações constituem o objetivo principal do estudo de aprendizado de máquinas. (Santos, 2005, p10).

O aprendizado de máquina refere-se a um processo no qual um sistema aprende por meio da experiência. À medida que realiza uma tarefa, o problema em questão aprende qual é a melhor maneira de resolvê-lo. Além disso, esse processo envolve a organização e estruturação do conhecimento existente, contribuindo para um entendimento mais profundo do próprio aprendizado. Em resumo, a máquina aprimora seu desempenho à medida que interage e executa suas funções, incorporando conhecimento e refinando sua capacidade de lidar com diversas situações.

Explorando Perspectivas: Questionário sobre o Potencial da Inteligência Artificial no Setor Público

A elaboração de questionário para pesquisa científica é uma prática fundamental e estratégica por várias razões: pela padronização, objetividade, eficiência, anonimato, estruturação da pesquisa, facilidade de análise, cobertura mais abrangente, controle experimental e um planejamento prévio.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

A seguir, serão apresentadas as questões destinadas aos entrevistados.

1. Como a IA tem contribuído para otimizar processos e resultados no seu setor?
2. Quais ferramentas da IA você tem utilizado e o porquê dessa escolha?
3. Existe alguma política de utilização de IA no setor público que você trabalha?
4. Você visualiza algum problema com a utilização da IA? Consegue mensurar algum ponto negativo com a utilização da mesma?
5. Teve algum treinamento por parte do poder público para preparação técnica e conhecimento sobre a IA e suas ferramentas?
6. Cite pontos positivos da IA contribuindo para realização das atividades no dia a dia.

A entrevista possibilita que se compartilhe experiências e promova a aproximação entre o sujeito-entrevistado e seu entrevistador, mesmo que ambos tenham diferentes interesses na pesquisa. O entrevistado tem como objetivo falar do que lhes é uma revelação interessante, já o entrevistador interessa ouvir e assim registrar sua narrativa. Amado (1997, p. 153),

(...) quando alguém concorda em ser entrevistado, tem objetivos a atingir, relacionados não ao historiador, mas a si próprio, ou seja: conceder ou não a entrevista é um ato voluntário, integrante de um complexo universo de interesses e estratégias ao qual, muitas vezes, o historiador sequer tem acesso (Amado, 1997, p.153).

Ao fazer uso desses relatos, o pesquisador poderá compor seu trabalho com as partes que forem pertinentes ao seu trabalho. Segundo Queiroz (1988, p.18),

O pesquisador utilizará em seu trabalho partes do relato que sirvam aos objetivos fixados, destacando os tópicos que considera útil, deixando em separado aqueles que acredita estarem fora do seu interesse e que podem até futuramente tornar-se objeto de reflexão (Queiroz, 1988, p.18).

O trecho descreve a abordagem metodológica que o pesquisador adotará em seu trabalho com relatos orais. Ele destaca a seleção de partes específicas do relato que estejam alinhadas com os objetivos estabelecidos para a pesquisa. O pesquisador tem a intenção de identificar e destacar os tópicos considerados relevantes, enquanto separa aqueles que, inicialmente, não parecem estar dentro do escopo de interesse, podendo ser potencialmente explorados em reflexões futuras. Esse método sugere uma abordagem seletiva na análise dos relatos orais, direcionada para os aspectos mais pertinentes para os objetivos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante as entrevistas, os participantes mostraram uma disposição clara e determinada ao compartilhar suas memórias e trajetórias de vida. Em resumo, o texto ressalta a autenticidade e o comprometimento dos entrevistados ao compartilharem suas histórias. Nas entrevistas, por meio de anotações e observações, os entrevistados compartilharam suas experiências e perspectivas, dando voz às suas opiniões. As falas registradas no contexto da pesquisa evidenciam não apenas a participação ativa dos entrevistados, mas também revelam uma apreciação e reconhecimento por parte deles em relação ao processo de pesquisa. Em resumo, o texto destaca a riqueza das vozes e histórias dos entrevistados, assim como a importância que atribuem à pesquisa em que estão envolvidos.

“Quais foram as respostas ou conclusões obtidas a partir das entrevistas com os participantes?”

**Entrevistado 1:*

Questão 1: *No meu setor temos poucos técnicos habilitados e qualificados para a utilização da IA. Temos grandes dificuldades para a operacionalização da mesma, pois nos é cobrado muita evolução, dominação de ferramentas tecnológicas e não tivemos em momento algum um contato. Seria muito bom poder contar com essas ferramentas para execução do nosso trabalho, porém não temos.*

Questão 2: *No meu caso, tenho utilizado o Chatgpt em alguns momentos, pois nos auxilia nosso trabalho.*

Questão 3: *Primeiro precisaria entender bem até onde é política pública e política IA. Em seguida teremos mais clareza no sentido de como e onde realmente poderemos usar a IA. A Inteligência Artificial é muito confundida na política pública com “demagogia”, então existe uma dicotomia clara e atuante no meu setor e quiçá em toda a administração.*

Questão 4: *Sim, falta de treinamento e conhecimento dos caminhos a serem seguidos para uma otimização da IA. Outra questão negativa é a hierarquia de poder e afazeres. Quem faz o que? Não existe efetivação, é coisa pública, então vamos adiante até encontrar alguém que solucione tais situações.*

Questão 5: *Não. E penso que numa proporção de 100%, acredito que 5 a 10% teve formação ou conhecimento. Lembrando que a cada momento temos novidades devido ao grande avanço a nível mundial em tecnologia. Alguns líderes de setor participam de treinamentos com objetivo de multiplicar os conhecimentos, mas raramente isso acontece.*

Questão 6: *Na atualidade quem não tem conhecimentos mínimos em tecnologia, está desconectado. Então dentro das possibilidades todos os integrantes de rede pública procuram aprender. Considero ponto primordial. Assim não podemos descaracterizar a IA, ou negar. Estamos seguindo a passos lentos para a realização e autorrealização do serviço público. Existem pessoas focadas na IA, outras não. Vemos então pontos positivos e negativos.*

**Entrevistado 2:*

Questão 1: *Tem gerado uma grande quantidade de dados diários. Quando esses dados são combinados com a inteligência artificial, impulsionam a transformação digital, impactando positivamente em áreas como tecnologia, economia, saúde, indústria, transporte, entretenimento, e muitas outras.*

Questão 2: *ChatGPT, Midjourney, Perplexity, Synthesia, Voicely, Speech Text, Veed. Devido às suas capacidades únicas e transformadoras em diversas áreas.*

Questão 3: Não que eu tenha conhecimento. Mesmo sabendo que a utilização da Inteligência Artificial na Gestão Pública é motivada por diversos fatores, como a otimização de processos, previsão de incidentes, identificação de fraudes e automação de tarefas e serviços. As possibilidades são vastas, variando de acordo com as condições e necessidades de cada realidade.

Questão 4: A principal desvantagem da inteligência artificial é o impacto negativo no emprego devido à substituição de trabalhadores por máquinas inteligentes. O avanço da IA tem automatizado funções anteriormente realizadas por humanos, resultando em uma possível perda em larga escala de empregos.

Questão 5: Não, até o momento, não recebi nenhum treinamento por parte do estado para preparação técnica e conhecimento sobre a IA e suas ferramentas.

Questão 6: A inteligência artificial tem o potencial de otimizar processos de fabricação, utilizando robôs equipados com IA para realizar tarefas repetitivas e perigosas com rapidez e precisão, reduzindo o risco de acidentes e aumentando a produtividade.

Parte superior do formulário

**Entrevistado 3:*

Questão 1: Na aplicação de gestão e segurança.

Questão 2: ChatGPT, Perplexity, porque ambos são modelos específicos para conversação. Ambos estão relacionados à geração e compreensão de texto em linguagem natural.

Questão 3: Não estou ciente de iniciativas ou diretrizes específicas do governo relacionadas à implementação de inteligência artificial em suas operações ou políticas.

Questão 4: A substituição de empregos por máquinas pode resultar em desemprego em larga escala e agravar as desigualdades sociais. Isso ocorre porque a automação, impulsionada pela inteligência artificial e tecnologias avançadas

Questão 5: Não recebi, treinamento formal do estado em relação à inteligência artificial. No entanto, a justificativa é que a falta de treinamento não se deve à falta de interesse ou predisposição, mas sim à ênfase na formação acadêmica e ao interesse pessoal em buscar aprendizado de forma independente.

Questão 6: Automatização de atividades, melhoria na eficiência, aumento da produtividade, estímulo à criatividade e inovação, diminuição de falhas humanas, personalização de experiências e diminuição de despesas.

**Entrevistado 4:*

Questão 1: *A implementação da Inteligência Artificial em nosso setor tem desempenhado um papel crucial na otimização de processos e na melhoria dos resultados. A IA automatiza tarefas repetitivas, o que nos permite redirecionar nossos recursos para atividades mais estratégicas. Além disso, por meio da análise avançada de dados, conseguimos identificar padrões e tendências, facilitando a tomada de decisões informadas. Em suma, a IA tem contribuído para aumentar a eficiência operacional e impulsionar a inovação em nosso setor.*

Questão 2: *Temos utilizado diversas ferramentas de Inteligência Artificial. Escolhemos essas ferramentas devido à sua capacidade de aprender com dados passados e melhorar continuamente, visando aumentar a eficácia de nossas operações e proporcionar uma experiência aprimorada para nossos usuários.”*

Questão 3: *Em nosso setor público, não existe uma política específica para a utilização de IA. Essa política deveria ser implementada para orientar a aplicação ética e responsável da inteligência artificial em nossas operações, pois abrange áreas como transparência, segurança de dados, garantia de imparcialidade nos algoritmos e proteção da privacidade dos cidadãos. Essa abordagem visa assegurar que a IA seja usada de maneira benéfica, ética e alinhada aos valores e objetivos do setor público.*

Questão 4: *Sim, atualmente, no setor público em que trabalho, há uma política específica para a utilização de Inteligência Artificial. Essa política foi implementada com o objetivo de estabelecer diretrizes claras sobre como a IA deve ser aplicada em nossas operações. Ela abrange aspectos como transparência, ética, segurança de dados e garantia de imparcialidade nos algoritmos. A intenção é assegurar que a implementação da IA seja feita de maneira responsável e alinhada aos princípios éticos e normas do setor público.”*

Questão 5: *Apesar de existir uma política pública para utilização da IA, até o momento não recebi treinamento.*

Questão 6: *A revolução na forma como vivemos e trabalhamos.*

**Entrevistado 5:*

Questão 1: *No meu setor de trabalho, a Inteligência Artificial (IA) não está atualmente em uso. Como resultado, a falta de presença ou implementação dessa tecnologia impede que eu emita opiniões ou ofereça insights específicos sobre como a IA poderia otimizar os processos e resultados no contexto do meu setor.*

Questão 2: *Devido à ausência do uso da IA em meu setor, não poderei opinar, considerando o questionamento. Isso destaca a importância da presença da tecnologia no ambiente de trabalho para que as pessoas possam oferecer contribuições significativas e informadas sobre determinados tópicos.*

Questão 3: *Até onde eu sei, não.*

Questão 4: Posso algumas informações sobre o uso da IA. Ponto negativo a vulnerabilidade de ataques cibernéticos.

Questão 5: Não tive a oportunidade de receber treinamento em IA por parte do poder público

Questão 6: Elimina erros humanos, o serviço é constante, decisões rápidas e inteligentes, economia de recursos entre outros.

Após as entrevistas sobre a Inteligência Artificial, ficou evidente que os impactos positivos superam os negativos na vida da sociedade. Pode-se perceber que há um crescente uso de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial (IA) em diversas áreas. Evidenciou-se que os benefícios da IA ao reduzir a necessidade de intervenção humana em atividades perigosas, monótonas e cansativas, possibilita a dedicação humana a tarefas mais desafiadoras e estimulantes. Ao mesmo tempo em que a IA oferece vantagens, também pode introduzir novos riscos e agravar os já existentes. Percebeu-se a importância de desenvolver novos algoritmos de IA e explorar abordagens inovadoras para minimizar esses riscos, considerando questões éticas, sociais e legais no desenvolvimento e uso da IA. Em resumo, a pesquisa abordou a dualidade da IA, reconhecendo seus benefícios e desafios e enfatizando a importância de abordagens éticas e inovadoras para mitigar potenciais problemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado com a História Oral revela que, por meio da prática da escuta atenta, é possível reinventar novas estratégias e organizações de trabalho. Este campo oferece amplas possibilidades de aprofundamento em diversos aspectos. Ao refletir sobre a trajetória desse trabalho, fica evidente a consciência de que alguns insights sobre dificuldades e alternativas foram particularmente interessantes, enquanto outros não despertaram tanto interesse, e alguns sequer foram percebidos.

É importante destacar que nenhum pesquisador, independentemente de sua capacidade, deve antecipar resultados definitivos em sua primeira pesquisa. A construção do conhecimento e das habilidades requer um processo contínuo, resultante de análises cuidadosas, estudo constante e revisões, tantas quantas forem necessárias.

Pesquisar as percepções dos entrevistados é fundamental para obter uma compreensão mais profunda, rica e diversificada dos fenômenos estudados, seja no contexto da História Oral ou em outras abordagens de pesquisa. O trabalho abordou aspectos significativos, destacando sua relevância ao possibilitar a escuta cuidadosa das experiências relatadas pelos entrevistados e a documentação dessas narrativas. Em resumo, a pesquisa buscou explorar a memória do passado de indivíduos por meio de suas perspectivas pessoais, utilizando a História Oral como ferramenta fundamental para capturar e registrar essas vivências de maneira atenta e documentada.

REFERÊNCIAS

ABNT NBR 15287:2011 - Projeto de Pesquisa – Apresentação.

ALBERTI, Verena. **HISTÓRIA ORAL: A EXPERIÊNCIA DO CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALBERTI, Verena. **HISTÓRIAS DENTRO DA HISTÓRIA**. In: PINSKY, Carla Bassanezi(Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

ASSAF, Alexandre Filho. **AFINAL DE CONTAS, A INTELIGENCIA ARTIFICIAL VAI SUBSTITUIR OS HUMANOS?** Disponível em <https://www.revde.com.br/blog/alexandre-assaf-filho/afinal-de-contas-a-ia-vai-substituir-os-humanos/> Acesso em: 29 janeiro de 2024, 06 h 09 min.

_____. **A HISTÓRIA ORAL: QUESTÕES METODOLÓGICAS**. Anais do Encontro de História e Documentação Oral, 21-25, UnB, Brasília, 1993.

ALMEIDA, Marina S. Rodrigues. **VISLUMBRAR O FUTURO, COM OLHOS NO PASSADO: OS CAMINHOS DE UMA ESCOLA HUMANA**. Disponível em: <<http://www.educacaonline.pro.br>>. Acessado em: dezembro de 2019.

AMADO, Janaina. **O GRANDE MENTIROSO: TRADIÇÃO E VERACIDADE E IMAGINAÇÃO EM HISTÓRIA ORAL**. (Não publicado).

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: INTRODUÇÃO AOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEE, 1997.

FORMIGHIERI, Gustavo. **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: O FUTURO DA APRENDIZAGEM É AGORA**. Disponível em <https://keeps.com.br/inteligencia-artificial-na-educacao-o-futuro-da-aprendizagem-e-agora/> Acesso em 29 de janeiro de 2024, 06 h e 6 min.

GIL, Antônio Carlos. **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. **TRABALHANDO COM FONTES ORAIS**. Cadernos de Metep, DFE/CCH/UEM, Ano4, Nº 3:1-33, 1991.

_____. **HISTÓRIA ORAL E TEMPO PRESENTE**. In: (RE)INTRODUZINDO HISTÓRIA ORAL NO BRASIL. José Carlos Sebe Bom Meihy (org.). Xamã, São Paulo, 1996b: 11-21.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **REFLETINDO SOBRE HISTÓRIA ORAL: PROCEDIMENTOS E POSSIBILIDADES**. In: (RE)INTRODUZINDO HISTÓRIA ORAL NO BRASIL. José Carlos Sebe Bom Meihy (org.). Xamã, São Paulo, 1996b: 56-62.

LDB - **LEIS DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**. LEI No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.

LE GOFF, Jacques. **HISTÓRIA E MEMÓRIA**. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **A COLÔNIA BRASILIANISTA: HISTÓRIA ORAL DE VIDA ACADÊMICA**. Nova Stella, São Paulo, 1990.

_____. **MANUAL DE HISTÓRIA ORAL.** Loyola, São Paulo, 1996a.

MIRANDA, S. de. **PROFESSOR, NÃO DEIXE A PETECA CAIR: 63 IDEIAS PARA AULAS CRIATIVAS.** Campinas: Papirus, 2005.

_____. Lei 10.172/01- **APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO,** Brasília, 2001 c.

PEREIRA, Silvio do Lago. **PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL.** São Paulo, USP, 2011.

PORTELLI, A. **HISTÓRIA ORAL COMO ARTE DA ESCUTA.** Tradução Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016. (Coleção Ideias).

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **RELATOS ORAIS: DO “INDIZÍVEL” AO “DIZÍVEL”.** In: Experimentos com histórias de vida: Itália-BRASIL. Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais. São Paulo: Vértice, 1988, p. 14-43.

REYNOL, Fabio. **PESQUISA DA UNICAMP IMPULSIONA CAMPO DA COMPUTAÇÃO QUÂNTICA.** São Paulo.2010. Disponível em:<http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=brasileiroimpulsiona-campo-computacao-quantica&id=010150100125>> Acesso em: 29 janeiro de 2024, 15 h 24 min.

RUSSEL, Stuart; NORVIG, Peter. **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Campos, 2004.

SANTOS, Cícero Nogueira dos. **APRENDIZADO DE MÁQUINA NA IDENTIFICAÇÃO DE SINTAGMAS NOMINAIS: O CASO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO.** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: Acesso em: 29, janeiro 2024, 15h 10min. 09h55min.

SANTOS, André Sousa; SILVA, D.R. **HISTÓRIA ORAL E HISTÓRIA DE VIDA: ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS.** Disponível em <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/221111021.pdf>> Vol. 2. 2022. Acesso em 29.01.2024, 10h 10 min.

THOMPSON, Paul. **A VOZ DO PASSADO.** Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

A HISTÓRIA ORAL ENQUANTO CAMPO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Data de aceite: 02/05/2024

Júlio Resende Costa

Pós-doutorando em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Coordenador da Banca Permanente de Avaliação do Centro Estadual de Educação Continuada Monsenhor Geraldo Mendes Vasconcelos

Sônia Maria dos Santos

Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Titular aposentada na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Consultora da Unesco no Projeto Alfabetização de Adultos no Brasil

RESUMO: Por meio de uma pequena discussão epistemológica sobre a História Oral, o texto discutiu e analisou a relevância das fontes orais na pesquisa histórica e sua contribuição para a historiografia da educação. O estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza descritiva

e recorreu ao uso de fontes bibliográficas como percurso metodológico. Sufocada pelos postulados positivistas, a História Oral ressurgiu como estratégia de pesquisa em história a partir da década de 1950, ganhando vigor acadêmico nas décadas seguintes. A história é um fenômeno vivo, dinâmico. Os fatos históricos não estão encerrados em si mesmos. Dessa premissa decorre a necessidade de repensar o passado. À medida que o passado é revisitado, ele revela descobertas inéditas para a história da educação. As fontes orais diferem-se das fontes tradicionais porque não são encontradas ao acaso e nem em estado bruto: são produzidas coletivamente, por meio da relação dialética entre entrevistador e entrevistado, em um movimento mediado pela memória e pela linguagem. A memória é o elemento dinamizador do relato que dá origem ao documento oral, inédito e revelador. A relevância acadêmica, histórica e social do documento oral está intimamente ligada à suficiência investigativa do pesquisador, sua competência para recompor eventos passados e acuidade para analisar e interpretar o relato oral. A História Oral não nega as fontes documentais clássicas. Ao responder interrogações que as fontes

tradicionais não conseguem elucidar, ao preencher as lacunas apresentadas nos documentos impressos e/ou escritos, a História Oral dialoga com outros tipos de fontes, suscita novas indagações e abre horizontes e perspectivas de abordagem e interpretação do fenômeno histórico. Percorrendo esse caminho, as fontes orais permitem elucidar uma história ainda não conhecida ou parcialmente explicada pelas fontes clássicas.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia da Educação. História Oral. Memória.

ORAL HISTORY AS A KNOWLEDGE PRODUCTION FIELD IN THE HISTORY OF EDUCATION

ABSTRACT: Through a small epistemological discussion about Oral History, the text discusses and analyzes the relevance of oral sources in historical research and their contribution to the historiography of education. The study is characterized as qualitative research, of a descriptive nature and resorted to the use of bibliographic sources as a methodological path. Suffocated by positivist postulates, Oral History resurfaced as a research strategy in the history from the 1950s onwards, gaining academic vigor in the following decades. History is a living, dynamic phenomenon. Historical facts are not closed in on themselves. From this premise arises the need to rethink the past. As the past is revisited, it reveals unprecedented discoveries for the history of education. Oral sources differ from traditional sources because they are not found at random or in their raw state: they are produced collectively, through the dialectic relationship between interviewer and interviewee, in a movement mediated by memory and language. Memory is the dynamic element of the story that gives rise to the oral, unpublished and revealing document. The academic, historical and social relevance of this oral document is closely linked to the investigative sufficiency of the researcher, his competence to recompose past events and acuity to analyze and interpret the oral report. Oral History does not deny the classic documentary sources. By answering questions that traditional sources are unable to elucidate, by filling in the gaps presented in printed and/or written documents, Oral History dialogues with other types of sources, raises new questions and opens up horizons and perspectives for approaching and interpreting the historical phenomenon. Following this path, oral sources make it possible to elucidate a story not yet known or partially explained by classic sources.

KEYWORDS: Historiography of Education. Oral History. Memory.

LA HISTORIA ORAL COMO CAMPO DE PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO EN LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN

RESUMEN: A través de una pequeña discusión epistemológica sobre la Historia Oral, el texto discute y analiza la relevancia de las fuentes orales en la investigación histórica y su aporte a la historiografía de la educación. El estudio se caracteriza como una investigación cualitativa, de carácter descriptivo y recurrió al uso de fuentes bibliográficas como vía metodológica. Asfixiada por los postulados positivistas, la Historia Oral resurgió como estrategia de investigación en historia de la educación a partir de la década de 1950, cobrando vigor académico en las décadas siguientes. La historia es un fenómeno vivo y dinámico. Los hechos históricos no están encerrados en sí mismos. De esta premisa surge la necesidad de repensar el pasado. A medida que se revisa el pasado, se revelan descubrimientos sin

precedentes para la historia de la educación. Las fuentes orales se diferencian de las fuentes tradicionales porque no se encuentran al azar o en estado bruto: se producen colectivamente, a través de la relación dialéctica entre entrevistador y entrevistado, en un movimiento mediado por la memoria y el lenguaje. La memoria es el elemento dinamizador del relato que da origen al documento oral, inédito y revelador. La relevancia académica, histórica y social del documento oral está íntimamente ligada a la suficiencia investigativa del investigador, su competencia para recomponer hechos pasados y la agudeza para analizar e interpretar el informe oral. La Historia Oral no niega las fuentes documentales clásicas. Al responder preguntas que las fuentes tradicionales no logran dilucidar, al llenar los vacíos que presentan los documentos impresos y/o escritos, la Historia Oral dialoga con otro tipo de fuentes, plantea nuevos interrogantes y abre horizontes y perspectivas para abordar e interpretar lo fenómeno histórico. Siguiendo este camino, las fuentes orales nos permiten dilucidar una historia aún no conocida o parcialmente explicada por las fuentes clásicas.

PALABRAS-CLAVE: Historiografía de la Educación. Historia oral. Memoria.

APONTAMENTOS INICIAIS

A historiografia baseada em fontes orais é uma forma de escrita, mas não pode esquecer de origens orais; é um texto, mas não pode esquecer que nasceu como performance. Por isso, os historiadores orais citam muito mais amplamente as palavras de suas fontes, conservando o máximo possível de sua sintaxe e estilo. [...] Incorporam sua subjetividade, sua imaginação, sua arte verbal, no mesmo tecido de um texto dialógico, no qual a voz do historiador é somente uma das vozes, e não necessariamente a mais autorizada (PORTELLI, 2010, p. 216).

A partir desse excerto, provocamos uma pequena discussão epistemológica sobre a História Oral. Reconhecemos a relevância dos debates travados nas diversas gerações da *École des Annales* para o surgimento, consolidação e afirmação da História Oral como campo legítimo de produção do conhecimento e apropriação do status acadêmico. As discussões travadas no interior da *École des Annales* foram fundamentais para que a História Oral se afirmasse enquanto método e/ou metodologia de pesquisa em história da educação.

O texto analisou e discutiu, sucintamente, a contribuição e relevância da História Oral e das fontes orais para a historiografia da educação. O estudo recorreu às fontes bibliográficas, à metodologia qualitativa de pesquisa e se caracterizou pela natureza descritiva.

Enquanto fenômeno vivo e dinâmico, a história não se encerra em si mesma. Necessita ser sempre pensada. Desse princípio decorre a necessidade de repensar o passado. À medida que o passado é revisitado, ele revela descobertas inéditas para a história da educação.

HISTÓRIA ORAL: CAMPO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Portelli (2010) alerta que a História Oral não é a história da estória, mas uma nova forma de se fazer a história a partir de uma relação dialógica entre dois sujeitos. Trata-se de uma relação de confiança mútua entre os dois sujeitos (entrevistado e entrevistador). A História Oral fundamenta-se no eu que passa a conhecer o outro e se projeta nele para produzir a sua narrativa.

A História Oral tem suas raízes no desenvolvimento da linguagem humana. A oralidade foi uma das primeiras estratégias utilizadas pelos grupos sociais para registrar os eventos, sobretudo nas sociedades pré-letradas. Para Thompson (1992, p. 45), “na verdade, a História Oral é tão antiga quanto a própria história. Nesse estágio, toda a história era História Oral” (THOMPSON, 1992, p. 45).

Embora tenha sido utilizada como metodologia de pesquisa a partir da década de 1950, nos Estados Unidos e na Europa, a História Oral foi introduzida na academia brasileira a partir dos anos 1970. Após sua inclusão no campo das metodologias de pesquisa em ciências sociais, a História Oral conquistou a adesão de inúmeros pesquisadores, dos mais diversos campos do conhecimento, permitindo analisar diferentes temáticas, mas “somente no início dos anos 90 a história oral experimentou aqui uma expansão mais significativa” (FERREIRA; AMADO, 2006, p. ix).

Dependendo da forma como é utilizada na pesquisa em história da educação, a História Oral pode ser concebida como método, metodologia ou técnica de produção e tratamento de dados e informações. Para Santos e Araújo (2007, p. 194) “utilizada como técnica, a História Oral é subsidiária de outra fonte. Comporta-se, no entanto, como recurso importante para completar falhas ou lacunas constantes de outra documentação”. Em outro trecho, os autores afirmam:

Na acepção de método, tem o seu lugar como fonte principal da investigação e envolve um conjunto de entrevistas, que funciona como amostragem significativa, expressiva, pela qual, elementos essenciais do universo em análise devem estar presentes. Como método, configura-se, então, como o fundamento da pesquisa com procedimentos claros (SANTOS; ARAÚJO, 2007, p. 194).

A História Oral tem como base o relato, a narrativa. A narrativa tem sua origem na memória e se constitui a partir da relação dialógica entre os sujeitos, narrador e entrevistador, dentro de um contexto de pesquisa de campo, no qual “os narradores podem nem sempre estar cientes da relevância histórica de sua experiência pessoal” (PORTELLI, 2016, p. 15). A narrativa não é um documento estático, que nasce da coleta pura e simples de informações, mas um processo e uma performance (PORTELLI, 2016).

A memória é imprescindível para a produção de uma narrativa. Bosi (1994) é enfática ao afirmar que a lembrança não é um fragmento da consciência que foi descartado e depositado em um inconsciente inacessível. A lembrança está sempre “viva” e pode, a qualquer momento, ser resgatada e integrada ao consciente:

Antes de ser atualizada pela consciência, toda lembrança “vive” em estado latente, potencial. Esse estado, porque está abaixo da consciência atual (“abaixo”, metaforicamente), é qualificado de “inconsciente”. O mal da psicologia clássica, racionalista, segundo Bergson, é o de não reconhecer a existência de tudo o que está fora da consciência presente, imediata e ativa. No entanto, o papel da consciência, quando solicitada a deliberar, é sobretudo o de colher e escolher, dentro do processo psíquico, justamente o que não é a consciência atual, trazendo-o à sua luz. Logo, a própria ação da consciência supõe o “outro”, ou seja, a existência de fenômenos e estados infraconscientes que costumam ficar à sombra. É precisamente nesse reino de sombras que se deposita o tesouro da memória (BOSI, 1994, p. 51-52).

A memória é o catalisador da História Oral que se materializa sob forma de linguagem verbal, que ganha sentido e significação ao longo de um diálogo. Sem a memória, não há relato oral, pois, “a memória, que é apenas um dos modos do pensamento, embora dos mais importantes, é impotente fora de um quadro de referência preestabelecido, e somente em raríssimas ocasiões a mente humana é capaz de reter algo inteiramente desconexo” (ARENDE, 1992, p. 31).

Portelli (2010, p. 19) destaca que “os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente no diálogo interativo entre fonte e historiador, entrevistado e entrevistador”:

A oralidade, então, não é apenas o veículo de informação, mas também um componente de seu significado. A forma dialógica e narrativa das fontes orais culmina na densidade e na complexidade da própria linguagem. A tonalidade e as ênfases do discurso oral carregam a história e a identidade dos falantes, e transmitem significados que vão bem além da intenção consciente destes (PORTELLI, 2016, p. 21).

Produzir história por meio de relatos orais subsidiados pela memória, suas lembranças e esquecimentos, é uma tarefa árdua para o historiador. Articular a fala do depoente com o objeto de investigação e dar sentido e significado a essa narrativa requer, além do pleno domínio da técnica da História Oral, habilidade e acuidade investigativa do pesquisador.

Recuperar o passado, seja ele individual ou coletivo, por meio da memória configura-se atualmente como um dos caminhos mais difíceis e desafiadores, porém possíveis, para a redescoberta dos processos de representação social e cultural e, por conseguinte, para a redefinição de projetos que relacionam passado, presente e futuro (SAMPAIO; DANTAS, 2020, p. 63).

A memória, fundamento da História Oral, não é um arquivo estanque, composto por dados desconectados entre si. Quando evocada, a memória traz ao discurso lembranças ricas e variadas. Essas lembranças estão impregnadas de informações e, à medida que são acionadas e articuladas, adquirem significância e sentido. A História Oral:

É história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória. A memória, na verdade, não é um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado (PORTELLI, 2016, p. 18).

Portelli (2016, p. 10) argumenta que “a história oral, então, é primordialmente, uma arte da escuta. Mesmo quando o diálogo permanece dentro da agenda original, os historiadores nem sempre estão cientes de que certas perguntas precisam ser feitas”. O autor alega que, enquanto arte da escuta, a História Oral se estrutura em uma cadeia de quatro relacionamentos, articulados entre si:

1. A relação entre entrevistados e entrevistadores (diálogo);
2. A relação entre o tempo em que o diálogo acontece e o tempo histórico discutido na entrevista (memória);
3. A relação entre a esfera pública e a esfera privada, entre autobiografia e história – entre, digamos, a História e suas histórias;
4. A relação entre a oralidade da fonte e a escrita do historiador (PORTELLI, 2016, p. 12).

A narrativa não se encerra em si mesma. Não se trata de um momento estanque de uma entrevista em que dois sujeitos, entrevistado e entrevistador, cumprem papéis totalmente distintos, sem entrelaçamentos. Portelli (2010, p. 213) nos fala que “entre/vista significa olhar entre: é uma troca de olhares”.

Segundo Bom Meihy e Seawright (2020), a finalidade das propostas que utilizam a História Oral deve responder a objetivos bem definidos no planejamento. Deve, também, justificar sua intencionalidade por meio de nexos entre uma cadeia de questões que se complementam na estrutura do projeto, conforme demonstrado no Quadro 1.

QUESTÃO	AUTOR
De quem?	Torna possível garantir a escuta para quantos tenham intenções e predisposições de fala a respeito de experiências alinhadas à proposta.
	Recomenda aqueles que, aparentemente, a juízo do oralista em pesquisa prévia, têm a maior reserva de memória entre os colaboradores.
Como?	Sugere escolhas procedimentais apropriadas à história oral.
	Indica vieses adequados para o respectivo tratamento das gravações, seguido de validação e eventuais análises.
Quando?	A primeira temporalidade é relativa ao tema, que é quando o assunto emerge e é justificado.
	A segunda temporalidade pressupõe abordar os ajustes imediatos e práticos dos cronogramas e mutualidades.
Por quê?	Foca em perspectivas abrangentes, como resultantes de impactos sociais de longo alcance, ou dramas particulares que refluem à comunidade de destino.
Por quem?	Remete ao conceito de colaboração.
	Pressupõe operações conjuntas: quando um narrador fala, por quem ele fala e quem fala nele?
Para quem?	Destina-se ao público, mas, antes, é devolvida para e com os colaboradores.
	O oralista preza por propostas de políticas públicas ao encontro de grupos vulneráveis ou que se identificam com os variados reclamos sociais.
	As entrevistas ganham destinação social – incomodam grupos estabelecidos

Quadro 1 – Elementos de coerência interna de um projeto com História Oral

Fonte: Adaptado de Meihy e Seawright (2020).

Tomando emprestado as palavras de Bom Meihy e Seawright (2020), os projetos de pesquisa em História Oral são proposições formais de investigação com uma finalidade articulada aos objetivos definidos no planejamento. Por meio da História Oral, as experiências e vivências dos sujeitos são passíveis de transformação do estado abstrato (vivência) para o concreto (escrita).

Transposto para a forma escrita, o oral ganha materialidade documental, condição que legitima a mudança de uma situação abstrata, solta, para outra, material. História oral é, pois, o movimento de transformação da circunstância natural à sua desnaturalização: da fluidez verbal para a formatação escrita, tudo graças à transferência do oral para outro suporte, material (BOM MEIHY; SEAWRIGHT, 2020, p. 31).

Ao transcrever a narrativa, o historiador deve ter o cuidado para conservar a linguagem utilizada pelo narrador, pois ela dá significado para o discurso e permite fazer outras leituras e interpretações (PORTELLI, 2016). É justamente essa riqueza polissêmica que caracteriza a História Oral, emprestando a ela peculiaridades que não são encontradas em outras fontes.

Na obra “A memória entre política e emoção”, Passerini (2011)

“[...] considera a memória como forma de subjetividade, já que a memória narrativa de que trato só se constitui como diálogo, como troca entre sujeitos diferentes. Por consequência, a dimensão na qual essa memória se situa compreende sempre dois polos: um individual e um coletivo, que interagem e se influenciam mutuamente (PASSERINI, 2011, p. 7).

O trabalho do investigador que tem a História Oral, como método ou metodologia de pesquisa, avança para além da tarefa de coletar dados ou informações orais do outro, com vistas à produção de uma fonte. Sua participação neste processo não se restringe ao ato de perguntar, observar, ouvir e gravar. O pesquisador é um coautor do produto final da História Oral.

Portelli (2010, p. 19-20) declara que o entrevistador “assume um papel diferente daquele que em geral é atribuído a quem realiza pesquisas de campo: mais do que ‘recolher’ memórias e performances verbais, deve provocá-las e, literalmente, contribuir com sua criação”.

Quando realiza entrevistas, certamente o historiador deve trabalhar segundo suas técnicas próprias, mas também deve ter em mente dois outros procedimentos, tomados de empréstimo a disciplinas vizinhas: por um lado, servir-se das contribuições da sociologia na condução e na formulação das pesquisas; por outro, não negligenciar elementos de psicologia, psicossociologia e psicanálise. Para ele, não se trata de propor interpretações da mensagem que lhe é comunicada, mas de saber que o não-dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato (VOLDMAN, 2006, p. 38).

Depreende-se que as fontes orais não são achadas ao acaso, em estado “natural”, por persistência do historiador. Elas são o resultado de uma relação estabelecida dialogicamente, em uma via de mão dupla, na qual os sujeitos se percebem, analisam um ao outro e interagem entre si, balizados pela entrevista.

[...] as fontes orais não são encontradas, mas cocriadas pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na pesquisa feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a entrevista: literalmente, uma troca de olhares. Nessa troca, perguntas e respostas não vão necessariamente em uma única direção. A agenda do historiador deve corresponder à agenda do narrador; mas o que o historiador quer saber pode não necessariamente coincidir com o que o narrador quer contar (PORTELLI, 2016, p. 10).

O gravador média a sessão, mas há uma intersubjetividade que entrelaça o momento da entrevista e a relação entre os dois sujeitos. Essa intersubjetividade é responsável pela construção do documento a ser construído, enquanto produto da História Oral.

[...] a situação de entrevista institui uma bipolaridade dialógica, dois sujeitos face a face, mediados pelo emprego estratégico de um microfone. Em torno desse objeto os dois se olham. A ideia de que existe um “observado” e um “observador” é uma ilusão positivista: durante todo o tempo, enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender quem é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções (PORTELLI, 2010, p. 20).

Ao optar pelo uso de fontes orais, o historiador deve planejar seu trabalho procurando articular três aspectos diferentes, porém articulados entre si, e que constituem a trajetória a ser percorrida em busca do conhecimento: um evento histórico (fato do passado), um evento presente (narrativa) e uma relação dinâmica entre eles. Assim, o investimento intelectual do historiador oral envolve a recomposição de eventos pretéritos, a interpretação e análise crítica da entrevista e a maneira como esses eventos estimulam a produção de uma memória e a narrativa que dela decorre (PORTELLI, 2016).

Com foco na memória e sua potencialização de contar a história sob uma perspectiva distinta da história oficial, a História Oral pode revelar aspectos desconhecidos e permitir novas análises e compreensão do passado a partir de sujeitos excluídos da história ou que tiveram suas vozes silenciadas. Segundo Portelli (2016, p. 15), as “fontes orais nos ajudam a questionar as fronteiras que dividem o que diz respeito à História e o que não diz”.

Nesta direção, Matos e Senna (2011, p. 96) assinalam que “a fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos”.

Em seu ofício de investigação, o historiador deve lançar mão de diversos tipos de fontes (materiais e imateriais): escritas, iconográficas e orais. Para Portelli (2016, p. 9), “as narrativas orais e os testemunhos que constituem a história oral não são mais do que uma ferramenta adicional na panóplia de fontes do historiador”. Assim como as outras, as fontes orais exigem do investigador acuidade crítica e interpretativa. Assim, o pesquisador pode

extrair do relato os aspectos mais importantes para a construção do documento, uma vez que as narrativas trazem consigo nuances de representatividades.

[...] as fontes orais são utilizadas como o eixo de um outro tipo de trabalho histórico, no qual questões ligadas à memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador. Quando é este o caso, o uso crítico das fontes orais requer abordagens e procedimentos específicos, adequados à sua natureza e forma particulares (PORTELLI, 2016, p. 10).

As fontes orais oferecem subsídios para o historiador complementar uma história sabida, abrir horizontes ou perspectivas para uma história ainda não conhecida. A narrativa não é o fim em si mesma, mas um dos caminhos para a construção de um documento histórico. Para Cruikshank (2006, p. 153), “qualquer interpretação de mitos que se valha de significados superficiais ou óbvios é incorreta, porque a realidade está em um nível mais profundo do conhecimento”.

A entrevista (fonte oral) não se constitui na história em si, mas é uma construção que o indivíduo faz de seu passado com base nas experiências guardadas por sua memória. O trabalho de análise e reflexão sobre a série documental de que dispõe, seja com as fontes orais ou qualquer outro tipo de fonte, e a conseqüente crítica interna e externa a essas fontes é que possibilita ao historiador construir seu trabalho historiográfico, ou seja é a atividade profissional do historiador que cria as condições para a construção de uma história com base nas fontes orais e não a fonte por si só como sugere o termo história oral (SELAU, 2004, p. 218).

As entrevistas são técnicas que produzem fontes preciosas para o historiador que deseja investigar eventos pretéritos. Para Alberti (2004, p. 78), “convém lembrar que as entrevistas, como toda fonte histórica, são pistas para se conhecer o passado”, ciente de que “o passado existiu independente dessas pistas, mas hoje só pode existir por causa delas e de outras”.

Na entrevista, aspectos particulares e gerais se articulam e se interpenetram entre uma fala do depoente e sua memória diante do contexto histórico em que essa memória foi retomada. As falas são produzidas em um plano sócio-histórico que faz uso da memória e da palavra, o que implica no trabalho com o que é dito e com o não dito, com o que é silenciado. Em suas pesquisas sobre migração feminina na Europa, Passerini (2011, p. 113) observou que “em encontros orais, as hesitações e resistências têm significado, pois chamam a atenção para o não dito ou para o que ainda não está completamente articulado”.

O objeto resultante da História Oral consiste em um documento produzido conjuntamente entre o entrevistador e o entrevistado. A narrativa é uma produção que deve obedecer a critérios éticos que incluem a anuência do depoente para publicação do relato. Segundo Santos e Araújo (2007), “os documentos de História Oral são resultados de relatos, de projetos compartilhados, em que entrevistador/pesquisador e entrevistado/narrador são envolvidos e, nesta perspectiva, possuem aspectos individuais e coletivos”. Os autores prosseguem afirmando que “tais entrevistas são gravadas, transcritas, conferidas e com autorização para serem usadas” (SANTOS; ARAÚJO, 2007, p. 192).

A transcrição da entrevista requer alguns cuidados por parte do entrevistador. Somente ele presenciou a narrativa e pôde observar alguns detalhes que podem passar despercebidos na fala ou na escrita:

Em relação a transcrição, é voz unânime entre os especialistas da área que esta se faça imediatamente após a realização da entrevista e que seja feita por pessoa diretamente envolvida no processo, prioritariamente o entrevistador. Toda entrevista é revestida de uma gama de detalhes: são sorrisos, lágrimas, gestos, reticências que devem ser anotadas pelo entrevistador (SOUZA, 1997, p. 62).

Na perspectiva de alguns pesquisadores positivistas, a História Oral pode conter nuances de afetividade. Na percepção desses historiadores, essa suposta subjetividade pode comprometer a elucidação da verdade:

Do ponto de vista dos historiadores tradicionais, metodologicamente mais conservadores, a objeção mais importante à história oral dizia respeito à sua confiabilidade: não podemos nos fiar em narrativas orais porque a memória e a subjetividade tendem a “distorcer” os fatos (PORTELLI, 2016, p. 17).

Em contraponto, inúmeros pesquisadores discordam do posicionamento de historiadores clássicos. Bédarida (2006) argumenta que a veracidade da História tem origem na interação entre os componentes do passado, da forma como ele chega ao historiador por meio de indícios e a capacidade do pesquisador em reconstruí-lo e atribuir a ele clareza e inteligibilidade. Para o historiador, “a objetividade absoluta não existe”, tal como os positivistas a desejavam (BÉDARIDA, 2006, p. 222).

As fontes escritas e não-escritas não são concorrentes entre si. Na verdade, são formas de expressão e linguagem humana. Apesar de se materializarem por processos distintos, elas se interpenetram, intercomplementam-se, vinculam-se e dialogam entre si. Uma fonte não se sobrepõe à outra. As fontes, independentemente do suporte de sua produção, partilham um mesmo objetivo, que é a comunicação. Essa assertiva é endossada na citação de Calvino (2006):

Se sentimos tão intensamente a incompatibilidade entre o escrito e o não-escrito, é porque estamos hoje muito mais cientes do que é o mundo escrito; nunca podemos nos esquecer de que é feito de palavras, de que a linguagem é empregada de acordo com suas próprias técnicas e estratégias, de que os significados e as relações entre os significados se organizam segundo sistemas especiais; estamos cientes de que, quando uma história nos é contada (e quase todo texto escrito conta uma história [...]), essa história é acionada por um mecanismo, semelhante a outros mecanismos de outras histórias (CALVINO, 2006, p. 142-143).

Debater a objetividade da História Oral não ocupa mais o foco das preocupações dos autores que “desconfiam” de sua fidedignidade enquanto fonte. Essa é uma discussão secundária no meio acadêmico, sem espaço para formar posicionamentos a favor ou contra a História Oral, ou tentar atribuir a ela uma posição de segunda classe dentro da hierarquia do conhecimento (CAMARGO, 1994).

Pensar se a História Oral é objetiva ou não, seria realmente pouco relevante, na medida em que nenhuma fonte é objetiva. Toda fonte, em princípio, é provida de objetividade, mas é também um fator de desconfiança e, evidentemente, pode ser um indutor do equívoco (CAMARGO, 1994, p. 78).

Ao analisar a fecundidade da História Oral, François (2006) explica que suas contribuições para a historiografia e os debates que ela suscita no meio acadêmico atraem seus praticantes e, sobretudo, todos os historiadores. Declarando que é mais um observador atento e interessado na temática, o autor reconhece que a História Oral contribuiu para ampliar sua concepção de História.

Conheço poucos setores da pesquisa histórica que atualmente esclareçam melhor do que a história oral como a pesquisa empírica de campo e a reflexão teórica sobre as problemáticas e os métodos estão indissociavelmente ligadas, e que demonstrem de maneira mais convincente que o objeto histórico é sempre o resultado de sua elaboração pelo historiador: em suma, que a história é construção. Embora não seja praticante da história oral, reconheço de bom grado que aprendi muito sobre a história e a profissão de historiador graças à história oral (FRANÇOIS, 2006, p. 13).

O ceticismo que assombrou alguns historiadores mais antigos, encontra-se diluído, pois “a oposição à evidência oral baseia-se muito mais em sentimentos do que em princípios. Os historiadores da geração mais antiga [...] ficam instintivamente apreensivos com o advento de um novo método” (THOMPSON, 1992, p. 103). Para o autor, “uma das grandes vantagens da História Oral é que ela possibilita ao historiador compensar o viés presente nas fontes históricas habituais” (THOMPSON, 1992, p. 167).

Duby (1991) faz uma reflexão crítica acerca dos posicionamentos e condicionantes positivistas sobre as fontes orais, conforme declarado a seguir:

Pela minha parte, quis, talvez mais na esteira de Lucien Febvre que de Marc Bloch, voltar às fontes narrativas e lê-las de outro modo. A História positivista, fundamentalmente baseada em factos, tinha-os interrogado de uma maneira quase policial, na vã esperança de atingir a realidade dos factos. Ora, é menos a realidade dos factos que me interessa do que a maneira como as testemunhas, os autores desses grandes textos narrativos tomaram consciência dos factos que relatam. Eu situo a minha observação a um nível que é o do imaginário colectivo. E, neste domínio, os textos dos historiadores antigos não são os únicos dignos de atenção, mas todo o conjunto de documentos em que se revela o imaginário, a literatura hagiográfica, por exemplo, em resumo, os inumeráveis textos em que se exprime a visão que os homens do passado tinham da realidade concreta (DUBY, 1991, p. 42).

Toda fonte provém do fazer humano e, por esse motivo, está marcada por subjetividade. Por ser produzida pelo sujeito histórico, toda fonte apresenta subjetividade e pode não ser totalmente confiável (CAMARGO, 1994). Ao ser produzido, o documento ou outra fonte, não está totalmente livre de um viés que, durante sua produção, acabou deformando sua essência original.

Thompson (1998) afirma que não há fontes totalmente seguras. Tanto o oral como o escrito, podem ser alterados, deturpados e corrompidos. Para o autor, todas as fontes são vulneráveis a esses vieses, e “o que chega até nós é o significado social, e este é que deve ser avaliado” (THOMPSON, 1992, p. 145).

O verdadeiro objetivo dos sociólogos da história de vida, ou do historiador oral, deve ser revelar as fontes de viés, mais do que pretender que elas possam ser eliminadas, por exemplo, com “um pesquisador sem um rosto que exprima sentimentos” (THOMPSON, 1992, p. 158).

A mesma cautela que o historiador deve ter ao trabalhar com as fontes orais também deve ser aplicada à análise das fontes documentais, pois “não é por acaso que esses documentos e registros vieram a estar ao dispor do historiador. Houve um objetivo social por trás de sua criação original, tanto quanto de sua posterior preservação” (THOMPSON, 1992, p. 145).

Endossando o posicionamento de Thompson (1992), Portelli (2016) questiona e argumenta:

Como podemos nos assegurar de que distorções igualmente sérias não são encontradas em fontes documentais mais estabelecidas? Portanto, assim como ocorre com todas as outras fontes, a tarefa do historiador reside em fazer o cruzamento das informações, checando cada narrativa contra outras narrativas e outros tipos de fonte (PORTELLI, 2016, p. 17-18).

Prosseguindo seu discurso, Portelli (2016) salienta que as fontes orais se distinguem das fontes tradicionais pelo seu movimento, sempre mediado pela memória e pela linguagem incrustadas na narrativa. É esse movimento que empresta às fontes orais um caráter de dinamismo e fluidez:

Em segundo lugar, e mais importante, os trabalhos em história oral mais avançados criticamente e mais conscientes metodologicamente reorientaram essa questão: o que faz com que as fontes orais sejam importantes e fascinantes é precisamente o fato de que elas não recordam passivamente os fatos, mas elaboram a partir deles e criam significado através do trabalho de memória e do filtro da linguagem (PORTELLI, 2016, p. 18).

Ao utilizar as fontes orais em seu trabalho, o pesquisador deve estar atento ao contexto em que tais fontes foram produzidas. A análise dessas fontes é uma tarefa essencialmente qualitativa, e o “trabalho com a pesquisa qualitativa exige que o investigador se preocupe em compreender os eventos investigados, a partir sempre de seus contextos, sendo necessário, assim, uma descrição detalhada das condições de produção” (ALVES, 2016, p. 3). A História Oral, como método ou metodologia de investigação, possui natureza qualitativa. Segue os postulados e princípios teórico-metodológicos adotados na pesquisa qualitativa.

[...] a entrevista (fonte oral) não se constitui na história em si, mas é uma construção que o indivíduo faz de seu passado com base nas experiências guardadas por sua memória. O trabalho de análise e reflexão sobre a série documental de que dispõe, seja com as fontes orais ou qualquer outro tipo de fonte, e a conseqüente crítica interna e externa a essas fontes é que

possibilita ao historiador construir seu trabalho historiográfico, ou seja é a atividade profissional do historiador que cria as condições para a construção de uma história com base nas fontes orais e não a fonte por si só como sugere o termo história oral (SELAU, 2004, p. 218).

O emprego da História Oral na investigação requer do pesquisador domínio de sua estrutura teórico-metodológica, formas de abordagem e interpretação dos resultados obtidos por meio das narrativas. Requer do investigador crença nessa técnica como estratégia para a produção de fontes. A História Oral não rivaliza, nem nega documentos escritos, iconográficos ou outras fontes. Pelo contrário, a História Oral se articula com as outras fontes na busca pela interpretação do fenômeno e elucidação da verdade. A fonte oral preenche lacunas, responde questões e esclarece pontos obscuros na história que as fontes tradicionais não conseguem desvendar ou explicar.

A opção pela História Oral pressupõe um intenso trabalho de preparação, o que inclui o prévio levantamento de dados que subsidiará o roteiro de entrevista. Exige do entrevistador acuidade investigativa, objetividade e clareza na condução das entrevistas, pois “delas depende a construção convincente de seu discurso” (JANOTTI, 2008, p. 10).

Ao decidir pela História Oral, o pesquisador deve dominar a estrutura teórico-metodológica dessa técnica, suas formas de abordagem do problema e saber interpretar, criticamente, os resultados obtidos com as entrevistas. Por meio das narrativas de sujeitos que vivenciaram fatos históricos, a História Oral fornece elementos altamente significativos no processo de investigação do passado, permitindo reconstruir a história a partir de informações ou dados que nem sempre são encontrados nos documentos escritos tradicionais.

A história do tempo presente, mais do que todas as outras, mostra que há entre a ficção e a história uma diferença fundamental, que consiste na ambição da história de ser um discurso verdadeiro, capaz de dizer o que realmente aconteceu. Essa vocação da história, que é ao mesmo tempo narrativa e saber, adquire especial importância quando ela se insurge contra os falsificadores e falsários de toda sorte que, manipulando o conhecimento do passado, pretendem deformar as memórias (CHARTIER, 2006, p. 217).

As fontes e os documentos orais proporcionam dinamicidade e movimento à pesquisa em história da educação. Matos e Senna (2011, p. 96) assinalam que “a fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas à historiografia, pois o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados, não apenas os escritos”.

Tomamos emprestadas as indagações feitas por Rémond (2006, p. 207), merecedoras de reflexão: “É necessário esperar o desaparecimento dos últimos sobreviventes, daqueles que poderiam testemunhar? É o aniquilamento da memória pessoal? É preciso esperar que os fenômenos estudados sejam fenômenos consumados?”

Com foco na memória e sua potencialização de contar a História sob uma perspectiva distinta da história oficial, a História Oral pode revelar aspectos desconhecidos, favorecer nova leitura, análise e produção historiográfica, pois ‘a história não nos pertence, ela pertence a todos, aos magistrados como aos cidadãos. É um bem comum, cada um tem direitos sobre sua história e devemos ser os representantes da sociedade’ (RÉMOND, 2006, p. 208).

Sob essa possibilidade, a História Oral traz à tona uma nova percepção do fato histórico e aprimora a compreensão do passado a partir de micro-histórias, de narrativas de sujeitos ou grupos sociais excluídos do processo histórico que tiveram suas vozes abafadas. Para Wolfromm (1991, p. 65), “uma das novidades da historiografia actual é a de nos mostrar como viviam os homens no dia a dia. Os desconhecidos, aqueles de quem nunca se fala, que não são célebres”.

A importância de (re)pensar o passado reside no fato de que ele sempre revela algo inédito para as gerações atuais, imersas no hiato entre o passado e o presente. Para Arendt (1992, p. 37), o passado nunca passou... é uma força que “ao invés de puxar para trás, empurra para a frente, e, ao contrário do que seria de se esperar, é o futuro que nos impele de volta ao passado”. O tempo não é um *continuum* ininterrupto... ele está dividido entre duas partes, e é nesse interstício que o homem se posiciona, não como o presente, mas como uma lacuna no tempo que se concretiza por meio do estranhamento frequente e posicionamento diante do passado e do futuro. É a inserção do homem no tempo que provoca essa partição: passado, presente e futuro (ARENDR, 1992). Fundamentada nos estudos e reflexões de Arendt (1992) Passerini (2006, p. 214) conclui que a lacuna “não é um mero intervalo, mas um campo de forças gerado pelo esforço do homem para pensar”.

Parafrazeando Certeau (1982), a apresentação do passado tem como regulamento geral a crença de que ele é o discurso do inerte, do estático, do inanimado, representado por aquele que não se faz presente. É a linguagem, esse mecanismo sistemático de comunicar ideias e emoções, seja pela palavra ou pela ação, que produz sentido e atribui significância ao que é narrado, tornando-o pensável e inteligível. O autor diz que “o espaço do discurso remete a uma temporalidade diferente daquela que organiza as significações de acordo com as regras classificatórias da conjugação” (CERTEAU, 1982, p. 54).

Para Certeau (1982), o discurso é mediado pela linguagem entre o morto e o vivo, entre o dito e o não dito, entre o dizer e o fazer. Nesse movimento dialético, insere-se um terceiro elemento, o passado, que empresta as condições necessárias para que o enunciado ou proferido torne-se um objeto passível de análise.

O discurso sobre o passado tem como estatuto ser o discurso do morto. O objeto que nele circula não é senão o ausente, enquanto que o seu sentido é o de ser uma linguagem entre o narrador e os seus leitores, quer dizer, entre presentes. [...] O morto é a figura objetiva de uma troca entre vivos. Ele é o enunciado do discurso que o transporta como um objeto, mas em função de uma interlocução remetida para fora do discurso, no não-dito (CERTEAU, 1982, p. 56).

A História Oral não é apenas a história do passado. Ela é, também, uma história do tempo presente. Provoca a leitura, interpretação e compreensão do tempo pretérito como um fenômeno vivo, dinâmico e não encerrado. A História Oral pressupõe entender a história como um processo em contínua construção, uma tessitura produzida por muitas mãos, individual e coletivamente, ilustres ou modestas, na celebridade ou no anonimato.

APONTAMENTOS TRANSITÓRIOS

A História Oral tem suas origens no desenvolvimento da linguagem humana. Antes da escrita, foi a principal técnica utilizada pelos grupos sociais para preservar a memória histórica. Mesmo após o surgimento da escrita, a invenção da imprensa e o surgimento da *internet*, a História Oral permanece como uma relevante técnica de pesquisa e registro da história, em especial nas sociedades não letradas.

Durante muito tempo, a pesquisa em história da educação se sustentou, basicamente, em fontes documentais tradicionais. Ao responder interrogações que as fontes clássicas não conseguem elucidar, ao preencher as lacunas apresentadas nos documentos convencionais, a História Oral se constituiu em alternativa metodológica que dialoga com outros tipos de fontes tradicionais. Nesse sentido, a História Oral torna-se um instrumento de pesquisa imprescindível para a investigação em história da educação.

Embora as fontes documentais clássicas tenham se afirmado, desde o positivismo, como o principal arcabouço a ser explorado pelos pesquisadores da educação, a necessidade de se compreender o fenômeno educativo pretérito a partir de questionamentos cada vez mais complexos impôs a necessidade de diversificar as fontes de pesquisa. Muitas perguntas não encontram respostas nos documentos tradicionais.

A relevância de (re)pensar o passado reside no fato de que ele sempre revela algo inédito para a historiografia da educação. O depoimento é mediado pela linguagem entre o dito e o não dito, entre a fala e o silêncio. Nesse sentido, o silêncio em uma pergunta feita ao entrevistado também é revelador, pois traz à tona elementos passíveis de serem considerados e analisados. A partir da micro-história, as fontes orais abrem novos horizontes de compreensão do passado por meio da escuta de sujeitos ou grupos sociais silenciados e/ou excluídos do processo de construção da história.

Ao planejar uma pesquisa com foco na utilização de fontes orais, o historiador da educação deve estruturar sua entrevista buscando associar três aspectos que se inter-relacionam: o passado (fato histórico), o presente (narrativa) e a relação viva e dinâmica entre eles. Nesse movimento, a fonte oral fornece elementos significativos para o pesquisador complementar uma história parcialmente sabida, abrir novas perspectivas de compreensão da história da educação e, ainda, trazer à tona indagações que possibilitem elucidar uma história ainda não conhecida.

A narrativa é construída e produzida por dois sujeitos, em uma relação dialética e dialógica estabelecida entre entrevistado e entrevistador. O documento resultante da História Oral ganha sentido e significação ao longo do diálogo. Terá relevância documental como fonte se o depoimento estiver articulado com o objeto de investigação e se o pesquisador possuir, além de acuidade investigativa, pleno domínio da técnica na História Oral. Por isso, as fontes orais não são encontradas ao acaso, *in natura*, como os documentos tradicionais.

A História Oral tem como fundamento a produção de uma narrativa por um sujeito que viveu um determinado momento da história. Nesse sentido, a memória é o recurso mais importante para a produção de um relato oral. A memória não é um arquivo composto por dados desconectados e desarticulados. Ao ser provocada, a memória traz para o depoimento lembranças impregnadas de informações preciosas para a história da educação. Dessa forma, a memória é o elemento dinamizador do relato que dará origem a um novo documento, inédito e revelador, uma produção conjunta, resultante do diálogo entre os dois sujeitos.

Cabe ao pesquisador mergulhar nesse universo de informações resgatadas pela memória, recompor a trama do tecido histórico e encontrar a resposta para seus questionamentos. Essa descoberta torna-se possível à medida que o entrevistador provoca a memória do entrevistado por meio de perguntas que entrelaçam as falas do depoente com o objeto de pesquisa. A consistência e relevância do documento produzido pelas fontes orais requer investimento intelectual do historiador. Ou seja, envolve a recomposição de eventos passados, a análise crítica da entrevista e sua interpretação sistemática.

A História Oral não se restringe a contar o passado. Ela é a história presente, entendida como um fenômeno dinâmico e não encerrado. Por isso pressupõe a leitura, a análise e a compreensão do fato pretérito como um evento vivo, não encerrado e parcialmente explicado pelas fontes tradicionais. A História Oral pressupõe, também, conceber a história como um processo contínuo, produzido por muitas mãos, por vários grupos sociais, muitos deles no anonimato.

Na pesquisa em história da educação, a História Oral não se apresenta como uma metodologia que nega as fontes documentais clássicas. Ao responder interrogações que as fontes tradicionais não conseguem esclarecer, ao preencher as lacunas apresentadas nos documentos impressos e/ou escritos, a História Oral se constitui como alternativa metodológica que dialoga com os outros tipos de fontes e possibilita novas perspectivas de abordagem e interpretação do fenômeno histórico.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. In: SEMANA DE HISTÓRIA DO PONTAL, 3., e ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA, 4., 2016, Ituiutaba, MG. *Anais* [...]. Ituiutaba: UFU – Campus Pontal, 2016. p. 1-9. Disponível em: http://www.eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mariacris_tinasantosdeoliveiraalves.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro William Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1992. 352 p.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 219-229. 277 p.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas**: história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020. 192 p.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 488 p.

CALVINO, Ítalo. A palavra escrita e a não-escrita. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 139-147. 277 p.

CAMARGO, Aspásia. História oral e política. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. p. 75-99. 157 p.

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. 345 p.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 215-218. 277 p.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 149-164. 277 p.

DUBY, Georges. A história: um divertimento, um meio de evasão, um meio de formação. *In*: LE GOFF, Jacques; LADURIE, Emmanuel Le Roy; DUBY, Georges; CERTEAU, Michel de; VEYNE, Paul; ARIÈS, Philippe; NORA, Pierre. **A nova história**. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 41-43. 89 p. (Coleção Lugar da História).

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). Apresentação. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. vii-xxv. 277 p.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 3-13. 277 p.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. O livro Fontes Históricas como fonte. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.); BACELLAR, Carlos; GRESPAN, Jorge; NAPOLITANO, Marcos; JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco; FUNARI, Pedro Paulo; LUCA, Tania Regina de; BORGES, Vavy Pacheco; ALBERTI, Verena; BACELLAR, Carlos. **Fontes históricas**. 2. ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2008. p. 9-22. 302 p.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, RS, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2395/1286>. Acesso em: 08 mar. 2023.

PASSERINI, Luiza. A “lacuna” do presente. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 211-214. 277 p.

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. 236 p.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaios de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. 258 p.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016. 196 p.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 203-209. 277 p.

SAMPAIO, Débora Adriano; DANTAS, Esdras Renan Farias. Memória e representações: entre lembrança e esquecimento. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 03, n. 03, p. 62-75, set./dez., 2020. Disponível em: https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdoc_umentais/article/view/581/613. Acesso em: 17 fev. 2023.

SANTOS, Sônia Maria dos; ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. História Oral: vozes, narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação** (UFU), Uberlândia, n. 6, p. 191-201, jan./dez., 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/282/289>. Acesso em: 02 mar. 2023.

SELAU, Maurício da Silva. História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. Esboços: histórias em contextos globais. **Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFSC**, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. 217-228, 2004. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/arti_cle/view/486. Acesso em 05 fev. 2023.

SOUZA, Carla Monteiro de. A incorporação de relatos orais como fontes na pesquisa histórica. **Textos e Debates**: Revista do Centro de Ciências Humanas da UFRR, Boa Vista, n. 4, p. 59-66, 1997. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/986/794>. Acesso em: 21 jan. 2023.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Trad. Lólio Lorenço de Oliveira. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 385 p.

VOLDMAN, Danièle. Definições e usos. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 33-41. 277 p.

WOLFROMM, Jean-Didier. Quarenta anos de vida cotidiana. *In*: LE GOFF, Jacques; LADURIE, Emmanuel Le Roy; DUBY, Georges; CERTEAU, Michel de; VEYNE, Paul; ARIÈS, Philippe; NORA, Pierre. **A nova história**. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 65-68. 89 p. (Coleção Lugar da História).

OS ESPAÇOS DE GUARDA E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Data de aceite: 02/05/2024

Adriana Duarte Leon

Doutora em Educação pela UFMG,
professora do IFSUL/Câmpus Pelotas
<http://lattes.cnpq.br/6338845236131461>
<https://orcid.org/0000-0003-0791-7359>

Tobias de Medeiros Rodrigues

Doutorando em Educação e Tecnologia
IFSUL/Câmpus Pelotas
<http://lattes.cnpq.br/1485492220883862>

Rovena Ramos Lima

Licenciada em Filosofia IFSUL/Câmpus
Pelotas
<http://lattes.cnpq.br/0177181259348981>
<https://orcid.org/0000-0001-9180-6496>

Emerson Ricardo Esteves da Fonseca

Doutorando em Educação e Tecnologia
IFSUL/Câmpus Pelotas
<http://lattes.cnpq.br/4634700859635031>
<https://orcid.org/0000-0003-2475-2242>

Lucas de Almeida Soares

Doutorando em Educação e Tecnologia
IFSUL/Câmpus Pelotas
<http://lattes.cnpq.br/1311910295710587>
<https://orcid.org/0000-0002-6040-5208>

A pesquisa aqui apresentada conta com o financiamento do CNPQ; FAPERGS e IFSUL e foi compartilhada inicialmente no XXII ENACED, promovido pelo Programa de Pós Graduação em Educação nas Ciências da UNIJUÍ, em 2022.

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar uma pesquisa realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), que visa analisar a documentação produzida e arquivada na instituição nas primeiras décadas de funcionamento da mesma. A proposta teórico-metodológica está alocada na perspectiva qualitativa, com abordagem histórica e técnica afiliada na análise documental. A periodização estabelecida contempla a primeira metade do século XX, considerando o montante de material alocado na instituição. O trabalho estabeleceu até o momento a higienização e catalogação do material para posterior fase de análise. A pesquisa apresenta relevância no âmbito da preservação da memória institucional e no fomento a pesquisas no campo da Educação e da História.

PALAVRAS-CHAVE: Acervos Institucionais. Documentação institucional. História da Educação. Memória.

STORAGE SPACES AND THE PRESERVATION OF INSTITUTIONAL MEMORY

ABSTRACT: This article aims to present research carried out at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul (IFSul), which aims to analyze the documentation produced and archived at the institution in the first decades of its operation. The theoretical-methodological proposal is allocated from a qualitative perspective, with a historical and technical approach affiliated with documentary analysis. The established periodization covers the first half of the 20th century, considering the amount of material allocated to the institution. The work has so far established the cleaning and cataloging of the material for the subsequent analysis phase. The research is relevant in the context of preserving institutional memory and promoting research in the field of Education and History.

KEYWORDS: Institutional Collections. Institutional documentation. History of Education. Memory.

INTRODUÇÃO

Este artigo inclui discussões elaboradas no contexto da pesquisa “O Acervo Institucional Como um Espaço de Preservação da Memória da Educação Profissional e Tecnológica” em desenvolvimento no IFSUL/Campus Pelotas. O presente estudo organizou, identificou e catalogou parcialmente a documentação institucional do IFSul – Campus Pelotas com foco na preservação da memória da educação profissional e tecnológica. O estudo se localiza no campo da História da Educação e problematiza na documentação institucional questões referentes à consolidação da educação técnico-profissional na cidade de Pelotas e região sul do Rio Grande do Sul.

Os documentos são compreendidos neste trabalho, assim como sugere Le Goff (2003), como testemunhos de realidades vividas. Segundo o autor, a ciência histórica, desde a antiguidade, vem reunindo documentos escritos, utilizando os mesmos como testemunhos. O autor descreve que a constituição das bibliotecas e de arquivos promoveram a formação dos materiais da história. Os documentos são fatos históricos, servindo de testemunho escrito para os historiadores constituírem leituras e leitura de um passado possível.

Em 1990 o autor aborda a questão do documento como “*monumentum*” que dialoga com a revisitação do passado para buscar a reinterpretação dos fatos produzidos em determinado tempo e contexto social, sugerindo que cada sujeito é capaz de produzir novas interpretações da história.

O documento é antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 2003, p. 537)

Para Yamashita e Paletta “a conservação e preservação dos acervos garantem o imprescindível acesso à informação tanto em arquivos quanto em outras unidades de informação” (YAMASHITA; PALETTA, 2006, p. 173), logo a conservação e a preservação devem ser entendidas como uma forma de garantir o acesso à informação do passado pela sociedade presente e futura.

Ações em prol da preservação e conservação ganham importância, porque a maioria dos suportes à informação existentes em acervos apresentam tempo de vida útil limitado, podendo ainda ser abreviado pela ação de fatores deteriorantes presentes no meio ambiente (como temperatura, umidade, luminosidade, poluição, ação de insetos, roedores, entre outros), além do acondicionamento inadequado e, principalmente, pelo seu uso indevido.

Ao abordar a narrativa que o historiador utiliza na pesquisa e busca de materiais, trazemos Canabarro (2008) que conceitua as abordagens diferentes da narrativa histórica e da narrativa literária, onde a narrativa histórica produz a partir dos dados de eventos que ocorreram em determinado tempo e espaço, tendo o compromisso com dados concretos, e a narrativa literária parte da imaginação livre do escritor, claro que atrelando-se a eventos históricos, mas com compromissos narrativos diferentes.

Outro conceito relevante para que essa reflexão é o conceito de memória. Ainda para Le Goff (2003) o uso das letras, referente à produção documental, está totalmente interligada ao desejo de reter, conservar e aprender. Assim, a escrita, traduzida em documento, perpétua uma memória, a qual poderia estar fadada à fragilidade. Entende-se que a preservação da memória institucional extrapola o simples acúmulo documental, pois necessita de conservação adequada, contextualizada e de fácil acesso à comunidade, para então uma possível aprendizagem histórica, pertencimento e valorização. Contudo, vale lembrar que esse processo coloca o historiador como um interrogador dos documentos, interrogação essa que, segundo Candau (2014) se dá no presente e (re)constrói, socialmente, a memória dos arquivos.

Então a possibilidade de preservar a memória da instituição foi a principal motivação para realização desta pesquisa, por meio dela foi possível fazer um levantamento dos documentos históricos guardados no acervo do IFSul-Campus Pelotas, possibilitando e fomentando a realização de novas pesquisas.

OS DOCUMENTOS GUARDADOS NO ESPAÇO INSTITUCIONAL

O Campus Pelotas do IFSul possui alguns espaços de guarda organizados, onde está alocada parte da memória material da instituição, e outros que necessitam passar por uma organização, catalogação e sistematização. Essa pesquisa contribuiu com a identificação, resgate, higienização e catalogação de documentos e materiais dispostos no Arquivo Central (AC) e nos demais espaços da instituição.

O primeiro movimento em campo da pesquisa foi uma visita exploratória, guiada pela servidora responsável pela guarda e preservação da memória material do Câmpus Pelotas, que nos apresentou e nos situou sobre o atual estado dos locais de salvaguarda dos acervos. Após a visita, e reconhecimento dos materiais, o trabalho se concentrou no espaço denominado Arquivo Central (AC), neste local se identificou a maior necessidade de intervenção, resgate e organização.

Os materiais identificados foram livros que reuniam documentos da primeira metade do século XX, devido ao AC não possuir uma infraestrutura adequada para o trabalho da equipe do projeto, houve a necessidade dos documentos serem retirados do arquivo e levados para outro prédio. Os referidos documentos foram organizados numa sala com melhores condições e suporte para a equipe, assim viabilizando as atividades de higienização e catalogação. Além dos livros, os materiais identificados nos espaços da instituição foram: fotografias, álbuns, relatórios de gestão, quadros de formatura, mobiliários, instrumentos de cunho pedagógicos, bandeira, uniformes, troféus, ou seja, materialidades diversas, que estão em melhor condição de preservação.

Após a visita de reconhecimento dos espaços de guardas das memórias da instituição, o AC foi definido como o local de intervenção do projeto, e os materiais levados em conta foram os compreendidos no período igual ou anterior ao ano de 1959.

Para organizar o AC, separar e identificar os documentos foram necessários dois dias de trabalho, no primeiro dia foram encontrados 49 livros; e no segundo dia de trabalho 9 livros, totalizando 58 livros que abarcam os mais diferentes registros, como: editais, ofícios, correspondências oficiais, informes externos e internos, boletins, certificados de progressão, etc.

A sala destinada para realocação temporária do material, foi o mesmo local onde já estava acondicionada parte das fotos já catalogadas pela instituição, e alguns quadros de formatura, espaço que veio a oferecer uma infraestrutura que permitiu o manuseio da documentação, com uma melhor ventilação, iluminação, mesas de trabalho, disponibilidade de armários para a guarda dos livros enfim, um ambiente mais adequado para os trabalhos a serem desenvolvidos pela equipe do projeto (identificação, organização, higienização, catalogação e uma futura digitalização).

De acordo com a historiadora Farge (2009, p.59) a relação com os arquivos é de suma importância, para ela “[...] o contato com o arquivo começa por operações simples, entre outras o encargo manual do material [...] não será demais dizer a que ponto o trabalho em arquivos é lento, e o quanto essa lentidão das mãos e do espírito pode ser criativa [...]”.

Ciente dos cuidados necessários para acessar os documentos, deve-se ainda ressaltar que se a preservação dos acervos não for priorizada, a informação neles contida corre o risco de ficar reclusa. Por outro lado, ao priorizar o acesso pode-se negligenciar a integridade física dos documentos. Para que as informações contidas nos acervos possam vir a ser utilizadas na constituição coletiva da história e da memória, elas precisam estar disponíveis para o

acesso das pessoas, pela sociedade que as têm como herança. À medida que a memória está preservada nos acervos, mas não está inacessível, ela encontra-se adormecida, onde não desempenha função alguma, já a partir do instante que seu acesso é disponibilizado, ela passa a ser veículo para a construção de uma memória coletiva. Considerando esse contexto, percebe-se que os acervos, ou seja, os lugares de memória não podem ser acessados sem cuidados especiais, contudo precisam ser acessados de alguma forma.

São diversos os cuidados para o manuseio de documentos. Na presente pesquisa, os primeiros documentos manuseados foram até o ano de 1959, na sua maioria das décadas de 1940 e 1950, os quais não recebiam trato adequado, como higienização a bastante tempo.

Para garantir o bem estar dos pesquisadores e a segurança de toda a equipe envolvida no projeto, algumas medidas e cuidados são adotados no processo de higienização e catalogação dos documentos, como: usar luvas descartáveis e máscara do tipo N95; ter um local arejado; uso de touca de TNT descartável ou manter os cabelos presos; enquanto estiver realizando a limpeza, nunca levar as mãos nos olhos, boca ou nariz; utilizar pincéis adequados, com o movimento de higienização feito sempre para a frente; se necessário, utilizar escova; e passar um pano limpo e seco a mesa deve estar forrada com um pano de preferência branco e após o manuseio do material, tirar as luvas e lavar as mãos com água e sabão; nunca consumir alimentos ou água perto dos materiais que estão sendo higienizados; entre outras medidas.

Outro cuidado muito importante na higienização é quando a atividade de for realizada com mais pessoas, todos devem estar sentados em paralelo, nunca de frente ou diagonal, pois ao higienizar os documentos o resíduo descartado não pode ir na direção dos colegas. A higienização dos materiais é uma etapa lenta do processo de salvaguarda dos documentos, principalmente com relação aos livros que são compostos por folhas muito finas que rasgam com muita facilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Todo o material foi organizado de maneira cronológica pelo ano de criação e acondicionado de forma adequada. As fases de higienização, identificação e catalogação foram concluídas. A seguir pretende-se estabelecer o processo de análise que ocorrerá em conexão com outras pesquisas em desenvolvimento na instituição e que utilizarão os documentos reorganizados neste trabalho.

O material após organizado, higienizado foi identificado e catalogado, e se chegou ao seguinte levantamento: do gênero documentos foi totalizado 58 livros, entre os anos de 1941 e 1959, do gênero fotos foram identificados 09 (nove) álbuns com 22 (vinte e duas) fotos da década de 30, da década de 40 o total de 09 álbuns com 17 fotos, década de 50 foram 36 álbuns com 74 fotos por fim os álbuns entre as décadas de 30-50 foram 13 com 28 fotos, conforme foi esquematizado no Quadro 1: Cultura Material Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense - Campus Pelotas.

Na presente pesquisa, os primeiros documentos manuseados são das décadas de 1940 e 1950 e compreendem como já dito, livros diversos, fotos e álbuns de formatura. Em guisa de conclusão destacamos que no momento busca-se fomento institucional para em um projeto futuro empreender a digitalização do acervo institucional e ampliação do acesso por meio da disponibilização virtual.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- CANABARRO, Ivo dos Santos. **Teoria e Métodos da História**. Ijuí: Unijuí, 2008.
- CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Ed.Contexto, 2014.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.
- GERVASIO, Simôni. Costa; BICA, Alessandro Carvalho; RODRIGUES, Tobias de Medeiros. A Constituição Técnica e Teórica do Repositório Tatu. **Cadernos de História da Educação**. Uberlândia: UFU, v. 20, 2021.
- GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.
- LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Maria E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPU, 2014.
- MACHADO, Lucília R. Souza. **Politécnica, Escola Unitária e Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1991.
- REVEL, Jacques. (Org.). **Jogos de Escalas: a experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- ROSCILD, Adriana Barboza. **A Escola de Artes e Ofícios de Pelotas/RS e o Ensino-Técnico Profissional (1917-1930)**. 2021. 140f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Instituto Federal Sul-rio-grandense, câmpus Pelotas, Pelotas, 2021.
- YAMASHITA, Marina Mayumi; PALETTA, Fátima Aparecida Colombo. **Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais**. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 172–184, 2006. Disponível em: <http://www.bcq.usp.br>. Acesso em: 13 dez. 2018.
- SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2007.
- STEPHANOU, Maria. **Forjando Novos Trabalhadores: a experiência do ensino técnico – profissional no Rio Grande do Sul (1890 - 1930)**. Porto Alegre: UFRGS, 1990. (Dissertação de Mestrado).

ENTRE VIAGENS E FRONTEIRAS: UMA BREVE DISCUSSÃO DO CONCEITO DE FRONTEIRA EM NARRATIVAS DE VIAGEM

Data de aceite: 02/05/2024

Eduarda Mendes Cardoso

Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria – Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/8105998651195544>

BETWEEN JOURNEYS AND BORDERS: A BRIEF DISCUSSION OF THE CONCEPT OF BORDER IN TRAVEL NARRATIVES

RESUMO: O presente artigo objetiva apresentar algumas reflexões teóricas acerca da temática das narrativas de viagem, delineando certos vínculos em relação ao objeto de pesquisa com a Linha de Pesquisa “Fronteira, Política e Sociedade” pretendida no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Para tanto, os percursos analíticos desta discussão serão feitos mediante o diálogo com as perspectivas de alguns teóricos como Benedikt Zientara (1989), Fredrik Barth (2000), Guillaume Boccara (2005), Rui Cunha Martins (2008), pesquisadores particularmente associados a análises e desdobramentos do conceito de fronteira.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativas de viagem; fronteira; viajantes, Guiana Francesa; Amazônia.

ABSTRACT: This article aims to present some theoretical reflections on the theme of travel narratives, outlining certain links in relation to the research object with the Research Line “Border, Politics, and Society” intended in the Graduate Program in History by the Federal University of Santa Maria. For this purpose, the analytical paths of this discussion will be made through dialogue with the perspectives of some theorists such as Benedikt Zientara (1989), Fredrik Barth (2000), Guillaume Boccara (2005), Rui Cunha Martins (2008), researchers particularly associated with analyses and developments of the concept of border.

KEYWORDS: Travel narratives; border; travelers; French Guiana; Amazon.

INTRODUÇÃO

As narrativas de viagem compõem um acervo muito vasto para o desenvolvimento de pesquisas que procuram analisar determinados percursos temporais do homem em espacialidades específicas. As abordagens que as rodeiam, são direcionadas tanto ao seu trato como fonte promissora a ser explorada, como um gênero textual complexo. Nesse meio, os trabalhos de críticos literários, antropólogos, linguistas e historiadores nos conduzem à uma reflexão que as viagens e seus relatos manifestam possibilidades únicas para se acessar a mentalidade do indivíduo por meio de um procedimento analítico que se empenha em investigar, nas entrelinhas do discurso, informações refletidas de um período particular.

O presente texto é fruto de pesquisa submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, nível Mestrado Acadêmico, da Universidade Federal de Santa Maria, que se encontra em estágio inicial. Desse modo, o referido trabalho apresentado como projeto de pesquisa propõe uma análise dos relatos de viajantes franceses na fronteira franco-portuguesa do período setecentista, por meio dos quais serão investigados a forma como os povos ameríndios locais eram descritos, assim como a região fronteira amazônica era compreendida e registrada nas narrativas. Alguns desses documentos são contidos a partir de uma perspectiva singular de análise, como narrativas de viajantes-cientistas, por sua natureza, materialidade e conteúdo, tão característicos do tempo que foram elaborados, consagrando um dos primeiros marcos da cientificidade nas viagens às Américas.

Para alcançar os objetivos delineados para este artigo, o texto será esboçado em dois momentos. No primeiro momento, será exposta uma breve discussão historiográfica a respeito da literatura de viagem, contextualizando a escrita desses documentos ao espaço e período que estão inseridos: a região fronteira amazônica do século XVIII. Em seguida, apresentaremos algumas reflexões ao conceito de fronteira como proposta de conexão e fundamentação a linha de pesquisa elegida para esta investigação.

Algumas considerações sobre as narrativas de viagens científicas

Segundo a crítica literária Mary Louise Pratt, a partir da primeira metade do século XVIII, as expedições científicas tornaram-se um meio promissor de encontros, experiências e recursos de complexas alianças das elites comerciais e intelectuais por toda a Europa. Dessa forma, a exploração científica tornou-se alvo mais cobiçado entre os Estados europeus, e por conseguinte, fonte de alguns dos mais poderosos aparatos ideológicos e simbólicos, por meio dos quais vários indivíduos se relacionavam com outras partes do mundo (PRATT, 1999, p. 52). Nessa mesma perspectiva, a região da Guiana Francesa e seus arredores fronteiros, como a Amazônia, foram marcadas pela presença significativa de expedições exploratórias solicitadas pelos governadores das colônias.

De forma geral, os relatos de viagem se apresentam como documentações riquíssimas em detalhes sobre a história da vida cotidiana no Brasil colonial. A escrita minuciosa de inúmeros viajantes obstinados a cruzar diferentes territórios podem ser consideradas como um corpus documental rico para pensar as lógicas e experiências de diferentes sujeitos históricos. Não obstante, estas se materializam como uma intrincada ponte entre a Europa civilizada para o viajante e o “desconhecido” e “exótico” Novo Mundo. Essa “vitrine das terras longínquas”, propagada pelo discurso civilizador europeu foi, por excelência, palco de alteridades e representações, cujo ímpeto expansionista motivou muitos deslocamentos transatlânticos, seja por motivações científicas, políticas, econômicas ou desejos pessoais.

A despeito desse olhar, Pauliany Cardoso em sua obra *Amapá à francesa – Dois viajantes franceses na Amazônia Setentrional do século XIX*, certifica que no final do século XVIII com o advento do Iluminismo, as viagens científicas e conseqüentemente suas descrições, foram assumindo uma nova perspectiva que se distanciava do antigo pensamento fantasioso e místico das Américas. Com efeito, as narrativas se tornaram um poderoso instrumento científico, e acima de tudo, de caráter educativo e informativo. Pois, como observa a autora: “as viagens exploratórias eram consideradas como fontes que proporcionavam tanta oportunidade para aprendizagem – pela concepção de mundo como uma “grande escola” que caracterizaria o espírito iluminista e enciclopédico (CARDOSO, 2020, p. 27).

Nesse sentido, a plêiade de viajantes naturalistas era composta por cientistas enciclopédicos que buscavam um conhecimento que compreendesse o mundo natural, a geografia, os minerais, a fauna e a flora, os fenômenos climáticos e geológicos. Nesta lógica, esse grupo se direcionava na observação e coleta de espécimes desconhecidas que saíam dos padrões registrados nos arquivos de pesquisadores ou colecionadores. A função dos naturalistas se caracterizava pelo trabalho puramente técnico, voltado para a organização, análises comparativas das espécies, experimentação e catalogação.

Partindo para um cenário mais regional, a Amazônia foi palco de inúmeras expedições exploratórias. Eram médicos, botânicos, geógrafos, matemáticos ou astrônomos que buscavam expandir seus estudos e testar novas teorias. O espaço amazônico, principalmente no século XIX, haveria de se tornar uma espécie de “laboratório” para estes cientistas que podiam usufruir da diversidade que ela poderia oferecer e divulgar seus trabalhos por toda Europa (CARDOSO, 2020, p. 28). Com base nessa afirmativa, os relatos de viagens, crônicas e diários escritos no período colonial da Amazônia e seus arredores, foram realizados por inúmeros viajantes de nacionalidades diversas. Dentre eles, os mais recorrentes eram portugueses, espanhóis, franceses e ingleses.

Desde os primeiros anos de colonização, a Guiana Francesa e o espaço amazônico foram regiões engajadas pela corrida desenfreada por riquezas, expansão territorial e hegemonia continental pelas mais diversas nacionalidades europeias. A Guiana Francesa está localizada ao norte da América do Sul, mais especificamente na costa nordeste do

oceano Atlântico, que faz divisa com o Suriname e o Brasil. Atualmente a região configura-se como um departamento ultramarino, isto é, uma extensão do território francês fora da Europa. A partir do século XVI, essas zonas converteram-se em espacialidades de grande fluxo transitório, de navegação e exploração, por agrupamentos humanos e instituições com intencionalidades díspares.

Mediante isso, com a intensificação do trânsito social e econômico, as regiões da colônia francesa e do Cabo Norte (atual estado do Amapá), estiveram no centro de intensas disputas entre as potências ultramarinas. Seu limite geográfico com o Brasil encontra-se delimitado pelo rio Oiapoque – a margem esquerda do rio encontra-se o território considerado francês e a partir da margem direita o território considerado brasileiro (antes português). As regiões localizadas ao redor do rio Oiapoque foram designadas pela historiografia de “contestado”, por se tratar de um território disputado desde o século XVII entre franceses e portugueses.

DESDOBRANDO O CONCEITO DE FRONTEIRA: A FRONTEIRA FRANCO-PORTUGUESA NAS NARRATIVAS DE VIAGEM

O posicionamento teórico desta discussão insere-se na Linha de pesquisa Fronteira, Política e Sociedade, adotada como um prisma norteador para a análise de narrativas de viagens em contexto de expansão e delimitação de territórios dos impérios coloniais nas Américas. Nesse contexto, a pesquisa se justifica por se tratar de expedições que ocorreram em um ritmo de intenso fluxo de representantes das metrópoles europeias a fins de expansão colonial e exploração econômica na fronteira franco-portuguesa. As condições sociais do espaço fronteiro cristalizam complexas redes de sociabilidade que dinamizavam as políticas de proteção das colônias, por meio de alianças e tratados entre as potências. Tendo em vista a presença de diferentes sujeitos no processo de demarcação e manutenção das fronteiras, esses indivíduos não existiam isoladamente, suas ações também eram mediadas por estratégias próprias em fazer uso das circunstâncias em que estavam inseridos.

O conceito de fronteira é indispensável para analisar os aspectos sociais e culturais que esses espaços condicionavam a partir das mobilizações políticas das colônias em definir limites de seus territórios. Conforme aponta Juan Carlos Arriaga-Rodriguez, o interesse histórico pelo estudo das fronteiras na historiografia apenas começou nos finais do século XIX (ARRIAGA-RODRÍGUEZ, 2013, p. 10). Atualmente, os debates sobre fronteira variam em muitas perspectivas. Seu alcance teórico cada vez mais assume um caráter interdisciplinar entre as Ciências Humanas, dado que seus desdobramentos são utilizados nos mais variados temas e objetos de pesquisa.

Para Benedikt Zientara a formulação da noção de fronteira parte da ideia de um acordo político-jurídico, uma criação inerente ao homem, isto é, uma abstração que não tem existência real fora dos mapas geográficos. Além disso, Zientara ainda argumenta que a ideia universalmente propagada de fronteira como uma linha que separa duas regiões diferentes é errada. As fronteiras que separam comunidades, por exemplo, podem determinar um gênero particular, uma vez que essas populações em zonas fronteiriças mantêm profundas comunicações. Deste modo, portanto, a fronteira tem pressupostos sociais e não geográficos (ZIENTARA, 1989, p. 310).

De acordo com a análise de Rui Cunha Martins, introduzida a partir de uma perspectiva de operatividade das fronteiras em contextos de governabilidade, toda fronteira tem “autor”. Contudo, a designação deste não é isenta de tensões, uma vez que a demarcação e o reconhecimento da autoria da fronteira, o que o Rui Martins designa de referência, andam a par de elementos de imprevisibilidade e dispersão (contingência). E essa tensão entre referência e contingência é parte constitutiva da fronteira (MARTINS, 2008, p. 23). A fronteira, nesse sentido, é vista como um dispositivo, que opera como um limite de soberanias em cenários de domínio de estados nacionais.

Partindo dessa lógica, refletindo a partir do cenário da atuação dos poderes coloniais nas regiões da Guiana Francesa e Amazônia, as relações do poder central, da metrópole ou das capitais provinciais das colônias para suas fronteiras, necessita de uma manutenção para sua própria capacidade de existência. Isso tem a ver, conforme Martins aponta, com a eficácia da fronteira em depender de sua capacidade de legitimação, isto é, de garantir um bom desempenho ordenador (referencial). Não obstante, esse desempenho produtivo depende efetivamente de seus elementos contingentes consolidados em seus limites. Consoante a isso, por trás da construção e vigor da fronteira, o caráter autoral antecede sua matéria fundacional (MARTINS, 2008, p. 24).

As expedições francesas de exploração e reconhecimento do território em regiões fronteiriças, são alguns desses dispositivos de domínio dos impérios ultramarinos em manter controle de suas posses. A relação que os domínios coloniais haviam firmado com as mais diversas etnias, variavam em muitos interesses. De um lado, tínhamos muitos grupos que foram sujeitos a escravidão, em prol do desenvolvimento colonial. A mão de obra indígena era, portanto, o combustível ideal que os colonos franceses procuravam para o estabelecimento e construção das colônias. Por outro ângulo, era muito comum também a aliança entre algumas etnias com os colonizadores, como acontecia com os indígenas que eram aliados dos franceses. Dessa forma, serviam como verdadeiros vigilantes entre os rios e no interior das matas, evitando uma possível invasão de outras potências rivais ao território francês.

As dimensões de sociabilidade inferem um dos elementos intrínsecos ao conteúdo e discurso das narrativas de viajantes. O choque cultural vivido em situações de contato implica as formas muito complexas das relações sociais e comportamentais. A afirmação identitária de diferentes agrupamentos culturais pode ser ainda mais clara em suas interações. Quando se revisita a discussão do antropólogo norueguês Fredrik Barth, as relações interétnicas são um dos pontos analíticos a se pensar os grupos étnicos como uma forma de organização social, isto é, os atores sociais usam de suas identidades étnicas para categorizar a si mesmo e os outros. Porém, Barth criticamente reconhece que as características que são levadas em consideração não é soma das diferenças tidas como “objetivas”, mas somente aquelas que os próprios atores julgam como significantes (BARTH, 2000, p. 194).

Nesse ponto, interessa trazer para o debate o foco central da pesquisa de Barth que é a fronteira étnica, ou melhor dizendo também, as fronteiras sociais. Consoante a isso, se determinado grupo conserva sua identidade quando seus membros interagem com outros, existe critérios para estabelecer a pertença ou a exclusão, e isto claramente traz a compreensão a manutenção das fronteiras estabelecidas. Como aponta Barth:

Situações de contato social entre pessoas de culturas diferentes também estão implicadas na manutenção da fronteira étnica: grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem marcadas diferenças no comportamento, isto é, diferenças culturais persistentes. Contudo, onde indivíduos de culturas diferentes interagem, poder-se-ia esperar que tais diferenças se reduzissem, uma vez que a interação simultaneamente requer e cria uma congruência de códigos e valores – melhor dizendo, uma similaridade ou comunidade de cultura. Assim, a persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais (BARTH, 2000, p. 196).

Essas demarcações podem ser vistas através de diferentes ângulos nos relatos de viagens, seja pelas ações e comportamentos em situações de confronto ou aliança, pelas descrições estereotipadas dos viajantes em relação aos aspectos mais gerais que constituem o grupo observado ou pela forma que esse mesmo grupo reafirma sua identidade perante o outro.

As relações com as comunidades ameríndias no interior da Guiana Francesa também facilitavam a fluxo de informações, tendo em vista que essas populações mantinham alianças ou inimizades com outras etnias que podiam ser aliadas de outras colônias europeias. Nesse sentido, é interessante citar a investigação de Carlos Augusto Bastos, onde analisando as circulações de informações entre demarcadores e outros sujeitos das fronteiras da Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas nas décadas finais do século XVIII, destaca como determinadas informações se propagavam para além e através das fronteiras, e principalmente, como eram utilizadas estrategicamente em prol das administrações coloniais, uma vez que “era igualmente importante colher informações sobre o que ocorria nos territórios coloniais vizinhos, suas mudanças político-administrativas, o estado de sua economia e de sua defesa militar” (BASTOS, 2013, p. 205).

Com base nisso, o espaço transitado pelos viajantes franceses se insere em um cenário de intensas disputas políticas e defesa do território ultramarino português nas fronteiras do Cabo Norte com a Guiana Francesa do século XVIII. Ao longo desse período, havia uma crescente preocupação por parte do Estado lusitano em estabelecer limites da América portuguesa com outras colônias europeias, o que desencadeou no envio de expedições demarcatórias e nas articulações para a assinaturas de tratados como o Tratado de Utrech (COSTA, 2022, p. 3). Nessa lógica, para além da manutenção das fronteiras em defesa das colônias, esses espaços eram locais em que diversos sujeitos históricos estabeleciam relações sociais e culturais. Como observa Paulo Marcelo Cambraia da Costa, os processos de ocupação daqueles territórios envolviam o trânsito de militares desertores, indígenas, religiosos e trabalhadores escravizados fugidos, os quais desenvolviam dinâmicas e redes de sociabilidades independentes de acordos diplomáticos e estratégias de políticas de Portugal e França (COSTA, 2022, p. 2).

Apropriando-se ainda das considerações de Costa, com base em correspondências dos governadores do Grão-Pará na segunda metade dos setecentos, existiam pelo menos três camadas que definiam e redefiniam as fronteiras: a primeira se constitui a partir de acordos diplomáticos; a segunda faz menção a atuação de autoridades locais, portuguesas e francesas, na articulação dos acordos; e a última a camada dos sujeitos sociais, que estabeleciam dinâmicas próprias para viver as suas vidas e transitarem entre as fronteiras, subvertendo as tentativas do Estado em controlar essas áreas (COSTA, 2022, p. 17). Partindo desse olhar, sobre a última camada, a social, é de grande relevância para a nossa pesquisa, por estar atrelada as redes de sociabilidades que estavam imbricadas a situação política das fronteiras da Guiana Francesa e Grão-Pará.

Atualmente, muitas reflexões teóricas compreendem a definição de fronteira para além de sua definição enquanto espaço político e físico. Nesse sentido, Guillaume Boccara define fronteira como uma zona de contato entre duas entidades política e culturalmente diferentes, cuja noção representa como um verdadeiro operador de civilização. Ademais, o autor ainda reconhece por “limites fronteiriços” como um espaço que não necessariamente se refere a uma estrutura física, uma vez que uma fronteira social e cultural não está sistematicamente vinculada a essa condição material fixa (BOCCARA, 2005, p. 34).

Muito próximo a noção de fronteira indicada por Guillaume Boccara, a crítica literária Mary Louise Pratt em seu livro intitulado *Os Olhos do Império: Relatos de Viagem e Transculturação*, nos traz o conceito de zona de contato, o qual ela define como “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo” (PRATT, 1999, p. 27). Segundo Pratt, o conceito “zona de contato” é utilizado frequentemente em suas discussões como sinônimo de “fronteira colonial”. No entanto, enquanto este último é baseado apenas em uma perspectiva expansionista europeia, o

primeiro é uma tentativa de se invocar uma presença espacial e temporal conjunta de sujeitos separados por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias se cruzam (PRATT, 1999, p. 32). Ainda, a autora ao argumentar sobre sua proposta em utilizar o termo “contato”, reitera que:

Ao utilizar o termo “contato”, procuro enfatizar as dimensões interativas e improvisadas dos encontros coloniais, tão facilmente ignoradas ou suprimidas pelos relatos difundidos de conquista e dominação. Uma “perspectiva de contato” põe em relevo a questão de como os sujeitos são constituídos nas e pelas suas relações uns com os outros. Trata as relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e “visitados”, não em termos de separação ou segregação, mas em termos da presença comum, interação, entendimentos e práticas interligadas, frequentemente dentro de relações radialmente assimétricas de poder (PRATT, 1999, p. 32).

Diante dessas considerações, portanto, tomamos a fronteira amazônica entre as colônias de Portugal e França, segundo os termos de Pratt, como uma zona de contato onde havia intensas redes de interações, disputas e negociações, em que seus agentes históricos (no caso de nossas fontes viajantes franceses e indígenas), mobilizavam-se conforme suas agências e relacionavam-se em parâmetros complexos que iam muito além da dicotomia “colonizador” e “colonizado”, ao passo que tanto os europeus como os povos ameríndios se valiam de suas próprias condições para darem sentido as suas trajetórias. Dito isso, a presença desses sujeitos transformava esses espaços em palcos produtores de alteridades, encontros e práticas, pois a convivência fazia emergir trocas culturais, cujo as quais eram registradas pelos viajantes e disseminadas por toda a Europa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas de viagem foram meios promissores de perceber o imaginário europeu diante a experiência de contato com o Outro, balizada na lógica de superioridade da civilização europeia. As viagens instigavam os viajantes e seus leitores a confrontarem-se com mundos desconhecidos, sociedades diversificadas e hábitos totalmente divergentes. Nesse caso, compreendemos essa alteridade construída como uma extensão da política de colonização e civilização justificada pela expansão e domínio dos europeus. Mas, podemos observar que as representações dos ameríndios na literatura de viagem seriam, portanto, mais do que simples imagens destinadas a entreter um público com interesse no “exotismo”, pois elas permitem pensar o Outro e construir estratégias para o desenvolvimento do vínculo colonial.

Nesse sentido, a passagem desses viajantes no interior das Guianas e nos intrincados rios amazônicos está inserida em um contexto de exploração e disputa das potências europeias pelos domínios dos territórios fronteiriços coloniais. Dessa forma, falar de fronteiras amazônicas é evocar suas inúmeras tentativas, mais ou menos sucedidas, de delimitar seus limites por meio de acordos diplomáticos e confrontos diretos. A diversidade

social e histórica do espaço amazônico faz de suas fronteiras um lugar excepcional, um terreno privilegiado de alteridades. Diferentes agentes sociais são entrecruzados por força das conjunturas históricas. No entanto, por meio das narrativas essa lógica torna-se ambivalente a partir do qual esses encontros se tornam desencontros quando são deslocados de suas realidades e temporalidades pela perspectiva de seus leitores, e consequentemente, na afirmação de estereótipos sobre o Outro.

REFERÊNCIAS

ARRIAGA-RODRÍGUEZ, Juan Carlos, Tres tesis del concepto frontera em la historiografía, In: LAVALLE, Gerardo Gurza. (coord.) **Tres miradas a la historia contemporánea**. Mexico: Instituto Mora, pg. 9-47, 2012.

BASTOS, C. A. Demarcação de limites e circulação de informações em um espaço fronteiriço. A provincia de Maynas e a Capitania do Rio Negro em fins do século XVIII. pp. 203-224. In: Brito, A. J. I; ROMANI, C.; BASTOS, C.A. (orgs) **Limites Fluents**. Fronteiras e Identidades na América Latina (Séculos XVIII-XIX). Curitiba: Editora CRV, 2013.

BOCCARA, Guillaume “Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro- indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel” In: **Memoria Americana**, 13 - Año 2005. pp.21-52 (ler Clasificaciones coloniales y zonas fronterizas. pp.31-35).

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. pp.25-67. In: **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra CapaLivraria, 2000.

CARDOSO, Pauliany Barreiros. **Amapá à francesa**: dois viajantes franceses na Amazônia setentrional do século XIX. Brasília: Senado Federal, 2020.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. “Não convêm aos franceses que seja o Rio Oiapoque a raia para os dois domínios”: Políticas e disputas na região fronteiriça das guianas francesa e portuguesa nas décadas finais do século XVIII. **Canoa do Tempo**, v. 14, p. 1-25, 2022.

MARTINS, Rui Cunha. Introdução. pp.17-20. A. Modelo. 1. A matéria autoral. 2. A matéria fundacional. 3. A matéria doutrinária. 4. As três teses matriciais do modelo moderno de fronteira. pp.21-122. In: **O método da fronteira**: radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (Matrizes Ibéricas e Americanas). Coimbra: Edições Almedina, 2008.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: Relatos de Viagem e Transculturação. São Paulo: Edusc, 1999.

ZIENTARA, Benedikt. Fronteira. In: **ENCICLOPÉDIA EINAULDI**: Estado e Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989. v. 14, p. 306-317.

ORIGENS ANGLO-SAXÃS DA INGLATERRA: UMA ANÁLISE DA HISTÓRIA DOS BRETÕES DE NENNIUS

Data de aceite: 02/05/2024

Gabriella Sontag Neves

INTRODUÇÃO

RESUMO: O artigo proposto busca analisar a obra “História dos Bretões”, atribuída ao monge Nennius, como uma fonte crucial para compreender a Inglaterra Anglo-Saxã. Apesar da escassez de registros escritos durante os primeiros séculos pós-Roma, a obra de Nennius oferece insights valiosos sobre esse período. O monge compilou informações de diversas fontes, incluindo tradições orais e escritos anteriores, para narrar a chegada dos anglo-saxões, os conflitos subsequentes e até mesmo a lenda do Rei Arthur. A análise contextualiza Nennius como um produto de seu tempo e localização geográfica, destacando sua visão negativa dos invasores saxões e sua influência do conhecimento bíblico. Ao explorar as intenções do autor e a presença de elementos mitológicos em sua obra, o artigo oferece uma compreensão mais profunda da “História dos Bretões” e de seu papel na historiografia anglo-saxã.

Palavras-chave: Anglo-saxões, Nennius, Bretões, Inglaterra.

A história da Inglaterra Anglo-Saxã é um tema extensamente estudado pelos historiadores ingleses e de demais partes do mundo, buscando preencher lacunas deixadas pela falta de fontes durante os primeiros séculos após a saída dos romanos da ilha. Por conta da falta de fontes escritas no período, especialmente os séculos V e VI, se chamou o período de ‘Idade das Trevas’, entretanto o nome se tornou popular e acabou sendo utilizado para descrever toda a Idade Média em todos os lugares, como um período de falta de conhecimento, liberdade e extremas crenças religiosas, quando se referia apenas à um período com poucas fontes.

Apesar de escassas, existem fontes que falam sobre o período da chegada dos anglo-saxões na Inglaterra, ainda que escritas em posterioridade. A fonte escolhida para essa análise é a História dos Bretões, de autoria atribuída ao monge Nennius, que viveu no século IX e escreveu sobre o período de chegada dos

romanos na Inglaterra, bem como após a saída destes, a chegada dos anglo-saxões e os conflitos que se sucederam, ele também narrou um pouco da história de São Patrício e é a primeira fonte conhecida que cita o Rei Arthur, Nennius também faz genealogias de reis e governantes da Inglaterra e fala das maravilhas da ilha.

Para escrever sua 'História dos Bretões', Nennius afirma ter usado todas as fontes que pôde encontrar, tal como os Anais dos romanos, Crônicas de santos padres, como Jerônimo, Eusébio, Isidoro, Próspero, Anais dos escotos e dos saxões e também histórias passadas oralmente.

Para análise dessa fonte será feita uma pesquisa bibliográfica buscando inserir a fonte em seu contexto histórico, bem como seu autor, que escreve da perspectiva de um monge que viveu na região onde hoje se localiza o País de Galês, e que possuía uma visão negativa sobre os invasores saxões. Deve ser levado em conta que Nennius também não viveu nos períodos em que narra, seja a conquista romana ou anglo-saxã, então suas narrativas frequentemente são embasadas em outros escritos ou em conhecimento popular e folclórico sobre o tema.

Nennius possuía intenções quando escreveu a História dos Bretões, e isso se torna claro com a leitura e análise do texto. Bem como também é perceptível sua intenção em encaixar o que ele sabe e cooptou das fontes que teve acesso ao conhecimento bíblico, como quando reflete de qual filho de Noé os primeiros habitantes da ilha da Bretanha são oriundos.

Neste trabalho, será discutido a respeito das informações obtidas a respeito do autor, bem como algumas observações sobre sua obra, como o fato dele abordar alguns temas mitológicos, também se irá contextualizar História dos Bretões de Nennius em seu tempo e espaço, entendendo o autor como uma figura de seu tempo, inserido em uma cultura e com crenças próprias que transparecem em seu trabalho, por fim, será feita uma análise sobre o texto de História dos Bretões, com apoio bibliográfico de outros autores.

DETALHES OBRA

Há pouca informação a respeito de quem foi Nennius, até mesmo se ele fora realmente o único autor da História dos Bretões, mas convencionalmente se atribui a Nennius, um monge galês, a autoria da obra.

Edmond Faral enquanto afirma que a História dos Bretões tem algumas características de contos populares e quase infantis e de estilo amorfo, também é possível perceber que houve um esforço de combinar processos de informação, conhecimento e intencionalidades que denunciam no autor um clérigo de certa experiência (FARAL, 1929, p. 73 *apud* Donnard, 2009, p. 4). Assim, assumiremos a convencionalidade de também atribuir a autoria de História dos Bretões a Nennius, um monge que viveu na região onde hoje se localiza o País de Galês, mas no período era um reduto celta entre os anglo-saxões e dinamarqueses, que dominavam quase a totalidade da ilha.

A edição de História dos Bretões utilizada para este trabalho se encontra disponível no livro “Testemunhos da História: Documentos de História Antiga e Medieval” organizado por Ricardo da Costa (2003), e o texto de Nennius fora traduzido por Adriana Zierer e revisado pelo organizador. O texto está disponível integralmente na internet, no *website* do próprio autor.

Sobre a vida de Nennius, não se há muita informação disponível. Em seu livro, ele afirma ser discípulo de São Elbotus, um bispo galês que viveu no século VIII e faleceu no ano de 809. São Elbotus fora o bispo que convencera a igreja em Galês a aceitar a data convencional da Páscoa, como se estabeleceu por Roma, mas foi recusado pela igreja galesa ainda no século VII e fora endossado na Inglaterra no ano de 664 (JENKINS, 1959).

Nennius afirma que escreveu essa obra por estar “indignado que o nome do meu povo, outrora famoso e distinto, pudesse afundar para o esquecimento, e como fumaça ser dissipado” (NENIUS, 2003). Nennius também fala que decidiu ser historiador dos bretões, e que outros já fizeram o que ele estava fazendo, compilar fontes e escrever uma história da Inglaterra, mas que ele também o faria, não por inveja, mas por que quer beneficiar aqueles que puderem conhecer seu trabalho.

Os escritos de Nennius, ainda que sua intenção anunciada tenha sido escrever a história de seu povo e tenha utilizado de outros autores para se embasar, são compostos de relatos fantásticos (GONZALES, 2015). Gonzales enumera alguns pontos onde a narrativa se torna mitológica no texto de Nennius, como quando ele acompanha a vida de São Germano, e também se pode acrescentar a chegada dos anglo-saxões e governo de Vortinger, bem como o início do mito Arturiano e na narrativa de São Patrício.

Essa mistura de fatos que podem ser confirmados por outras fontes e narrativas mitológicas pode se dever à compilação de diversos materiais que Nennius utilizou para escrever sua História dos Bretões, bem como a tradição bárdica gaulesa e também o fato de Nennius ser um bispo cristão. Quando Nennius escreve que São Germano podia ressuscitar pessoas, ele muito provavelmente o faz porque acreditava nisso, ou porque queria que outros acreditassem.

Nennius escreveu a obra História dos Bretões no início do século IX, quando a Inglaterra sofria com as ondas de invasões dinamarquesas e a Heptarquia (governo dos sete reinos anglo-saxões) estava em decadência. Nennius, como bispo cristão, odiava os pagãos anglo-saxões que dominavam a ilha, e também não tinha opiniões positivas sobre os pagãos dinamarqueses que estavam invadindo, e ele deixa claro no texto quando afirma que é uma punição divina, tanto aos pagãos britânicos que primeiro foram despojados de suas terras, quanto aos anglo-saxões pecadores que estão sendo saqueados pelos dinamarqueses.

A INGLATERRA NO SÉCULO VIII E IX

Como o texto de Nennius fora escrito no início do século IX, se deve entender que seu autor viveu no século anterior, sendo este também importante para a localização temporal da obra.

O século VIII (701-800) na Inglaterra fora um período de conflitos internos entre os povos anglo-saxões que dominavam grande parte da ilha, com apenas algumas regiões que os invasores germânicos não conseguiram alcançar como o norte da Escócia e o País de Gales.

Entretanto, Offa, rei da Mércia, um dos principais reinos da heptarquia, conseguira dominar uma parte do País de Galês no final do século, subjuguando os britânicos que lá viviam. Offa era um Bretwalda, um título militar dado aos reis que conseguiam dominar outros reinos e outros reis, e Offa conquistou, dentre outros reinos menores, o Reino de Kent. A importância de Offa e do reino da Mércia no período se torna clara quando ele possuía correspondências com Carlos Magno, rei dos Francos, e este queria organizar um casamento de um de seus filhos com uma das filhas de Offa, mas o rei da Mércia queria uma princesa Carolíngia para se casar com seu filho e Carlos Magno não aceitou dar uma de suas filhas (YORKE, 2003).

Offa manteve boas relações com a Igreja Romana, possuía devoção pessoal à São Pedro e em nome dele construiu muitas igrejas em seus domínios. Prova de suas boas relações com o papado é que em 789 fora enviado o primeiro emissário do papa para a Inglaterra desde os tempos das missões gregorianas de cristianização (YORKE, 2003). Entretanto seu interesse na igreja não era totalmente altruísta, ele obteve dispensa papal para que os mosteiros que ele fundou permanecessem em sua família, sendo passados como herança (YORKE, 2003).

A respeito das batalhas contra os nativos do País de Gales, Yorke (2003) aponta que os galeses atacavam com frequência a Mércia e que fora necessário para a proteção de suas fronteiras a construção de uma forte defesa contra os galeses. Essa defesa veio da forma de um dique, que ficou conhecido como o Dique de Offa, o lado galês possuía um fosso cavado, enquanto o lado da Mércia possuía terra empilhada formando uma barreira. A criação do Dique por si só já sugere que houve vários conflitos entre os galeses e a Mércia, e que uma defesa era muito necessária. Entretanto os conflitos entre os galeses e a Mércia não acabaram, e ao longo do século IX houve diversos embates, o que pode ter fomentado uma visão negativa dos anglo-saxões no autor Nennius.

Ao mesmo tempo, a Inglaterra estava sofrendo com as ondas de invasores vikings, que desde no final do século VIII começaram a sair da Escandinávia e passaram a invadir e saquear outros reinos. No ano de 853 os vikings chegaram ao País de Gales e tomaram Anglesey, uma ilha de população antiga, pré-romana, que era historicamente associada aos druidas, mas um rei galês conseguiu derrotar o líder viking e mais tarde formaram uma aliança contra Northumbria, que só foi desfeita após Alfredo, o Grande, fazer uma aliança com os galeses (CHARLES-EDWARDS, 2001).

A respeito da religião em Gales, Davies (1982), afirma que a região era predominantemente cristã, e que, como em grande parte da Inglaterra, havia um forte monasticismo rural, com muitos mosteiros e mosteiros, que tornavam o cristianismo na Grã-Bretanha particular do continente. Foi nesse contexto de cristianismo monástico e rural que Nennius viveu.

Durante o século IX, as invasões Vikings na Inglaterra estavam ocorrendo frequentemente, durante os primeiros anos os nórdicos apenas saqueavam, matavam e partiam de volta para sua terra. No ano de 865 a natureza dos ataques dos daneses mudou, se antes eram esporádicos, passaram a ser coordenados e os vikings vinham em grande número, esse fato ficou conhecido como o “Grande Exército Pagão” que vinha atacar e dominar a Inglaterra. Dentre os guerreiros do exército pagão estavam os filhos do lendário Ragnar Lothbrok, que conseguiram conquistar um grande território na ilha da Bretanha, e esse território fora chamado de Danelaw, nas terras que pertenciam à Mércia, Anglia Oriental, Northumbria, Essex e Wessex (GONZALES, 2015).

Fora nesse contexto de invasões vikings e anglo-saxãs na região de Gales que Nennius viveu, explicando assim sua visão negativa de ambos os povos, mas principalmente dos germânicos, já que estes foram diretamente responsáveis pela derrota dos romanos e britânicos que viviam na Inglaterra.

ANÁLISE DE FONTE

A obra de Nennius segue um caráter hagiográfico, como diversas obras medievais, e busca não apenas narrar a vida de alguns santos populares na Inglaterra, como São Germano e São Patrício, e também demonstrar seus milagres, suas boas obras e sua fé. Também constrói em diversos pontos uma narrativa ligada à religião cristã, a qual o autor compartilhava a fé.

Logo de início, Nennius traça uma temporalidade que vai desde Adão e Eva até o período em que ele vive, também trançando uma historicidade da Ilha da Bretanha, que, segundo ele, herda seu nome de um cônsul romano chamado Bruto. Nennius fala sobre como a ilha é composta geograficamente, os povos, principais rios e ilhas adjacentes.

Nennius discute sobre como ocorreu a população da ilha após o Dilúvio, pois esta era uma importante questão para os religiosos durante a Idade Média e início da Era Moderna, encaixar a narrativa bíblica nas descobertas e estudos realizados. E a questão do Dilúvio era fundamental para a teologia, então era preciso que toda explicação ‘científica’ partisse do pressuposto que o Dilúvio ocorreu e a terra fora repovoada após o seu fim. Nennius demonstra isso no trecho:

“Com relação ao período que essa ilha foi habitada depois do dilúvio, vejo duas relações distintas. [...] Após o dilúvio, os três filhos de Noé ocuparam respectivamente três partes da terra: Sem estendeu suas fronteiras até a Ásia, Cam até a África e Jafé até a Europa.” (NENNIUS, 2003).

Nennius traça uma linhagem que vai desde o que ele chama 'o primeiro homem que habitou a Europa', até a linhagem de Noé, e principalmente, de Bruto, o primeiro habitante da Bretanha, até Noé. A participação da narrativa bíblica de como ocorreu a dispersão populacional na Europa e na Bretanha fora resolvida, então Nennius explica como ocorreu o povoamento da Bretanha, quais os povos que originalmente formaram a população da ilha no momento de chegada dos romanos no século I a.C.

De acordo com os Anais da história romana, os bretões deduzem que sua origem foi tanto de gregos quanto de romanos. [...] depois de um intervalo de não menos de oitocentos anos vieram os pictos [...] muito depois disso os escotos chegaram à Irlanda pela Espanha." (NENNIUS, 2003).

Assim, a questão da origem dos bretões estava resolvida, eles vieram de gregos e romanos que imigraram para a Ilha muito tempo antes do Império Romano se expandir, e os demais povos chegaram depois. A narrativa de Nennius sobre a chegada dos povos na ilha é cheia de misticismos, contando com feiticeiros, traições, profecias e linhagens mitológicas, como Rhea Silva, Enéias, e outras figuras mitológicas de existência no mínimo duvidosa.

Ao falar das primeiras incursões romanas à Ilha, Nennius tem uma opinião muito mais positiva dos romanos do que dos outros povos que chegarão à Ilha futuramente, ainda que considere seu governo injusto, já que Deus havia dado a terra aos bretões. A respeito dos romanos, ele fala sobre a primeira incursão de Júlio César, que, subestimando a capacidade dos habitantes nativos, fora derrotado, mas retornara alguns anos depois com toda uma frota preparada para atacar os bretões (NENNIUS, 2003). Ele continua narrando a expansão romana na Ilha e seguindo uma linha narrativa de contar o que foi feito durante o governo de cada imperador romano, dando destaque a Constâncio Cloro, que não foi imperador e sim um general, pai de Constantino o Grande, que demonstrou humanidade durante a perseguição aos cristãos e morreu em uma incursão romana contra os povos pictos e escotos (NENNIUS, 2003).

Se torna clara a tendência de Nennius de afirmar que os legítimos habitantes e governantes da ilha eram os bretões através de passagens que o próprio afirma:

"Em consequência de sua ausência, a Bretanha, sendo atacada por nações estrangeiras, teve os herdeiros legítimos e expulsos, até que Deus interpusse sua assistência (NENNIUS, 2003) ".

Ao mesmo tempo que defende o direito dos bretões de governar a ilha, ele também acusa os outros povos que habitavam a ilha desde antes da chegada dos romanos de serem bárbaros e vis, que pediam a ajuda dos romanos para enfrentarem os bretões. Segundo Nennius, após terem conseguido apoio dos pictos e escotos, os romanos trouxeram seu grande exército e subjugaram os bretões por mais de trezentos anos, ainda que não sem resistência, o clérigo afirma que várias vezes os bretões mataram o governante romano, mas que outro fora enviado no lugar.

Encerrando sobre o domínio romano, Nennius parte para sua narrativa sobre a chegada dos anglo-saxões.

“Vortinger então reinava na Bretanha. No seu tempo, os nativos tinham pavor das incursões não apenas dos escotos e pictos, mas também dos romanos, além de terem apreensão de Ambrósio. Enquanto isso, três navios, exilados da Germânia, chegaram à Bretanha. Eles eram conhecidos por Horsa e Hengist [...] (NENNIUS, 2003)”.

Nennius assim apresenta a lenda de Horsa e Hengist, apesar de não dar detalhes, ele afirma que na genealogia dos irmãos, está um deus pagão, que, “por conta de não ser o Deus Onipotente, era resultado de ídolos e, cegados por algum costume pagão, adorado como um demônio” (NENNIUS, 2003). É interessante notar que ao mesmo tempo em que afirma que os germânicos que chegaram exilados do continente eram adoradores do diabo, ele mostra sua percepção dos anglo-saxões como um todo. Para Nennius os anglo-saxões eram todos pagãos, e os que tinham se convertido não deveriam estar vivendo e governando nas terras que deveria pertencer ao povo dele, os bretões.

O autor bretão aponta que Vortinger, rei britânico, recebeu os germânicos como amigos e cedeu um pedaço de terra a eles, e pediu que em troca os germânicos lutassem contra seus inimigos (NENNIUS, 2003). Outras fontes confirmam essa parte da história contada por Nennius, os anglo-saxões chegaram na Ilha primeiro em pequenos números, contratados como mercenários ao rei Vortinger que queria ajuda para enfrentar outros povos que lutavam por domínios (GONZALES, 2015).

Nennius segue relatando sobre a chegada dos Anglo-Saxões e afirma que o número de saxões começou a crescer na Ilha, e que eles demandaram mais suprimentos do rei Vortinger, que a princípio negou, mas o ‘malicioso e perspicaz Hengist’ armou para que o rei se apaixonasse por sua filha, e assim ‘instigado pelo demônio e enamorado com a beleza da donzela, pediu-a ao pai e prometeu dar por ela qualquer coisa que desejasse’, e então Hengist pediu uma província chamada Kent (NENNIUS, 2003).

“Esta cessão foi feita sem o conhecimento do rei, Guoyrancgonus, que governava então em Kent, e que experimentou uma não desconsiderável partilha de dor ao ver seu reino assim clandestinamente, fraudulentamente, e imprudentemente entregue a estrangeiros (NENNIUS, 2003)”.

Para Nennius, esse acordo com os germânicos fora letal para o domínio bretão na Inglaterra, e após isso a tormenta saxã se tornou muito forte. Outras fontes que relatam sobre o período concordam que após um tempo de assentamento, os saxões passaram a chegar em cada vez maior número, o que resultou em uma batalha onde Horsa, irmão de Hengist, fora morto em 455 d.C. (GONZALES, 2015).

Todas as fontes possuem o mesmo denominador em comum, os anglo-saxões que chegaram saquearam o país de costa a costa, e os britânicos reagiram de diversas formas, alguns se renderam, outros foram escravizados (GONZALES, 2015). Fontes como Beda afirmam que os estrangeiros:

“Arrasavam os edifícios públicos e privados, assassinavam os sacerdotes no altar: bispos e outros cargos, não importava qual o alcance, foram massacrados à fogo e espada e não restou nenhum para enterrar aqueles que sofreram com mortes tão cruéis (BEDA, 1969, *apud* Gonzales, 2015, p. 29)”.

Vemos aqui que a opinião dos monges, mesmo os de origem anglo-saxã como Beda, não diferenciava de Nennius quando se trata da violência empregada pelos germânicos quando chegaram à ilha. Eles afirmavam que o modo como os saxões lidaram com os homens da igreja e a população era excessivamente violento.

Nennius continua narrando a respeito dos saxões, agora indicando a presença de São Germano de Auxerre nos conflitos. Ele conta que São Germano reprovou o que o rei Vortinger havia feito, e, ao ser apresentado ao filho de Vortinger com a filha de Hengist, tomou a criança e declarou que ele mesmo o criaria, e a criança o obedecera. Sem saber como reagir a tal afronta, Vortinger reuniu seu conselho de sábios, que era controlado por seu sogro, e eles indicaram que ele se retirasse para uma fortaleza, e assim o rei fez, foi para o interior de seu reino e seus conselheiros apontaram um lugar e disseram para que construísse uma cidade lá, só que para conseguir deveria aspergir o solo com o sangue de uma criança sem pai (NENNIUS, 2003).

Nennius aqui demonstra uma associação dos saxões com um ritual demoníaco, um sacrifício humano e utilização do sangue para ‘consagrar’ o local. Para ele, as práticas pagãs não passavam de adoração ao demônio disfarçadas.

O menino escolhido por Vortinger para morrer, na narrativa de Nennius, acaba por ser um sábio e profeta, que aconselha o rei a não seguir os rituais pagãos e procurar outro lugar para construir sua cidadela. O filho de Vortinger, Vortimer, que São Germano reivindicou para si morreu lutando contra os germânicos, e após isso não houve como parar a invasão anglo-saxã (NENNIUS, 2003).

“E deixe aquele que lê entender que os saxões foram vitoriosos e governaram a Bretanha não por causa de sua coragem superior, mas devido aos grandes pecados dos bretões: Deus então permitiu isso (NENNIUS, 2003)”

Como Nennius é cristão, toda autoridade que existe na Terra só existe porque Deus permite que assim o seja, dessa forma, ele explica a dominação dos bretões pelos germânicos através da culpa do pecado. Os bretões pecaram e mereciam ser punidos, e a forma como Deus puniu-os fora através da chegada e governo dos anglo-saxões.

Nennius se dedica então a narrar a vida de São Patrício, e como ele fora popular e realizara milagres na Irlanda, chegando inclusive a ressuscitar pessoas, curar cegos, purificar leprosos, curar surdos, expulsar demônios. Nennius chega a comprar o santo irlandês com figuras bíblicas proeminentes como Moisés:

“São Patrício parecia-se com Moisés em quatro particularidades: o anjo falou-lhe no ramo ardente; ele vagueou quarenta dias e quarenta noites em uma montanha; ninguém conhece sua sepultura, nem onde ele está enterrado; esteve dezesseis anos como cativo (NENNIUS, 2003)”.

Sua admiração por São Patrício se dá por conta das inúmeras conversões que ele realizou na Irlanda, e não apenas batizando, mas evangelizando também. O autor narra que em um dia São Patrício converteu sete reis, e que em seu momento de morte, ele passou desse mundo para conviver com os santos e eleitos de Deus.

Nennius é o primeiro a narrar a figura de Rei Arthur de forma distinta de Ambrosio Aureliano, que ficou conhecido como ‘o último dos romanos’, um rei que exercia governo no oeste e se manteve afastado das primeiras ondas de invasões germânicas, mas que lutou contra os germânicos para que seu domínio permanecesse. Gildas narra Ambrosio Aureliano como um grande herói, que teve vitórias decisivas, entretanto, após mais uma tentativa os anglo-saxões conseguiram conquistar e saquear a região (GONZALES, 2015).

Ele descreve as batalhas que o Rei Arthur entrou e saiu vitorioso, e também como ele sempre levava a imagem da Virgem Maria, e que às vezes, apenas a visão da Santa fazia com que seus inimigos pagãos saíssem em debandada (NENNIUS, 2015).

Nennius descreve o Rei Arthur como bretão, é claro, e ele não apenas era um bom rei e bom comandante, talvez o principal para Nennius era como ele era um bom cristão. Em oposição aos seus inimigos pagãos, que adoravam o diabo e muitas vezes o autor se referiu usando termos como ‘bárbaros, vis, pecadores, violentos’, enquanto os associava com deuses germânicos e estes eram o diabo enganando os homens. O Rei Arthur, cristão, pelo contrário, era corajoso, bravo, tão valente no campo de batalha e também protegido por Deus já que não sofria nenhum ferimento.

Encerrando, Nennius faz genealogias dos reis germânicos que governaram a Bretanha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como Nennius escreve sua História dos Bretões não difere essencialmente do que outros que viveram no mesmo período e escreveram a sobre a história da Inglaterra, Gildas e Beda também trazem em sua narrativa elementos cristãos, e Gildas também crítica os pagãos anglo-saxões que derrotaram e subjugaram os bretões. Ainda, a história não era uma ciência com método na época, nem mesmo a ciência poderia ser separada da religião até o Renascimento, então a tentativa de Nennius de escrever história não pode ser descartada por ser tendenciosa.

Nennius escreve da perspectiva de um monge cristão e bretão, que vive em um dos últimos redutos bretões na Inglaterra, sendo assim ele vê dois inimigos, primeiro os pagãos e segundo os germânicos, e ele sobrepõe esses dois grupos o tempo todo. Logo no início ele já afirma que seu objetivo escrevendo essa História dos Bretões era que seu povo não fosse esquecido, ele já deixa claro sua intenção de exaltar os bretões, e ele faz isso ao longo da obra, quando afirma que eles resistiram à dominação romana, e só não venceram os germânicos porque Deus estava punindo os pecados dos bretões.

História dos Bretões, quando colocado lado a lado com outras fontes, apresenta informações confiáveis, ainda que imprecisas em relações a data, o que é compreensível graças aos diversos calendários existentes. Mas as informações caminham de encontro com o que outras fontes escritas, e mesmo arqueológicas, também indicam.

De fato, há a intenção de tratar os bretões como um povo cristão como um todo, que fora oprimido por seus inimigos, mas se manteve fiel à Deus, como ele demonstra na narrativa do Rei Arthur, que apenas com a imagem da Virgem Maria conseguia derrotar seus inimigos, ou narrando São Germano e São Patrício, este último sendo tratado como um verdadeiro Apóstolo de Cristo pelo autor.

O texto de Nennius é rico em informações que podem ser estudadas por diversos historiadores, como vem sendo feito ao longo da historiografia, podendo ser abordado de vários pontos de vista. A forma como ele retrata o já nascente mito do Rei Arthur, o reinado de Vortinger onde ele é detalhista em descrever como o rei que convidou os saxões para a Inglaterra fora ludibriado e enfeitizado pelos pagãos, a vida e obras de São Germano na Inglaterra que ele defende, entre vários outros pontos que permitem uma profunda análise historiográfica.

REFERÊNCIAS

NENNIUS. História dos Bretões. In: COSTA, Ricardo da (org.). **Testemunhos da História: Documentos de História Antiga e medieval**. Tradução: Adriana Zierer. Vitória: Edufes, 2002. p. 209-253. Disponível em: <https://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/historia-dos-bretoes-c-800>. Acesso em: 11 abr. 2023.

CHARLES-EDWARDS, T M. “Wales and Mercia, 613–918”. In Brown, Michelle P; Farr, Carol Ann (eds.). **Mercia: an Anglo-Saxon kingdom in Europe**. Leicester University Press, 2001.

DAVIES, Wendy, **Wales in the Early Middle Ages**, Leicester: Leicester University Press, 1982.

DOMÍNGUEZ GONZÁLEZ, Carlos. **La Inglaterra anglosajona: una síntesis histórica** (ss. V-XI). Madrid: Ediciones de la Ergástula, 2015:

DONNARD, Ana. As fontes primárias para o estudo do mito arturiano: Breves considerações metodológicas sobre a Historia Brittonum. **Série Estudos Medievais: Fontes**, Araraquara, n. 2, 2009.

JENKINS, R. T., (1959). ELFODD, bishop (died 809).. Dictionary of Welsh Biography. Recuperado em 11 de abril de 2023, de <https://biography.wales/article/s-ELFO-DDW-0809>

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; PEREIRA NETO, J. A natureza americana nas obras Turrís Babel e Arca Nôe do jesuíta Athanasius Kircher. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. IV, p. 51- 68, 2011. Acesso online em: <http://tinyurl.com/ozzsrxux>

YORKE, Barbara. **Kings and Kingdoms of early Anglo-Saxon England**. Oxford: Taylor & Francis, 2003.

UMA FONTE, DUAS LEITURAS: NARRATIVA E HISTORIOGRAFIA EM JOSÉ MURILO DE CARVALHO E EM ILMAR DE MATTOS

Data de aceite: 02/05/2024

Vânia do Carmo Rocha
UFF/SEEDUC-RJ

[...] em uma questão que ela mesma reconhece que não se deve considerar de partido, em uma questão inteiramente nacional, parece que os esforços de todos deveriam convergir para convencer o estrangeiro que se quer arrogar o mérito de ter reprimido o tráfico no Brasil, que sua pretensão é injusta, que ele se arroga de um mérito que não tem. (Discurso de Eusébio de Queiros na Câmara dos deputados em 16 de julho de 1852)

Quase dois anos após a aprovação da lei que extinguiu o tráfico, foi publicado, no jornal liberal de oposição, *Correio Mercantil*, a correspondência diplomática relativa ao caso, e nela aparecia o posicionamento do governo inglês, segundo o qual chamava para si todo o mérito da aprovação da lei, devotando à pressão dos seus navios a tomada de medidas efetivas pelo governo brasileiro. Foi no discurso proferido por Eusébio de Queirós, em 16 de julho de 1852, que a versão conservadora tangente à aprovação da lei que extinguiu

o tráfico veio de maneira mais completa. Em sua argumentação Queirós se empenha em duras críticas à oposição, e constrói a ideia de que a extinção do tráfico não se tratava de questão de partido, ou de pressão inglesa, mas era sobretudo uma questão nacional.

As questões que giram em torno da escravidão e do seu fim são um campo fértil para, num primeiro momento, divisar a relação entre o governo imperial e a grande lavoura de exportação, para Carvalho e para Mattos. Entretanto, essas questões abrem espaço a outras possibilidades de análise, isto é, como cada qual, a seu modo, articula a construção de um fato – no caso, o fim do tráfico negreiro – e como cada um leu um mesmo documento – o acima citado discurso de Eusébio de Queirós – resultando em narrativas distintas para pensar de que maneira tais construções e leituras inferem em interpretações tão distintas relativas às forças sociais e políticas que deram o tom e a forma ao Estado imperial. A intenção é pensar, a partir daí, nos percursos narrativos que dão especificidade à leitura que cada um dos autores deu ao Império.

Carvalho avaliza que esta elite política foi condicionada pela educação e treinamento, e isso lhe garantiu coesão e capacidade coletiva para governar, ao passo que também a tornava não representativa da sociedade, pois os grupos latifundiários, a grande lavoura de exportação, não deixavam de ser força econômica relevante ao Império, contudo, seu poder não determinou as ações da elite política, e esta assumiu uma postura reformista frente à escravidão, empenhando-se pela Abolição. Diferente de Mattos, que concebe aqueles que construíram o Estado imperial como pertencentes a uma classe social que se definiu enquanto operava aquela construção, trata-se da classe senhorial. Cujas coesão foi fruto da ação deliberada dos Saquaremas junto à Coroa em fazê-la se perceber como tal a partir de suas lutas, experiências e inimigos em comum. Dessa forma, o empenho saquarema foi o de se colocar como força política capaz de preservar os monopólios que fundaram essa classe senhorial, garantindo a manutenção da escravidão. Vejamos como este debate aparece nos dois livros.

Carvalho trata da política da Abolição para demonstrar o jogo de forças entre o rei e os barões, e mais precisamente, entre o polo burocrático do poder e polo social e econômico. Mostra como, nesse jogo de forças, a Monarquia esvaziou-se de sua base de apoio social e acabou ruindo. “[...] Se, na expressão muitas vezes usada na época, a escravidão era o cancro que corroía a sociedade, ela era também o princípio que minava por dentro as bases do Estado imperial, e que, ao final, acabou por destruí-lo” (CARVALHO, 2003, p. 293). O conjunto de políticas públicas que levou ao fim da escravidão, a Abolição, constituiu, na visão de Carvalho, tema muito pertinente para explorar as relações entre o governo e a classe dos proprietários rurais. A escravidão era importante para o mercado interno, para os espaços urbanos, mas, sobretudo, à grande lavoura de exportação. Diante da Abolição, ficou clara a polarização de interesses e motivações entre burocracia e latifundiários escravistas. A luta pelo fim do tráfico de escravos transatlântico começou em 1807, quando a Inglaterra iniciou longa e agressiva campanha para eliminá-lo (CARVALHO, 2003, p. 293). O Brasil, como país independente, nasceu nesse contexto, dado que o fim do tráfico foi condição diplomática de reconhecimento da Independência. Até 1830, o governo brasileiro resistiu às pressões por considerar inviável a extinção do tráfico, o que, para José Bonifácio, seria um suicídio político, posto que não havia pressão interna nesse sentido.

A análise de Carvalho sobre a política da Abolição (CARVALHO, p. 293-328), , alude aos elementos mais importantes para entender o jogo político nacional. No percurso de sua narrativa, começa falando das pressões inglesas pelo fim do tráfico, desde 1807, até o *bill Aderdeen*, em 1845. Enfatiza o quanto a lei de 1850 foi resultado das pressões inglesas, mas revela uma postura do governo distinta dos interesses dos proprietários. Desde 1842, o governo tinha interesse no fim do tráfico, havia pressão inglesa, e já havia esse interesse. Duas décadas depois, a Lei do Ventre Livre foi aprovada num cenário bastante distinto, o que, para Carvalho, indica “que Abolição do tráfico era o máximo a que as lideranças estavam dispostas, ou que lhes era possível” (CARVALHO, p. 304) naquele momento.

Novos debates referentes à questão começaram em 1866, relata Carvalho, por iniciativa da Coroa, com cinco projetos antiescravistas encomendados, submetidos ao Conselho, o Marquês de Olinda sequer discutiu o assunto, na ocasião em que Pedro II respondeu à Junta Francesa de Emancipação que após a guerra contra o Paraguai o governo agiria pela libertação dos escravos, para muitos, foi uma resposta escandalosa. Em 1867, o Conselho de Estado foi ouvido sobre a conveniência da Abolição, a maioria mostrou-se favorável, porém, compreendia não ser o momento oportuno, os mais favoráveis alertavam para os perigos das pressões externas e internas, pelo medo da agitação dos escravos. A recomendação do Conselho foi por aguardar o fim da guerra para dispor de tropas para conter possíveis levantes. Não obstante, a todos, a Abolição imediata parecia impraticável, arruinaria toda a produção, o mais conveniente seria a Abolição gradual. A aprovação da lei de libertação do ventre, com muito esforço, foi marcada pela divisão entre o Norte favorável e o Sul contrário, a ocupação também pesou, os funcionários públicos, cuja maioria vinha do Norte, votaram com o governo. Houve acusação de que o projeto era de inspiração imperial e não nacional. A aprovação da lei de 1871 ocasionou a cisão do Partido Conservador, a dissolução da Câmara, em 1872, e muitas manifestações de fazendeiros e comerciantes (CARVALHO, 2003, p. 313). A situação de 1850 era bem diferente da situação de 1871, na libertação do ventre não existia pressão externa, a iniciativa foi da Coroa. Em 1871, o governo afastou-se das bases socioeconômicas do Estado, e acabou enfraquecendo. Foi um caminho sem volta. É a partir daí que Carvalho situa a crise da Monarquia. Até os Sexagenários e a lei de 1888, o governo mostrou-se dedicado à liberação da mão de obra, enquanto os proprietários colocaram-se sempre contra. A queda da Monarquia está atrelada a isso diretamente. A narrativa de Carvalho é sempre nesse sentido de explicar como governo e proprietários destoavam, principalmente os do Sul cafeeiro.

Carvalho relata que Eusébio de Queirós tentou expor como as intervenções inglesas, em 1825 e 1826, só fizeram o tráfico aumentar, explicou, ainda, “de maneira bastante convincente” que, desde 1848, o Ministério já decidira acabar com o tráfico. Eusébio de Queirós prosseguiu, dizendo que os métodos de Hudson e de Palmerston eram muito criticados, inclusive pelos próprios ingleses, uma vez que, na verdade, apenas dificultaram a ação do governo, haja vista terem despertado “reações nacionalistas a favor do tráfico” (CARVALHO, p. 300), a hostilidade inglesa, argumentou Queirós, só serviu para aumentar a violência. Na ponderação de Carvalho sobre o referido discurso: “ficava então o governo entre a cruz da violência e da pressão moral de um país estrangeiro e a espada do sentimento nacionalista, da força dos traficantes e dos interesses dos donos de escravos”. Queirós discorreu em relação à “lei da necessidade”, a qual todos os homens, sejam liberais, sejam conservadores, tiveram que se curvar, pois, ao passo que sabiam da obrigação moral e legal de encerrar o tráfico, temiam, na mesma medida, suas consequências econômicas. Carvalho sopesa que Eusébio aclarou, em seu discurso, que a situação de 1850 era bem diferente da situação de 1842, visto que, após o *Aberdeen Act*,

houve grande aumento na importação de escravos, a ponto de gerar receios gravíssimos de desequilíbrio entre o número de livres e o número de escravos. Ele acrescentou que os altos juros cobrados pelos traficantes deixavam a propriedade territorial vulnerável às mãos de especuladores e dos próprios traficantes, fato que Eusébio afirmava estar provocando uma revolução nas ideias, mudando a opinião pública. Essa revolução de ideias é colocada em dúvida por Carvalho, para quem, a abundância no número de escravos é que facilitou a decisão de 1850.

Com contornos diferentes dos de Carvalho, Mattos constrói a relação entre Monarquia, escravidão e Abolição como evidência dos obstáculos que o sistema político consolidado com a construção do Estado imperial carregava consigo. Mattos trata o fim do tráfico negreiro intercontinental como o conjunto de transformações que ocorreram na segunda metade do século XIX para mostrar dois movimentos: o primeiro se refere ao esforço pela restauração da moeda colonial, um esforço que teve como marca, no Segundo Reinado, fortes limitações; o segundo movimento demonstrado por Mattos é o do quanto os movimentos dos grupos sociais, as tensões e os conflitos impulsionados por tais movimentos dissolveram a tradicional leitura de causa e efeito que justificava quase de maneira natural a queda da Monarquia. O fim do tráfico intercontinental surge na asseveração de Mattos para sustentar as limitações à restauração da moeda colonial e para mostrar a cisão entre os grupos dirigentes e a própria classe senhorial e, nesse processo, a questão da mão de obra e da terra aparecem vinculadas. Em meados do século XIX, a questão do tráfico negreiro intercontinental despontava em meio à crise do escravismo colonial, marcada pelas pressões inglesas e pelas insurreições crescentes. A contradição gerada dessa crise foi a entrada de um número intenso de africanos no Império. Nesse cenário, Luzias e Saquaremas acusavam-se de conduzir com inabilidade as negociações com a Inglaterra, cujas hostilidades surgiam como uma afronta direta à honra nacional. Sem embargo, foi a colocação da Soberania Nacional no centro da discussão referente ao tráfico negreiro que cumpriu o papel da ação desenvolvida pelos Saquaremas de articular uma disjunção perante o Povo – isto é, a parcela da população apta a governar; a própria classe senhorial –, capaz de justificar as medidas repressivas que foram adotadas, a disjunção em questão era a que contrapunha: ou Soberania Nacional, ou tráfico negreiro intercontinental (MATTOS, 2011, p. 235). O esforço por legitimar essa disjunção se revelou no empenho em atribuir ao governo imperial a decisão de findar o tráfico, e não como uma decisão tomada devido a pressões britânicas. Mattos deixa claro que, no discurso de Eusébio de Queirós, em 1852, essa relação entre Soberania Nacional e a extinção do tráfico fica evidente.

Vamos para a análise que Mattos faz do discurso em questão. Segundo Eusébio, a Lei de Extinção do Tráfico não foi resultado do “canhão britânico, mas também não foi questão política ou partidária, tratava-se de uma questão inteiramente Nacional” (MATTOS, p. 237). O argumento de Eusébio se sustentava na ideia de que o escravo morria, mas as dívidas por sua aquisição permaneciam, assim, os terrenos acabavam sendo hipotecados

aos especuladores, por conseguinte, a propriedade passava das mãos dos agricultores para as mãos de especuladores e traficantes. A poderosa justificativa apelava para o risco da perda da unidade territorial, e para a ameaça à agricultura, fonte de civilização. Eusébio de Queirós destacou que as ações inglesas fizeram intensificar o tráfico, acarretando crescente desequilíbrio entre a população livre e escrava, ameaçando os primeiros. O tema da ordem e da segurança se apresentava, agora, pelo número excessivo de escravos, resultante da ambição dos traficantes e especuladores.

No entendimento de Mattos, era necessário, aos Saquaremas, reprimir o tráfico para garantir a continuidade da escravidão, livre das ameaças britânicas e da perda das propriedades, e enfraquecendo as insurreições negras, de modo que “tentava-se eliminar a extraterritorialidade do mercado de trabalho como condição para preservação do mundo do trabalho” (MATTOS, p. 239). Várias medidas foram tomadas para a repressão do tráfico, no entanto, elas deveriam aparecer como obra da ação civilizadora da Coroa, e não como obra saquarema – ou seja, acima dos partidos e dos interesses imediatos. Se o Império foi criação saquarema, e estes surgiam como a “face iluminada da classe senhorial”, a criatura parecia não compreender o seu criador, dado que, tanto Luzias, quanto Saquaremas, levantaram-se contra a extinção do tráfico com protestos contundentes. Essa separação dentro da classe dirigente fez surgir “o mito do Imperador e da Coroa como os agentes antiescravistas principais dentro do Brasil” (MATTOS, p. 240), conforme notamos na arguição de Carvalho. Para Mattos, o Estado imperial e seus governantes não foram agentes antiescravistas, muito menos mesmo atuaram como fator abolicionista, ao contrário, foi fator crucial na preservação do monopólio da mão de obra, junto a outros monopólios, por uma classe que ele foi obrigado a forjar na restauração, que era a razão de sua existência e da própria classe. A disjunção, Soberania Nacional ou tráfico, revelou a associação íntima entre Império e Escravidão. Tal associação implicou num conjunto de políticas específicas, e que acabou se constituindo em toda a força e fraqueza do Estado imperial, e dos Saquaremas.

Mattos garante que, o que se verifica na investida pelo fim do tráfico negreiro intercontinental era uma tentativa de internalização do mercado de trabalho, pois o Estado imperial queria controlar a qualquer preço este mercado (MATTOS, p. 246). A evidência ao tráfico interno no momento de consolidação do Estado imperial acentuava as contradições entre os interesses dos Saquaremas e os segmentos que se opunham ao tráfico interno, embora defensores da ordem escravista. Do Sul cafeeiro partiram os maiores protestos contra a lei de 28 de setembro de 1871, 20 anos depois, a lei que libertava o ventre notabilizou a mobilização de alguns dos dirigentes imperiais. A preservação da escravidão estava vinculada à própria preservação da unidade e da soberania do Império. Esta conjunção foi articulada pelos Saquaremas, conferiu-lhes força e fraqueza, dada a inevitabilidade do fim da escravidão no correr do século XIX. A força dessa conjunção (Monarquia/Escravidão) assegurou a direção saquarema na construção do Estado imperial e o forjar da própria classe senhorial. Sua fraqueza estava na iminência do fim do estatuto da escravidão, algo previsível, mesmo diante do fim da extraterritorialidade da oferta de mão de obra escrava, haja vista às pressões internas e externas.

Da análise de Mattos sobre o discurso de Eusébio de Queirós vemos que nele houve a construção da disjunção que acabou por atrelar o Império à Escravidão, em outras palavras, a disjunção ou Soberania Nacional ou tráfico negreiro intercontinental. E, quando Eusébio deu esse destaque à questão da Soberania Nacional, no seu discurso, frisou aspectos internos da nação. Não deixou de fazer alusão ao pedido de demissão de 1848, para dizer que tanto a Lei de Extinção do Tráfico quanto aquele pedido de demissão não eram fruto de paixão ou conveniência partidária. Eusébio enfatizou que a lei era questão inteiramente nacional, não tinha a ver com o canhão britânico. As importações contínuas de escravos ameaçam o Império, pois os escravos morriam, mas as dívidas ficavam, e acabavam colocando o território como ameaçado de passar para o controle de dos especuladores e traficantes estrangeiros. Isso porque o tráfico, consoante Eusébio ratificou, desde o *bill Aberdeen*, foi intensificado e gerou desequilíbrio entre a população de livres e escravos. O número excessivo de escravos surgia como ameaça a tranquilidade e à soberania do Império do Brasil. No discurso Eusébio, ficou notório que o gabinete saquarema estava munido de recursos para efetivar a extinção do tráfico. Desta forma, o principal objetivo da Lei Eusébio de Queirós era acabar com o caráter extraterritorial da oferta de mão de obra, e entregar o controle Lei de Extinção do Tráfico de Escravos dessa oferta à Coroa. No tocante à lei de 1871, Mattos versa pouco sobre ela, mas não a considera uma manifestação de postura abolicionista da Coroa. Inserindo no contexto geral da obra *O Tempo Saquarema*, foi graças à ação saquarema que o Estado imperial consolidou-se e a classe senhorial constituiu-se, esse duplo processo foi articulado em meio à restauração da moeda colonial, e apoiou-se na defesa dos monopólios que fundavam a classe; dessa forma, o que observamos em Mattos é que os Saquaremas vincularam a Monarquia à escravidão no momento em que esta vivenciava uma crise, sendo assim, tanto a lei de 1850 quanto a lei de 1871, e as outras leis antiescravistas, dentro da argumentação de Mattos, podem ser vistas como estratégias de prolongamento da escravidão em meio a eminência do seu fim, podem ser entendidas como, de alguma maneira, ações de defensividade que asseguraram a manutenção da escravidão até 1888.

No uso que Carvalho faz do discurso de Eusébio de Queirós, avistamos como a sua tese da dialética da ambiguidade da burocracia imperial se sustentava: a mesma homogeneidade ideológica e de treinamento da elite política imperial que afastou projetos políticos mais radicais e garantiu a unidade territorial do Império, deslocou essa elite política da realidade social e econômica – não era representativa da sociedade –, de modo que a burocracia (da qual Eusébio fazia parte), como parte substancial desta elite política, era a única força política capaz de acabar com a escravidão, entretanto, dependia dessa força de trabalho para subsistir, como o próprio Estado dependia. Na afirmativa de Carvalho, mais do que poder, esta elite política e o governo imperial queriam acabar com a escravidão, e, portanto, desde o fim do tráfico até a lei de 13 de maio de 1888, a postura do governo imperial foi antiescravista. Desse jeito, considerando a argumentação de Carvalho, a escravidão acabou

e a Monarquia acabou logo depois, dando lugar à República, não pelo fato de a Monarquia ter se mostrado falha na conservação da escravidão, mas por ter se empenhado pelo seu fim e por sua postura a esse respeito, descortinando seu afastamento das demandas por representatividade que surgiam no final do século por parte da classe proprietária.

Já no uso que Mattos faz do discurso de Eusébio, vemos ponderações semelhantes com as de Carvalho, tal qual a de que a importação contínua de escravos ameaçava o Império por conta das dívidas contraídas para a aquisição destes, em razão disso, perigava de o território passar para as mãos dos especuladores e traficantes. Outra consideração similar é de que, após do *bill Aberdeen*, o tráfico intensificou-se a ponto de gerar desequilíbrio entre a população de homens livres e escravos, nascendo como uma ameaça à tranquilidade e soberania do Império do Brasil. Mattos vai além desse pontos, na sua análise sobre a alocução de Eusébio, Mattos mostra como a direção saquarema foi articulada associando-se ao interesse nacional, salienta ser uma decisão sem paixão ou conveniência e puramente centrada nos interesses nacionais. Isso sustenta a alegação de Mattos de que o governo saquarema queria acabar com o tráfico para manter a escravidão, queria acabar com o tráfico intercontinental para controlar a questão da mão de obra. Na direção saquarema, as pressões inglesas pelo fim do tráfico surgiram como limites para essa direção, a resposta dessa facção política foi a de internalizar a questão da mão de obra escrava, para mantê-la. O recorte temporal da análise de Mattos não chega a envolver outras leis abolicionistas, apesar de tratar um pouco da libertação do ventre, não se aprofunda, mas podemos expandir o argumento de que se o tráfico foi extinto para se manter a escravidão, a Abolição gradual foi também estratégia à manutenção para o máximo de tempo possível da escravidão. Nesse processo de extensão da escravidão em território nacional, os dirigentes, levando em conta o posicionamento de Mattos, vincularam de tal modo a Monarquia à escravidão, que o fim da última arrastou consigo a primeira.

A explicação de Carvalho resulta na existência de duas forças foram colocadas como contrapostas: de um lado o governo imperial, reformista e antiescravista, empenhado na liberação da mão de obra e da terra, capaz de perceber as necessidades do país no médio e longo prazo; do outro as forças ligadas à lavoura de exportação, os interesses agrários, limitados aos seus interesses imediatos, resistentes a qualquer tipo de mudança. Um enredo que sustenta a ideia de que a elite política não era representativa da sociedade pelo seu nível de esclarecimento e perspectiva, pois, diante dela, estavam os interesses agrários ainda relegados ao atraso, no caso, o atraso da escravidão. Mesmo face a fortes oposições, esta elite política e o governo imperial protagonizaram o fim da escravidão, como um ato heroico em prol de uma causa maior, um ato que pode ser configurado como suicídio político. A escravidão acabou, o governo imperial foi substituído logo depois.

Na argumentação de Mattos, ocorre a inserção do fim do tráfico num conjunto de processos mais amplos relacionados à moeda colonial em restauração e ao papel do Brasil na divisão internacional do trabalho. No enredo, toda a ação é dada aos Saquaremas, eles

são os protagonistas dessa História que extingue o tráfico, e somente eles o poderiam fazer; o discurso de Eusébio não convence Mattos de que se tratava de um bem para a humanidade, do interesse nacional acima de tudo. Eles o fazem por interesses escusos, para preservar a escravidão, um mal social que garantiu a ordem e estabilidade política diante da construção do Estado imperial. Os Saquaremas não são heróis nessa narrativa, também não são vilões, é uma trama complexa, na qual não se aplica uma leitura maniqueísta, se para simplificar a leitura é desejável inseri-los dentro de um estereótipo talvez o de anti-heróis, com uma moral dúbia e flexível. O seu desfecho nessa trama se deu quando os Saquaremas foram, enfim, desmascarados: não agiam, afinal, pelos interesses da classe senhorial, agiam pelos interesses próprios ao Sul cafeeiro. E acabou o tempo saquarema.

O enredo colocado acima articula o fato considerado em questão, no caso, o fim do tráfico negreiro, com o restante dos fatos colocados por Carvalho primeiramente, e depois por Mattos. A narrativa é parte constitutiva dos seus textos, e a exageração da leitura dos enredos que situa a elite política como “heróis” e os Saquaremas como “anti heróis”, uma licença poética forçada, cabe dizermos, para avultar que a constituição desse enredo é parte fundamental para a compreensão desses textos. Não é uma exclusividade que se aplica aos livros *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* e ao *Tempo Saquarema*, mas a função do enredo como articulação que totaliza a obra, interliga e organiza fatos e dados é parte de qualquer trabalho tomado como historiográfico. As reflexões a esse respeito basearam-se muito nas análises de Paul Ricouer acerca dessa relação entre narrativa e História, e constituem, em boa medida, respostas aos questionamentos vivenciados pela disciplina História desde a chamada virada linguística. Historiadores como Francois Hartog (HARTOG, 2017, p. 12), Ricardo Benzaquém (ARAÚJO, 1999, p. 235-241), e críticos literários como Benedito Nunes (NUNES, 1988, p. 9-35) e Luiz Costa Lima (LIMA, 2006, p. 131-156) ofereceram consideráveis assertivas que põem em relevo a questão da narrativa no trabalho do historiador.

Tanto a obra de Carvalho como a de Mattos configuraram-se como construções a vislumbrar a reconstrução do passado, a reconstrução de um passado “real”, a realidade do passado que é reconstruído se dá pela confiabilidade dos textos, e esta advém da documentação, das fontes, do debate historiográfico, do respaldo teórico, da ocultação do autor – como este apresentado aqui –, neste instante e ato de leitura, o narrador aparece como expectador dos fatos por meio das fontes e dos debates historiográficos, e vai pondo à prova e confrontando umas a outras. É sabido que o narrador é o agente que opera essa interlocução e a transforma em enredo, porém, em nome do rigor científico, não pode aparecer explicitamente no texto. Tomados novamente o fato (o fim do tráfico) e a fonte (o discurso de Eusébio de Queirós), as narrativas que os dão sentido, particularizando sua dimensão – sua relevância é claramente acentuada pelos dois autores – são absolutamente distintas, e absolutamente válidas. Não podemos dizer que um ou outro não leu ou não entendeu a fonte ou o fato, todavia, a *mimesis*, para tomar o termo colocado por Ricouer, deu-se por caminhos distintos.

Numa conjectura, se o fim do tráfico e o discurso de Eusébio fossem investigados por algum pesquisador cujo objeto fosse a atuação do partido liberal na política da Abolição, o fato (o fim do tráfico) e a fonte (o discurso de Eusébio de Queirós) seriam apreendidos sob outra ótica, a realidade passada a ser reconstruída se totalizaria a partir de outro enredo. Logo, a própria definição do objeto em si, sua delimitação e contornos conferem condicionamento à *mimesis* do historiador. Luiz Costa Lima fala de uma *mimesis*-estigma, quer dizer, de como a apreensão da realidade feita pelo historiador não é necessariamente ativa como *mimesis* poética articulada por Ricouer, e sim condicionada pelo *lugar* do historiador, isto é, o seu espaço de enunciação, contexto, instituição. Nesse caso, o *lugar* como configuração de espaço marca bem uma distinção: Carvalho e Mattos, respectivamente, defenderam suas teses, em 1975, na Universidade de Stanford, e, em 1985, na Universidade de São Paulo, o primeiro ainda em panorama de Guerra Fria, nos Estados Unidos, o segundo vivenciando o processo de redemocratização no Brasil, lugares e momentos que possivelmente expliquem leituras tão distintas sobre o dado fato e a dada fonte – ambos dotados de subjetividades acentuadas por suas próprias trajetórias e pelas épocas distintas com as quais convivem enquanto vivem.

A elite política imperial – esclarecida, reformista e abolicionista – heroica, cujo enredo expressa o drama do derradeiro fim da Monarquia, uma elite e um governo que pecaram por não serem representativos dos interesses dos grandes proprietários, todavia, em seu empenho pelo fim da escravidão, acabou por representar aqueles que não poderiam se fazer representados. E esta foi a sentença de morte da Monarquia, perdeu politicamente no que moralmente triunfou. Os grandes proprietários poderiam, então, fazer-se representados no arranjo da República, o relativo equilíbrio e alternância que configuravam a política no Império (graças a interferência do Poder Moderador) deu lugar a um sistema político mais restrito. No enredo articulado por Carvalho, a elite política era fator de aceleração do tempo, agiria como um catalisador no seu empenho pela construção do Estado e pelo seu teor reformista na política da Abolição, enquanto os fatores socioeconômicos atuariam como elementos de estagnação. A força e a fraqueza dessa elite foi não ser representativa dos interesses agrários. Os Saquaremas, mediante o fim de sua farsa, quando enfim desmascarados, esses anti-heróis, mostraram uma dupla impossibilidade, a de atender, ser emissária das demandas da classe senhorial; e a de salvaguardar os monopólios que fundaram essa classe, sobretudo o monopólio da mão de obra, visto que, em seu caso, a escravidão foi toda a sua força e fraqueza. Como força política construtora do Estado, promotora de uma Civilização e de um espírito de associação, os Saquaremas atuaram, em certo sentido, como aceleradores do tempo. No intento de preservarem os monopólios que edificaram a classe senhorial, empenharam-se numa defensividade, apegados ao estatuto da escravidão, operaram como desaceleradores no viés de manterem os fundamentos coloniais da sociedade imperial. Dentro da própria direção saquarema, forças por mudanças e por continuidades disputavam terreno.

O percurso do marxismo, no Brasil, ao longo do século XX, pode oferecer algumas indicações de reflexão para essa postura de Carvalho e de Mattos de esforço por um afastamento de uma perspectiva estruturalista a respeito do Império brasileiro. Ronaldo P. de Jesus analisa esse caminho, constatando a predominância do pensamento marxista na escrita da história brasileira, pelo menos da década de 1930 até a década de 1990, passadas, então, três décadas de crise, “o predomínio evidente da influência do marxismo na historiografia brasileira ao longo do século XX, parece completa e irreversivelmente superado e aponta simplesmente e aponta simplesmente para o fim de uma tradição historiográfica” (JESUS, 2020, p. 368). Já Elías José Palti situa essa “crise” em anos anteriores aos colocados por Jesus, e entende que esse processo de crise emerge da constante autocrítica própria do pensamento marxista, fazendo com que a noção de crítica seja uma condição permanente e da qual emergem seguidas “crises”, pois “*la historia del marxismo no es sino la de sus sucesivas crisis*” (PALTI, 2010, p. 15), crises que vem sendo sempre refutadas, especialmente porque a manifestação de uma crise conceitual do marxismo se revela constantemente atrelada a uma crise política dada diante um determinado contexto histórico e intelectual. Para Palti, a crise do marxismo relaciona-se a uma crise na própria noção de verdade como resultado do horizonte histórico-conceitual pós-estruturalista (PALTI, p. 205).

De todo modo, Ronaldo Jesus, “antes de jogar a última pá de cal sobre o cadáver da historiografia marxista brasileira”(JESUS, 2020, p. 368), trata da sua trajetória e a constituição de sua identidade ao longo do século XX, traçando linhas gerais para a orientação temática que tendeu a predominar alguns momentos deste século. Entre os anos 1928 e 1929, o III Congresso do Partido Comunista apresentou uma série de teses que salientavam a subordinação do país ao imperialismo, tornado o Brasil uma espécie de “configuração semicolonial, em que a industrialização via-se completamente bloqueada pelo caráter eminentemente agrário da economia baseada na exploração latifundiária das massas camponesas”, daí surgiram questões conceituais que se impunham ao pensamento da esquerda: “feudalismo, capitalismo, imperialismo, colonialismo, agrarismo, industrialismo, bloco operário-camponês e Revolução Burguesa” (JESUS, p. 369). Sob a influência do marxismo, os historiadores brasileiros foram levados a refletirem sobre as heranças do passado colonial, num primeiro momento. Seguidos por um movimento de questionamento à “primazia das variáveis exógenas no processo de estruturação da economia e sociedade no Brasil colonial”, preocupados com o problema da “Revolução Burguesa” no país, pois esta poderia dar um prognóstico do advento da revolução socialista. Entre os historiadores, prevaleceu “a ideia de uma revolução processual, cujas origens remontavam ao processo de emancipação política em 1822” (JESUS, p. 373), dentre os historiadores que seguiram esta linha, Jesus cita Mattos. Após o golpe de 1964, muitos estudos voltaram-se para o tema do populismo, como uma tentativa de “explicar as condições sociais e políticas que antecederam ao golpe militar”. Por seu turno, a historiografia sobre a ditadura tendeu a

colocar os militares “como instrumento da burguesia para efetuar um golpe reacionário e de direita” (JESUS, p. 378), enquanto nas décadas de 1970 e 1980 predominaram estudos voltados à formação histórica das classes trabalhadoras. Mas, a partir da década de 1980, houve demandas generalizadas por uma reflexão histórica capaz de promover a crítica e a superação de conjecturas consideradas estruturalistas. Não é somente historiografia marxista que vivenciou esta crise, Jesus reitera que uma concepção de História como Ciência Social, muito influenciada pelos *Annales*, também entrou em crise na década de 1980.

Nesse rumo, os textos de Carvalho e de Mattos inserem-se num momento de crise dos postulados estruturalistas, dentre os quais o marxismo, cuja predominância na historiografia brasileira orientou temas e abordagens em boa parte do século XX. Isso pode explicar o tipo de interpelação feita pelos autores, uma tentativa de romper com determinações econômicas para explicar os fenômenos políticos. Em ambos os autores, a Revolução Burguesa surge como questão, mesmo que secundária, ou como elemento cuja interpretação a respeito permeia suas percepções sobre a formação do Estado imperial. No caso de Carvalho, trata-se de algo abortado, algo que não aconteceu, e isso explica a limitação na capacidade de mobilização das classes sociais para demandar representação política e participar de maneira efetiva na construção da ordem imperial. No caso de Mattos, a Revolução Burguesa, no Brasil, iniciou o seu processo com a Independência, e estava em curso no correr do século XIX, de forma que a capacidade dos Sqauremas de operarem a formação do Estado imperial e conformar a classe senhorial estava atrelada à sua eficiência em recunhar a moeda colonial e reinserir o Brasil no cenário econômico internacional mediante a expansão cafeeira no Vale do Paraíba. Predomina, no entanto, um aporte teórico não estruturalista, a ponto de ser reducionista a percepção da obra de Mattos como tão somente uma interpretação marxista da história do império brasileiro, já que não se insere em padrões mecanicistas, fechados, como até então se entendia ser uma historiografia marxista. E de Carvalho se empenhar para articular uma leitura da elite política e da política do império em que a coesão de um grupo é dada pela formação e treinamento, e não por origem de classe social.

As perspectivas analíticas de Carvalho e de Mattos se distanciam pela concepção teórica que distingue as noções aplicadas por eles à elite política imperial e aos Sqauremas, a primeira sustentada pela Teoria das Elites a partir de Pareto e de Mosca, enquanto a segunda se sustenta pelos conceitos de classe social de Thompson e pelo conceito de partido de Gramsci. As escolhas de Carvalho e de Mattos por referenciais teóricos tão distintos para a circunscrição de seus objetos de análise demonstram a percepção diversa que têm a respeito da capacidade de articulação política das classes sociais no Brasil de meados do século XIX. Para Carvalho essa capacidade é mínima, para Mattos é ampla e efetiva. Para Carvalho, a incapacidade de articulação política das classes sociais se dá em realidades sociais em que a Revolução Burguesa não ocorreu e, nesses casos, o papel de construção do Estado foi desempenhado pela burocracia. Consoante Mattos, desde

a Independência, em 1822, a Revolução Burguesa estava em curso, acontecendo, o que explica a capacidade de articulação política da classe senhorial, ou mesmo a existência dessa classe senhorial. Logo, a distinção de interpretação que torna elite política e Saquaremas instâncias teóricas tão distintas tem origem na leitura que Carvalho e Mattos têm sobre a Revolução Burguesa.

As questões a respeito do Estado brasileiro – sua conformação, seus limites, sua natureza – estavam também em voga nos anos 70 e 80 do século XX, isso porque, diante do golpe militar de 1964 e o regime autocrático resultante dele, a frustração com o então presente apontava para o passado em uma busca por uma referência de Estado distinta daquela a que se experimentava no período de 1964 até 1985. Isso explica, em parte, a atenção dispensada nos textos de Carvalho e de Mattos pelo sistema monárquico, pela elite política e pelos Saquaremas – no século XIX se consolidou um Estado liberal, com sistema representativo vigente, com atuação de partidos, estável. Se não era uma democracia, tampouco era uma autocracia. Se não era um passado que servia de exemplo, ao menos inspirava, abria a possibilidade de uma realidade distinta da vivenciada.

A frustração com o presente também sinalizava para o futuro, para uma expectativa de democratização, de retorno de um sistema representativo atuante, nas possibilidades de futuro que se abriam. Os setores mais progressistas viram seu horizonte revolucionário ruir diante da queda do muro de Berlim, e mesmo os que não eram progressistas foram também colocados no imbróglcio das incertezas, posto que, o histórico de horrores do século XX lançava dúvidas também acerca do Estado liberal e democrático. As dúvidas e as angústias, que encontraram seu auge na década de 1980, atingiram não só as perspectivas políticas, mas também as ciências sociais como um todo, e a história em particular. Dúvidas e questionamentos levaram aos historiadores a mergulharem numa autocrítica que levou a emergência da história da historiografia – essa crescente autocrítica expandiu-se, no Brasil, mormente, a partir dos anos iniciais do século XXI, e se hoje nos colocamos analisando dois textos como *A Construção da ordem. Teatro de Sombras* e em *O Tempo Saquarema* é porque este trabalho também é fruto desse movimento de autorreflexão que atingiu a história. O desafio é particularmente delicado, posto que não se trata de textos que marcaram uma geração, influenciaram os estudos a respeito do Brasil no século XIX, não são textos que um dia foram referência. Eles ainda o são. O fato é que os textos de Carvalho e de Mattos fazem parte do “aqui” e do “agora”, são obras que carregam fortuna crítica de mais de 30 anos, contudo, ainda explicam o século XIX. O ponto sensível é que elas permanecem em um entre dois tempos, situam-se no presente, não é um passado superado, sobre cuja linguagem e conceitos é preciso fazer uma ponte analítica e tornar inteligíveis ao leitor hodierno. Notamos que, em *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras* e em *O Tempo Saquarema*, Carvalho e Mattos falam do trajeto e das estratégias que asseguraram a estabilidade de um Estado consolidado, um Estado liberal, que perdurou por quase 70 anos, e que não pode ser visto como um desacerto. Dissertam sobre um Estado marcado

pela continuidade, pela continuidade da elite dirigente, da escravidão, da estrutura colonial, marcado pelo seu restrito alcance territorial, pela exclusão da maior parte da população das decisões políticas. Tratava-se de um Estado sentenciado ao fim pelas amarras que o vinculavam à escravidão. A relação assimétrica que assinalava o posicionamento do Brasil frente às nações desenvolvidas, a estrutura colonial que dessa conexão derivou, isso não foi superado. Falamos aqui de dois passados: o passado sobre o qual Carvalho e Mattos se debruçam; versamos, também, acerca do passado recente que foi o chão de Carvalho e de Mattos, do passado a vislumbrar a democracia, a representatividade e a estabilidade política. *Ainda* são questões.

REFERÊNCIAS

- ANAIS DO PARLAMENTO. Discurso de Eusébio de Queiros na Câmara dos Deputados, em 16 de julho de 1852. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/125-anos-da-lei-aurea/1850-leiusebio-queiroz.-o-trafico-negreiro.-historcio-da-lei-581-de-4-de-setembro-de-1850>. Consulta dia 10 de julho de 2023, às 11h.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. História e narrativa. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HARTOG, François. *Crer em História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. JESUS, Ronaldo P. de. O fim do marxismo na historiografia brasileira?. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, v. 11, n. 21, p. 366-395, 2020. DOI: <https://doi.org/10.28998/rchv11n21.2020.0015>.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2011. NUNES, Benedito. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDEL, Dirce Cortês (org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1988. p. 9-35. PALTÍ, Elías José. *Verdades y saberes del marxismo: Reaciones de una tradición política ante su "crisis"*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- PERISSINOTO, Renato; CODATO, Adriano. Classe social, elite política e elite de classe: por uma análise societalista da política. *Revista Brasileira De Ciência Política*, Brasília, n. 2, p. 243-270, 2009.

GESO BATISTA DE SOUZA JÚNIOR: Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da UNESP, campus de Assis-SP. Licenciado em História e pós-graduado em História do Brasil e História da América pelo Centro Universitário de Araras. Mestre em Comunicação pela UNESP, campus de Bauru. É bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pelo Centro Universitário Toledo de Araçatuba (SP). cursou Especialização em Política e Sociedade no Centro Universitário de Lins (SP). Especialista em Semiótica e Análise do Discurso pela Faculdade Metropolitana de São Paulo. Participa do Grupo de Pesquisa do CNPq “História e Mídias Eletrônicas” (GPHME), da FCL-UNESP. Também é membro do Grupo de Pesquisa Pensamento Comunicacional Latino Americano, do CNPq / UNESP / FAAC. Possui publicações relevantes em livros nacionais e congressos internacionais, além de participação como palestrante e coordenador de mesa de eventos científicos da ANPUH e do PPG de História da Unesp.

A

Análise crítica 38, 46

Arquivos 50, 51, 52

B

Brasil 1, 2, 3, 4, 6, 8, 11, 13, 14, 18, 29, 30, 31, 54, 74, 75, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87

C

Conflito 2, 4, 5, 7, 8, 9, 12, 13, 14

Cultura 14, 53, 65, 86

E

Educação 9, 14, 16, 17, 19, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 53, 54, 75

Educação e tecnologia 49

Espaços de guarda 49, 51

F

Fronteiras 4, 38, 67, 68

G

Guerra do Paraguai 1, 2, 3, 5, 9, 12, 13, 14

H

História 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 64, 65, 66, 69, 70, 72, 73, 81, 83, 84, 85, 86, 87

Historiografia 2, 5, 31, 32, 33, 38, 41, 43, 44, 45, 64, 73, 74, 83, 84, 85, 86

I

Identidade 14, 15, 18, 35, 54, 83

Impactos Sociais 36

Institucional 18, 49, 50, 51, 54

Instituições 10, 16, 18, 19

Inteligência artificial 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30

Interpretação 20, 32, 35, 38, 39, 43, 44, 46, 84, 85

J

José Murilo de Carvalho 74

M

Marginalizados 12, 13

Memória 2, 3, 5, 6, 14, 16, 19, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54

Memória coletiva 2, 53

Memórias digitais 15

Memórias silenciadas 1

Metodologia 16, 18, 19, 22, 33, 34, 37, 42, 46, 48

N

Narrativas 3, 10, 12, 13, 17, 18, 20, 28, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 65, 66, 74, 81

P

Percepção 40, 44, 70, 84

Perspectiva 5, 16, 18, 38, 39, 40, 43, 46, 49, 65, 72, 80, 83

Pesquisa histórica 31, 41, 48

Preservação 20, 42, 49, 50, 51, 52, 54, 78

Produção de conhecimento 15, 20

S

Século XIX 1, 8, 10, 13, 14, 77, 78, 84, 85

Setor público 15, 22, 23, 27

T

Tecnologias 15, 16, 17, 19, 20, 26, 28

Transformação digital 25

HISTÓRIA:

narrativas sobre os eventos
e seus efeitos ao longo dos séculos

3

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

HISTÓRIA:

narrativas sobre os eventos
e seus efeitos ao longo dos séculos

3

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br